



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG

LAÍS ROLLA PAULA MOTA

OCUPAÇÃO DE MULHERES TINA MARTINS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO EM BELO HORIZONTE - MG:
REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁXIS URBANA TRANSFORMADORA

São João del-Rei
2022

LAÍS ROLLA PAULA MOTA

**OCUPAÇÃO DE MULHERES TINA MARTINS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO EM BELO HORIZONTE - MG:
REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁXIS URBANA TRANSFORMADORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Ambiental e Territorial

Linha de pesquisa: Dinâmica do Espaço Rural e Urbano

Orientadora: Daniela Abritta Cota

São João del-Rei
2022

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M917o Mota, Laís R. P.
Ocupação de Mulheres Tina Martins e a Produção do Espaço Urbano em Belo Horizonte - MG: : Reflexões sobre uma práxis urbana transformadora. / Laís R. P Mota ; orientadora Daniela Abritta Cota. -- São João del-Rei, 2022.
115 p.

Dissertação (Mestrado - Geografia) -- Universidade Federal de São João del-Rei, 2022.

1. Geografia Urbana. 2. Geografias Feministas. 3. Direito a Cidade e Ocupações Urbanas. 4. Violência de gênero. 5. Casa de Referência da Mulher Tina Martins. I. Abritta Cota, Daniela , orient. II. Título.



Universidade Federal
de São João del-Rei

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

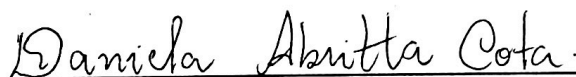
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OCUPAÇÃO DE MULHERES TINA MARTINS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO EM BELO HORIZONTE - MG: reflexões sobre uma práxis urbana
transformadora**

Autora: Lais Rolla Paula Mota

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Abritta Cota

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:



Profa. Dra. Daniela Abritta Cota – Orientadora
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ



Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ



Profa. Dra. Maria Luiza Grossi Araujo
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

São João del-Rei

Agosto de 2022

*Para sermos verdadeiramente visionários, temos
que enraizar nossa imaginação na realidade
concreta e, ao mesmo tempo, imaginar
possibilidades além dessa realidade*

Bell Hooks

RESUMO

A pesquisa proposta tem como enfoque a Casa de Referência Tina Martins em Belo Horizonte, que atua como espaço coletivo de acolhimento e abrigamento de mulheres em situação de violência e que se originou e se consolidou a partir de uma ocupação urbana feita pelo movimento social nacional de mulheres Olga Benário. Tais mulheres, que já se articulavam em outros movimentos sociais de luta urbana por moradia e por vida digna, viram a necessidade construir um movimento próprio de mulheres, na busca de conquistar as demandas específicas apresentadas naquele momento pelas mulheres trabalhadoras presentes nos espaços de militância e ocupação por moradia, e que representam demandas de muitas. A constatação sobre as insuficiências das políticas de combate à violência contra a mulher mobilizou-as a buscar tanto tensionar as estruturas do Estado como reivindicar direitos dentro da própria estrutura, e, para além disso, realizar, elas mesmas, ações que mudassem efetivamente a vida das mulheres, a partir da criação da Casa de Referência, onde mulheres cuidam de mulheres. Em busca, portanto, do que é preciso para desestruturar as hierarquias de gênero, a lógica patriarcal-capitalista e racista que compõem as origens das violências a que mulheres estão submetidas, assim como do que é preciso para que uma mulher que foi violentada possa resguardar e transformar sua vida, a luta pelo espaço se mostra necessária. Nesse interim se faz a luta pela vida das mulheres, pela vida digna, pela transformação da vida cotidiana e pelo direito das mulheres à cidade. Nesse sentido, por meio de revisões bibliográficas, de observação participante, e da compilação de informações obtidas em entrevistas semi-estruturadas, busca-se visibilizar e analisar as experiências da Casa de Referência da Mulher Tina Martins e, a partir disso, refletir sobre as imbricações entre a luta pelo Direito à Cidade e a luta feminista interseccional, no caminho de construção de uma práxis urbana de transformação cotidiana das estruturas de opressão social ligadas a gênero, raça e classe.

Palavras-Chave: Violência de gênero; feminismo; ocupação urbana; Casa de Referência da Mulher Tina Martins; Direito a Cidade.

ABSTRACT

The proposed research focuses on the Tina Martins Reference House in Belo Horizonte, which acts as a collective space for welcoming and sheltering women in situations of violence and which originated and was consolidated from an urban occupation carried out by the national social movement of women Olga Benário. Such women, who were already articulated in other social movements of urban struggle for housing and for a decent life, saw the need to build their own women's movement, in the search to conquer the specific demands presented at that moment by the working women present in the militancy spaces and occupation for housing, and that represent demands of many. The realization of the inadequacies of policies to combat violence against women mobilized them to seek both to tension the structures of the State and to claim rights within the structure itself, and, in addition, to carry out, themselves, actions that would effectively change lives. of women, from the creation of the Reference House, where women take care of women. In search, therefore, of what is needed to destructure gender hierarchies, the patriarchal-capitalist and racist logic that make up the origins of the violence to which women are subjected, as well as what it takes for a woman who has been raped to protect her and transform your life, the struggle for space is necessary. In the meantime, there is a struggle for women's lives, for a dignified life, for the transformation of everyday life and for women's right to the city. In this sense, through bibliographic reviews, participant observation, and the compilation of information obtained in semi-structured interviews, we seek to visualize and analyze the experiences of the Casa de Referência da Mulher Tina Martins and, from that, reflect on the imbrications between the struggle for the Right to the City and the intersectional feminist struggle, in the way of building an urban praxis of daily transformation of the structures of social oppression linked to gender, race and class.

Keywords: Gender violence; feminism; urban occupation; Tina Martins Women's Reference House; right to the city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Registro do Encontro Estadual do Movimento Olga Benário, ocorrido no início de 2020	66
Figura 2: Registro de algumas das integrantes do Movimento Olga Benário - BH em Manifestações	67
Figura 3: Principais pautas de transformação que motivam o Movimento Olga Benário.....	68
Figura 4: Rua Guaicurus e indicação da localização do edifício que foi ocupado em 2016 – Área Central de Belo Horizonte	73
Figura 5: Imagem do prédio ocupado na Rua Guaicurus – 1ª fase.....	73
Figura 6: Imagens dos espaços externo e interno da ocupação na Rua Guaicurus – 1ª fase....	74
Figura 7: Localização da Casa Tina Martins no bairro Funcionários em Belo Horizonte	76
Figura 8: Casa de Referência da Mulher Tina Martins – registro feito durante o evento aberto a comunidade “Feira da Tina”	77
Figura 9: Registro da Feira da Tina no espaço interno da Casa	79
Figura 10: Registros de atividades abertas - Rodas de diálogo temáticas, mostras de filmes, formações, cursos e encontros	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Métodos e metodologias	17
2 DONAS DE SI? POR QUE NÃO? DESCORTINANDO AS RAÍZES DAS OPRESSÕES ÀS MULHERES.....	24
2.1. Feminismos no Brasil, movimentos de mulheres e seu papel na reconstrução das raízes da opressão	24
2.2. Gênero: de quais mulheres estamos falando?	28
2.3 Violência de gênero.....	29
2.4 Patriarcado, reprodução social e capitalismo	31
2.5 Raça e Interseccionalidade	38
3 PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E A RESISTÊNCIA CONTRA-HEGEMÔNICA: O CAMINHO PARA O DIREITO À CIDADE.....	42
3.1 A produção do espaço urbano e a tríade do espaço: concebido, vivido e percebido..	43
3.2 Direito à cidade	49
3.2.1 Gênero e Direito a cidade	50
3.3 Moradia e Ocupações Urbanas	52
4 TINA MARTINS: DE OCUPAÇÃO À CASA DE REFERÊNCIA – REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁXIS URBANA TRANSFORMADORA	58
4.1 Para entender o contexto brasileiro e de Belo Horizonte sobre a violência contra a mulher.....	58
4.2 Movimentos sociais urbanos e o surgimento do Movimento de Mulheres Olga Benário: “que possamos transformar a vida das mulheres”	62
4.3 Histórico: de Ocupação à Casa de Referência – “As mulheres precisam ficar vivas e precisam ter condições para permanecerem vivas dignamente”	70
4.4 Casa de Referência da Mulher Tina Martins: funcionamentos e ações – “Se ela não sabe o que fazer, a gente está aqui para ajudar”	76
4.4.1 Eixo 1: Formação Política e integração com a cidade.....	80

4.4.2 Eixo 2: Encaminhamento (via Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher) ...	83
4.4.3 Eixo 3 e Eixo 4: acolhimento e abrigamento.....	88
4.5 As mulheres da Tina: experiência de coletividade – “Nós não somos rivais, somos amigas”	92
4.6 Encontrando saídas: conexões entre a luta feminista e a luta urbana na experiência da casa – “ou eu ia continuar sofrendo a violência dentro da minha casa ou ia para rua e a sofrer violência de várias outras pessoas”.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA 1.....	111
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2	114

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa proposta tem como enfoque as ações de suporte às mulheres em situação de violência promovidas pela Casa de Referência da Mulher Tina Martins, em Belo Horizonte, em favor da emancipação e da vida digna para as mulheres. Este espaço coletivo que atua no acolhimento e abrigamento de mulheres se originou e se consolidou a partir de uma ocupação urbana de mulheres organizada em 2016, pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, junto ao Movimento de Luta em Bairros Vilas e Favelas – sobre os quais abordaremos ao longo deste trabalho. Partimos da hipótese de que a *práxis* cotidiana a que se propõe esta ação social feminista articulada aos movimentos de luta urbana, se apresenta como caminho e como “utopia concreta”¹ no sentido de uma restituição da vida urbana e, portanto, do “direto a cidade”². São essas utopias urbanas que podem apontar possibilidades de vias de transformação e experimentações na construção de outras formas de vida em comum.

Desde minha primeira aproximação com a Casa Tina Martins, em 2017, me chamou atenção que um passo importante deste movimento de luta feminista foi realizar uma ocupação urbana. A luta por espaço se fez necessária à busca feminista por emancipação e liberdade. A ocupação que inicialmente intencionava visibilizar e colocar em pauta a questão da violência contra a mulher em um espaço de diálogo com a sociedade, se transformou em uma “casa de referência”, um espaço coletivo realizando um serviço público a sua maneira. As mulheres que chegavam até a casa buscavam apoio para se libertar de situações de violência diversas a que se encontravam, contudo principalmente, de violência doméstica. Notei que grande parte das mulheres recebidas na casa vinha de uma condição social de vulnerabilidade econômica – elas vinham de regiões periféricas e eram, em sua maioria, mulheres negras. Ao me aproximar mais, fui tocada pela percepção de que, de variadas formas, acontecia ali, no âmbito cotidiano, a solidariedade, o cuidado, a reconstrução da autonomia, da dignidade, da consciência social e

¹ Conceito desenvolvido por Ernest Bloch (2005) e por Henri Lefebvre (2016) com a intenção de “traçar uma linha divisória entre as idealizações com uma visão de futuro encerradas em si mesmas e práticas alternativas fundadas em um referencial concreto com uma perspectiva de futuro em aberto.” (LIMONAD, 2018, p.82). Nesse sentido, “utopia concreta”, tem por base a vida social no aqui e agora, que é passível de constante mudança e que, portanto, está em constante reelaboração. Se colocada enquanto norteadora da ação social, a utopia concreta se assenta sobre as próprias condições do possível, direcionando para horizontes que as transcendem, a partir da transformação do cotidiano presente, contudo, de forma não determinante, não como receituário ou meta. “O aparentemente impossível está sempre presente no possível, e é a constante luta pelo impossível que fundamenta a produção de novas possibilidades de transformação social” (LIMONAD, 2018, p.84)

² A concepção do direito à cidade, apresentada na década de 60 por Henri Lefebvre (1969), envolve não só o direito aos aparatos sociais urbanos, tais como assistência, trabalho, educação, saneamento, saúde, habitação, lazeres, mas também, e especialmente, o direito a sermos criadores participes dos modos de vida na cidade, à nos apropriarmos dela e darmos sentido vivido (para além do sentido funcional) a seus espaços, tonando o próprio espaço urbano a manifestação e a mediação das transformações sociais necessárias e almejadas a cada tempo.

subjetiva de cada uma e da materialidade necessária pra mulheres assegurarem e reestruturarem suas vidas, o senso de coletividade e experiência da política imersa na vida. Mulheres transformavam suas vidas e a vidas de outras, ali naquele espaço. Também chamou minha atenção que a questão da moradia se fazia ali muito presente, já que muitas mulheres procuram um espaço para se abrigar por não terem meios de acessar uma habitação independente, longe de seu agressor. Aliás, a realidade de muitas mulheres que buscam por moradia é essa. Percebi que o processo de saída das mulheres acolhidas na Tina dependia muitas vezes de um lugar para habitar, seja na casa de parentes, seja através de uma política de aluguel social, seja a partir dos movimentos sociais por moradia – a exemplo das ocupações urbanas.

Diante desse panorama, despertou em mim um grande interesse, além de uma série de questionamentos e inquietações que vieram a me conduzir na realização deste trabalho. As reflexões incitadas por tais percepções me levavam a perguntar: Do que precisamos para transformar os constructos sociais que dão suporte as absurdas e inúmeras violências a que as mulheres são submetidas, e que afetam de forma ainda mais profunda as mulheres negras e pobres? Do que precisamos para que uma mulher que está sofrendo a violência possa sair dessa situação, preservar sua vida e se libertar? De que forma a ocupação e a apropriação do espaço urbano se faz relevante ao enfrentamento da violência de gênero, à emancipação das mulheres e à vida digna? De que forma as teorias científicas sobre espaço e sociedade, em interação com ações sociais de insurgências feministas urbanas contribuem para a realização da transformação social das estruturas sociais opressoras e injustas? Como isso se dá no âmbito cotidiano da vida? Em que medida o desmonte da dicotomia público-privado levantada pelo pensamento feminista e a crítica à propriedade privada e à lógica capitalista de produção do espaço, sustentada pelos movimentos de luta urbana, podem se articular no caminho do combate à violência doméstica? De que modo as relações de gênero e de raça se articulam com a lógica capitalista na reprodução da sociedade que se expressa no espaço urbano? Como se configura e para onde se orienta a *práxis* espacial realizada na Casa de Referência Tina Martins?

As muitas indagações que surgiram decorriam também de minhas trajetórias e experiências enquanto mulher, enquanto feminista, enquanto pessoa sensível as injustiças sociais e enquanto acadêmica de geografia em uma universidade pública.

No decorrer do meu percurso acadêmico na geografia me identifiquei com os estudos relacionados à produção das cidades e à problemática urbana. Interessava-me pelos aportes argumentativos de que o que define a formação do “tecido urbano” é muito mais que sua morfologia. É o modo de viver o qual ele serve como suporte que nos permite entendê-lo. Mais

que isso, entende-se que “as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações” (LEFEBVRE, 1969, p. 47). A cidade “reage” ao que a sociedade projeta sobre ela. A cidade funciona, assim, como linguagem, como mediação.

Nesse sentido, compartilhava de um olhar crítico para o processo de produção capitalista das cidades que, a partir de projetos urbanísticos de supressão das ruas e ascensão das longas avenidas, de suburbanização da classe trabalhadora, de descentralização e dissipação da consciência social, concentra-se em torno do consumo e da cotidianidade. As conformações urbanas expressam relações de poder que ditam tanto as normas de uso dos espaços da cidade quanto o lugar material e simbólico dos sujeitos sociais que com a cidade se relacionam.

Há, porém, uma dimensão de disputa teórica e prática dos espaços, na medida em que o caráter de mediação do espaço urbano serve tanto ao reforço das estruturas hegemônicas de poder, quanto à insurgência de práticas espaciais contestadoras da lógica dominante e capazes de inaugurar novas formas de vida e de organização social. Este processo dialético de produção e modificação constante do espaço urbano abre, assim, brechas para a contestação e transformação das hegemonias sociais. Afinal, segundo Lefebvre (2003) o espaço urbano é inerentemente social e dialético, já que é produzido pela sociedade ao mesmo tempo em que é produtor de relações sociais – e algumas delas podem ser transformadoras.

Em 2011 passei a integrar a Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB³, seção local Belo Horizonte e foi quando tive meus primeiros contatos com ocupações urbanas de Belo Horizonte (BH), como as Ocupações Irmã Doroty (2007)⁴, Camilo Torres (2008), a Ocupação Dandara (2009) e Ocupação Eliana Silva (2012) – naquela época, recém instituída. Participava do Grupo de Trabalho “GT de Urbana” onde dialogávamos sobre questões relativas à produção capitalista do espaço urbano e os movimentos sociais de luta urbana. Em 2012, organizamos o XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), sediado em Belo Horizonte, com o tema “Entre escalas, poderes, ações, Geografias”, sugerindo reflexões sobre aproximações entre o pensamento geográfico e os movimentos sociais.

³A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que reúne geógrafas e geógrafos, professoras e professores, estudantes de Geografia, e pessoas de outras áreas que se alinham aos princípios da entidade, preocupados com a promoção do conhecimento científico, filosófico, ético, político e profissional da Geografia para que se possa oferecer à crítica da sociedade uma abordagem geograficamente consistente dos seus/nossos problemas. Atualmente a AGB vem participando de diversos espaços de debate e decisão, como fóruns com outras entidades, conselhos institucionais e articulações diversas, tanto em escala local quanto nacional. Além disso, busca defender, nesses espaços, os princípios estabelecidos pela entidade em prol de uma transformação para uma sociedade mais justa.

⁴ Entre parêntesis consta a data de surgimento das ocupações urbanas citadas.

Foi a partir destas experiências que pude reconhecer os movimentos sociais como uma categoria do conhecimento geográfico. E foi por meio do contato com movimentos sociais feministas atuantes Belo Horizonte, tanto dentro do ENG, quanto ao longo de minha participação enquanto “agebeana” nos fóruns de militância, que acendeu em mim tanto a afinidade com propósitos feministas, quanto o reconhecimento da categoria “gênero” enquanto parte de um campo de saber em construção por dentro do pensamento científico geográfico.

Seguindo esse percurso, no momento de escolha do tema da pesquisa de conclusão de curso (MOTA, 2014)⁵, fui movida a problematizar o urbano a partir das minhas indagações a respeito das vivências de mulheres no espaço urbano. Assim, iniciei minhas primeiras aproximações com o vasto campo das abordagens feministas que me implicaram a compreender o múltiplo feminismo como composto por diferentes vozes, de mulheres com diferentes experiências e demandas, fazendo-se necessário entendimento da especificidade de cada recorte. Também iniciei ali minhas primeiras elaborações sobre interseções entre as questões de gênero e a produção capitalista do espaço urbano.

As reflexões que se seguem nesta dissertação de mestrado são fruto do amadurecimento dos esforços que se iniciaram no trabalho de TCC e se desenvolveram a partir de novas experiências acadêmicas como mestranda, como professora e, principalmente, a partir da maior aproximação com os movimentos de mulheres e com a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, foco das análises aqui construídas.

Acredito que lançar o olhar geográfico sobre as relações de poder que hierarquizam gênero, raça e classe em sua intercessão com a produção social do espaço urbano é potente no sentido de contribuir tanto para compreensão crítica das relações de poder que sustentam a realidade violenta vivenciada pelas mulheres, quanto para a construção de horizontes de ação no sentido de transformá-la. A partir do pensamento crítico, podemos compreender e analisar as relações contraditórias surgidas na dimensão cotidiana da produção do espaço. Como aponta Henry Lefebvre (2008), o conhecimento da realidade urbana e da vida cotidiana, bem como sua análise crítica, nos permite alcançar um entendimento do global, da síntese, pois são as atividades prático-sociais, vivenciadas no complexo espaço urbano e no cotidiano, que mantêm e asseguram a reprodução da própria vida.

As instituições hegemônicas em suas nuances, atuam de forma interseccionada na reprodução da sociedade e na produção do espaço, de forma que, para lançar foco nas

⁵ O TCC se intitulou “As Relações de Gênero e a Produção do Espaço Urbano. O corpo como potência de transformação da vivência do espaço urbano de Belo Horizonte a partir da experiência da Marcha das Vadias” (MOTA, 2014).

resistências, precisamos considerar as relações de gênero, o patriarcado, o capitalismo e o racismo, enquanto parte do que configura a problemática a que se resiste.

Tal dinâmica social se desdobra em um sistema violento de segregação espacial e divisão sexual e racial do trabalho. Recai sobre mulheres, com destaque para as pobres e negras, as responsabilidades ligadas à esfera doméstica, a superexploração de seu trabalho e a falta de acesso a direitos básicos. Nesse entremeio, a dinâmica do machismo, do patriarcado e da dominação simbólica oferecem autorização velada ao uso da violência para regular a conduta das mulheres e garantir o exercício do poder masculino (SAFFIOTI, 2001).

No Brasil, a violência cometida contra mulheres ainda é recorrente e, contudo, invisibilizada pela sociedade patriarcal, racista, capitalista e pós-colonial. A opção de deixar suas casas, onde habitam com seus agressores, se apresenta como quase inviável para a maioria das mulheres brasileiras.

Apesar de contar com um recente aparato jurídico-legal de combate à violência cometida sobre as mulheres, tanto o Brasil quanto Belo Horizonte seguem apresentando índices alarmantes de feminicídios e de denúncias de violência doméstica e familiar – conforme abordaremos neste trabalho. Há muito o que se avançar com relação a aplicabilidade e efetividade dos aparatos públicos previsto pela legislação brasileira.

A forma homogeneizada com que o Estado trata a gama de especificidades das situações de vida de cada mulher não é suficiente.

Para além disso, a experiência mostra que a questão da violência contra a mulher não se restringe apenas a agressão e seus efeitos imediatos. As condições sociais de acesso a moradia, trabalho, estudo, saúde, bem como todos os meios subjetivos e materiais de obtenção de uma vida digna, estão intrinsecamente ligados ao que aprofunda a violência e ao possibilita seu rompimento.

Diante desse contexto, movimentos sociais em Belo Horizonte, MG, decidiram realizar a primeira ocupação autogestionada por mulheres da América Latina (BASTOS, 2020). A Ocupação Tina Martins teve início em 8 de março de 2016, pelo Movimento de Mulheres Olga Benário - MG, com o apoio do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e de lideranças feministas.

Ao se juntarem, tais movimentos buscavam realizar “um ato político e de resistência” (BASTOS, 2020), com a intenção primeira de visibilizar o tema da violência contra a mulher, pressionar o Estado para a criação de mais casas abrigo, creches públicas nas periferias e delegacias 24 horas para mulheres. Ao longo dos primeiros meses de ocupação, em constante

diálogo com a sociedade, a proposta do coletivo amadureceu e ampliou. Transformou-se em um projeto para realizar ele mesmo ações de acolhimento a mulheres em situação de violência ao seu modo, buscando suprir as demandas das mulheres de forma ampla e flexível, construindo, junto a cada uma delas, saídas do ciclo de violência que viviam, que envolvem não só amparo legal e jurídico, mas também, espaço, tempo, amparo psicológico, tomada de consciência, abrigo, suporte à sua autonomia material, auxílio na busca de moradia, estudo, emprego, creche para seus filhos, etc. Após 87 dias de ocupação, muita luta e negociações com o Estado, a ocupação se transformou na Casa de Referência da Mulher – uma ação social que viabiliza suporte às mulheres em situação de violências, especialmente a doméstica, organizada em 4 eixos: formação política; encaminhamento; acolhimento; abrigamento.

Esta pesquisa se propõe a analisar e a refletir sobre as ações promovidas pela Casa de Referência da Mulher Tina Martins. A partir disso, busca-se investigar, em que medida a Tina Martins se apresenta como uma *práxis* espacial e uma “utopia concreta” que aponta para restituição do “direito à cidade”. A saber, de que forma a articulação de movimentos sociais feministas e urbanos, que focalizam a questão da autonomia e liberdade das mulheres, por meio da coletividade e do cuidado em rede, pode viabilizar, assim, o direito das mulheres à cidade.

Assim, entre escalas micro (cotidiano) e macro (global), o trabalho tem como objetivo geral, partir da experiência cotidiana da “Tina” para argumentar sobre as imbricações entre a luta pelo direito à cidade e a luta feminista, enquanto horizonte de base concreta para transformação e ruptura de estruturas de opressão social, ligadas a gênero, raça e classe, bem como seus de efeitos, imersos no espaço e no modo vida urbano.

A partir do objetivo geral, apontamos alguns objetivos específicos:

- Compreender o histórico de formação da ocupação e posteriormente a consolidação da “Tina Martins” como Casa de Referência da Mulher em Belo Horizonte;
- Compreender como ocorreu e como se mantém a articulação entre os movimentos de luta por moradia e os movimentos feministas que resultaram na efetivação da Casa Tina Martins como Centro de Referência para mulheres em situação de violências, bem como a organização destes movimentos no cotidiano da Casa para o enfrentamento das opressões;
- Compreender como se dá a interface das ações empreendidas pela Casa Tina Martins com o Estado, bem como os conflitos ocorridos para o estabelecimento tanto da ocupação quanto da Casa de Referência;
- Analisar, por meio de entrevistas semi-estruturadas com mulheres do movimento e acolhidas a *práxis* cotidiana da “Tina”, verificando sua atuação como possibilidade, seja de via

de transformação ou de experimentação de uma outra forma de vida em comum, baseada na ruptura às opressões ligadas a gênero, raça e classe.

1.1 Métodos e metodologias

Proponho-me a adotar nessa pesquisa uma metodologia de abordagem feminista, preconizada pelas epistemologias feministas da ciência, especificamente o referencial político-teórico a respeito “ponto de vista situado” – *“feminist standpoint”* ou *“situated knowledge”* (DONNA HARAWAY, 1995).

Assim, gostaria de apresentar inicialmente algumas orientações teóricas e metodológicas das epistemologias feministas que, num movimento de crítica a ciência canônica, masculina e eurocêntrica, contribuem também para a construção de uma geografia feminista que busque desconstruir invisibilidades históricas.

O projeto feminista no campo das epistemologias da ciência se coloca antes tudo como uma atitude permanente de reflexão crítica diante da produção do conhecimento, que é permeada de forma inerente por relações de poder.

O questionamento comum a essas abordagens é de que a ciência moderna em geral silenciou as questões de gênero, “objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios” (SADEMBERG, 2002, p.2).

Considera-se no mínimo delicado tratar de feminismo e ciência já que a ciência moderna se fundou a partir da suposição de uma neutralidade possível, da separação entre valor e objeto de pesquisa, enquanto boa parte das teorias feministas se colocam enquanto “prática político-científica”, porém foi justamente em torno de argumentos contundentes de que nenhuma epistemologia é neutra, que muitos destes aportes se firmaram.

Se a produção de conhecimento está eivada de interesses, que servem a dominação (por exemplo, a reprodução do capitalismo e das hierarquias de gênero, raça e classe), de que neutralidade está-se falando? Porque alguns viesamentos são condenáveis e outros não?

Uma tese fundamental das epistemologias feministas é a de que nossa posição no mundo, bem com a diversidade de nossas experiências enquanto mulheres nos possibilita conhecer diferentes aspectos das “atividades humanas”, de forma a desafiar o “viés masculino” da produção “legitimada” de conhecimentos. O conceito de “conhecimento situado” (*situated knowledge*) é central nesta perspectiva (ANDERSON, 2015). Filósofas feministas estão

interessadas em como o gênero pode – e deve – situar o sujeito do conhecimento, as concepções de conhecimento, o que é conhecido e as práticas de investigação e justificação desse conhecimento. O “gênero” é também uma forma de situação social.

As teóricas do ponto-de-vista reivindicam o papel dos valores sociais e políticos na pesquisa, na medida em que se entende o “valor” não como erro, mas como recurso para elaboração de conhecimentos emancipadores e para a realização da “objetividade científica”, em outros termos.

Se toda construção de conhecimento parte de um lugar social situado (e não de um suposto “olhar neutro superior”), é preciso que a objetividade científica parta da consciência desse lugar social. Assim, o enfoque feminista da noção de objetividade a reconstrói, rompendo com o antigo dualismo objetividade/subjetividade. Em uma epistemologia científica feminista a objetividade importa, contudo ao contrário do que preconiza o conceito de imparcialidade, é o reconhecimento de seu “lugar de fala” que permite que o sujeito da pesquisa produza um conhecimento destituído de caráter universalizante, portanto, mais objetivo.

Donna Haraway (1995) argumenta que a localização do saber, ou seja, a anunciação das posições de quem produz conhecimento, se dá dentro de sistemas de poder, como de gênero, raça, sexualidade. Situar o saber constitui precisamente em identificar a partir de qual experiência parte o discurso, uma vez que “todos os olhos, incluindo os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepções ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida” (DONNA HARAWAY, 1995, p. 22).

Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos. Todas essas fotografias do mundo não deveriam ser alegorias da mobilidade infinita e da permutabilidade, mas da elaborada especificidade e diferença e do amoroso cuidado que as pessoas tem de ter ao aprender como ver fielmente do ponto de vista do outro, mesmo quando o outro é a nossa própria máquina. Isto não é distanciamento alienante; é uma alegoria possível para versões feministas da objetividade. Compreender como esses sistemas visuais funcionam, tecnicamente, socialmente e psicologicamente, deveria ser um modo de corporificar a objetividade feminista (DONNA HARAWAY, 1995, p. 22).

Portanto, é justamente o reconhecimento da não possibilidade de separação sujeito-objeto de pesquisa e da enunciação consciente do sujeito que produz o conhecimento (as potências e limitações de seu olhar), que nos aproxima de uma “objetividade” científica.

Nancy Harstock (2020) pondera que não quer dizer que do ponto de vista objetivo não se possa produzir conhecimento sobre uma opressão da qual não se compartilha, contudo o ponto de vista precisa estar explícito para que esse conhecimento se sustente em um enfoque feminista.

Em seu desenvolvimento histórico, as teorias do ponto de vista se identificaram primeiramente com a base teórica marxista para argumentar as interseções entre as opressões de “classe e gênero” a partir das lentes do materialismo histórico. Concomitantemente, foi desenvolvida a abordagem feminista negra, que teve seu ponto de partida no conhecimento situado sobre a experiência das mulheres negras. Patrícia Hill Collins (2020) aponta que as mulheres negras produziram conhecimento principalmente fora da academia, na medida em que esse espaço lhes foi negado. O enfoque feminista negro busca recuperar “osso a osso” o conhecimento produzido pelas mulheres negras (nas artes, na música, nas igrejas, nos textos escolares, etc.) para remontar as experiências de opressão racista e sexista a seu ponto de vista, para desmontar sua invisibilidade histórica, para empoderar as mulheres negras e transformar sua realidade social. Posteriormente, importantes contribuições vêm sendo construídas por feministas do terceiro mundo no sentido de questionar os perigos de uma “visão universal euronocêntrica” da ciência, a que pode recair as próprias epistemologias feministas. De uma perspectiva latino-americana e caribenha, Orchy Curiel (2010) apresenta uma proposta de feminismo descolonizado construído por latino-americanas e caribenas a partir de suas experiências e que busque transformar a realidade de sujeitos e “sujeitas” em contextos pós-coloniais. A descolonização a partir do feminismo reconhece não só a dominação histórica econômica, política e cultural entre os estados nacionais, mas, fundamentalmente: a dependência que possuímos frente aos processos culturais e políticos que são resultado do capitalismo, da modernidade ocidental, da colonização europeia e seus processos de racialização e sexualização das relações sociais; a imposição da heterossexualidade obrigatória; a legitimação do pensamento único; a naturalização da institucionalização de muitas das práticas políticas dos movimentos sociais, que criam dependência e subordinação frente às políticas de desenvolvimento e às lógicas coloniais de cooperação internacional.

Assim, reivindica-se a construção de conhecimento e práticas feministas a partir do sul global, que expressem “ponto de vista” localizado de mulheres desses contextos e promovam a transformação de realidade social pós-colonial, por meio de um posicionamento político descolonizado.

As epistemologias feministas caminham, portanto, no sentido de não apenas fazer a ciência avançar, mas muito mais, de fazer com que esse conhecimento atinja a prática, afete a vida, empodere os sujeitos oprimidos e desenvolva uma transformação social.

Marianne Janack (2004) sugere que adotar uma epistemologia feminista não é necessariamente adotar uma das teorias feministas, mas sim adotar uma postura epistemológica feminista. Isto implica em romper com o silêncio epistêmico em relação à categoria gênero, desestabilizar teorias totalizantes, situar a produção de conhecimento em meio a trama social de relações de poder e considerar o “produtor de conhecimento como sujeito ativo que carrega uma bagagem histórica e cultural”.

Na Ciência Geográfica, a produção acadêmica de enfoque feminista tem se desenvolvido, desde a década de 1970, alinhada com a busca de promover a equidade de gênero, além de aprofundar a compreensão de que todo conhecimento é construído socialmente e que, portanto, reflete valores e objetivos de seu contexto histórico.

Na medida em que avançam, tais abordagens reconhecem a importância analítica da categoria “gênero” para compreensão dos “processos espaciais” e suas implicações na construção de desigualdades não só de gênero, mas também de raça, classe, idade, sexualidade. Também há o interesse crescente nos estudos sobre o lugar das mulheres “profissionais de geografia”.

Susana Veleda da Silva (1998) destaca que o campo das geografias feministas “infelizmente ainda causa desassossegos na sociedade e no mundo acadêmico”. Ainda que a produção de conhecimento feminista já se manifeste “há mais de três décadas no mundo ocidental”, o termo “feminista” é visto com espanto e desconhecimento.

O medo do feminismo é similar ao medo dos extraterrestres, tendo ambos suas raízes no temor ao desconhecido, na ansiedade em torno da mudança. Porque, com efeito, o feminismo nos fala, sem dúvida alguma, em mudança (MARTÍNEZ, 1995, p. 13 apud SILVA, 1998, p. 106).

De acordo com Silva (1998), apesar de as “Geografias Feministas” serem quase tão antigas quanto a vertente da “Geografia Crítica”, as ementas das disciplinas que envolvem a temática de “Epistemologias da Geografia” nos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras comumente ignoram sua existência. Além disso, as obras bibliográficas realizadas por mulheres na geografia são raramente indicadas para a leitura nessas mesmas disciplinas (os nomes mais encontrados são os de Anna Buttimer e Doreen Massey).

Silva (1998) considera que a Geografia Feminista é aquela “que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos” e considera a categoria gênero como conceito necessário a pesquisa em geografia. Segundo a autora “a Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo”, contudo nem a sociedade nem o espaço são neutros do ponto de vista do gênero.

A abordagem feminista da geografia examina de que modo os sistemas políticos, econômicos e culturais que configuram os papéis de gênero, determinam ou restringem o lugar socioespacial dos sujeitos. A Geografia Feminista aponta para a crítica a suposta dicotomia moderna entre as esferas pública e privada da vida.

Inspirada, portanto, por tais apontamentos epistemológicos, busco orientar este estudo por meio da abordagem feminista do Conhecimento Situado. Assim, me propondo a situar meu olhar ao longo do trabalho, de forma em que a pesquisa não opere sob lógica da suposta distância entre pesquisadora e objeto. Busco realizar uma pesquisa que não considere as mulheres da Casa Tina Martins como objetos abstratos e estáticos, mas sim como sujeitas, em constante movimento e transformação.

É necessário por fim, destacar que esse trabalho representa, dessa forma, um panorama contextualizado da Casa Tina Martins, a partir de uma ótica específica.

Além disso, também por trabalhar com a dialética socioespacial, esta pesquisa se utilizou de métodos qualitativos que permitiram a análise crítica das práticas descritas, no intuito de compreender a reprodução do espaço através de sua articulação com as relações sociais.

A pesquisa se desenvolveu por meio de observação participante, compilação de informações obtidas em entrevistas semiestruturadas com integrantes do movimento e revisões bibliográficas.

A observação participante ocorreu entre os anos de 2019 e 2020, sendo que desde a primeira aproximação de uma das autoras deste artigo com a Casa foi estabelecido um vínculo de colaboração com o coletivo durante os períodos nos quais o encontro presencial era possível. A principal forma de participação se deu nos núcleos de formação, em que as colaboradoras da casa se subdividem em grupos menores para estudar e debater juntas textos relativos ao posicionamento político da casa, além de dialogar sobre estratégias de atuação. Por vezes, também houve contribuição em atividades cotidianas da casa, que envolvem a partilha coletiva de tarefas como cozinhar, limpar, organizar, cuidar por um tempo de algumas das crianças (para

que suas mães participem de reuniões, procurem por trabalho ou por creches), ajudar a organizar produtos que são vendidos nas feiras mensais, dentre outras. A partir de 2020, a observação participante ocorreu à distância, por meio da participação por videoconferência em eventos específicos do movimento, rodas de conversa, palestras e formações feministas, encontros e plenárias do movimento Olga Benário.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram por videoconferência, devido às circunstâncias da pandemia de Covid-19, e foram realizadas inicialmente em agosto do ano de 2020, com três mulheres que são integrantes do Movimento Olga Benário e autogestionam a Casa Tina Martins. Para isso, foi construído um roteiro prévio com perguntas relativas ao histórico do movimento, aos modos de articulação e organização política, a relação com a cidade, ao funcionamento e cotidiano da Tina, etc – deixando flexibilidade para abarcar outros aspectos surgidos ao longo das conversas. (ANEXO 1). Posteriormente, em julho de 2021, foram entrevistadas mais duas mulheres que já estiveram abrigadas na casa e que atualmente são moradoras de ocupações urbanas.⁶ Nestas, o roteiro prévio continha perguntas a respeito de como chegaram até a casa, como foi o período de abrigo, como foi a experiência de coletividade, as transformações vividas, a relação à moradia, com a ocupação urbana, etc. – também com flexibilidade na conversa para relatos espontâneos. (ANEXO 2). Todas as entrevistadas foram indicadas pelo próprio coletivo, de acordo a disponibilidade das integrantes do movimento, bem como do acesso às mulheres que passaram pelo acolhimento e abrigo na Tina.

Além disso, a revisão bibliográfica de materiais empíricos ligados ao estudo de caso se deu a partir de artigo escrito por uma das integrantes autogestoras da Casa, no caso de Santana, Jéssica. de C. (2021), bem como de trabalhos realizados por outras pesquisadoras colaboradoras da casa, como Bastos, Camila. (2016), Bettoni, Isabella. A. (2018) e Girundi, Ana Carolina M. A. (2017).

A partir da análise dessa experiência objetivamos construir uma reflexão empírico-teórica sobre o que o que se faz preciso para que uma mulher sob violência tenha suporte de qualidade para se emancipar, se resguardar e obter uma vida digna – com destaque ao papel da

⁶ Optamos por usar nomes fictícios para resguardar a identidade das entrevistadas. Para as autogestoras da Casa Tina Martins, usamos nomes de mulheres vinculadas ao movimento marxista – são eles Rosa, Alexandra e Silvia, em referência a Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai e Silvia Federici. Para as mulheres já acolhidas na Tina e hoje moradoras da ocupação utilizamos como nome fictícios Carolina e Eliana, em referência ao nome de duas ocupações urbanas em Belo Horizonte: Ocupação Carolina de Jesus e Ocupação Eliana Silva (nomes que prestam homenagens a Carolina de Jesus, primeira escritora negra do Brasil e Eliana Silva, militante da luta urbana e feminista – duas mulheres negras brasileiras e grandes referências de luta por transformação).

luta pelo espaço e pelo “direito à cidade” nesta conquista. Suscitamos o questionamento: em que medida a forma de apropriação do espaço realizada por essa organização social de mulheres específica, pautada na coletividade e verdadeiro uso social do espaço urbano inaugura uma nova forma de práxis urbana, que como “utopia concreta” por “inspirar” ações em outros contextos – uma “práxis espacial de enfrentamento à violência contra as mulheres”?

2 DONAS DE SI? POR QUE NÃO? DESCORTINANDO AS RAÍZES DAS OPRESSÕES ÀS MULHERES

Essas mulheres precisam ser donas de si mesmas, de sua vida, de seu destino, de suas decisões.

Fala de uma das coordenadoras da Casa de Referência da Mulher Tina Martins.

Por que essas mulheres não são “donas de si mesmas, de sua vida, de seu destino”? Em que implica assim ser? Qual dinâmica de relações sociais articula essa falta e essa demanda? Quais demandas se associam a essa?

Afinal, o que as fazem perpetuar, no tempo e no espaço, enquanto demandas fundamentais para as mulheres (e para as sociedades como um todo)? Quais são essas mulheres? Haveria um projeto comum em direção a isso? Há demandas específicas a cada contexto?

Refazer essas perguntas elementais, me conduziu a buscar ferramentas teóricas que amparassem meu olhar sobre a experiência das mulheres da Casa Tina Martins. Assim como me permitissem transitar entre escalas (local/global) de manifestação teórica e prática das transformações sociais. Nesse sentido, busco, neste capítulo, remontar conceitos e perspectivas feministas anticapitalistas e interseccionais que situem o debate desse trabalho.

O esforço de descortinar as raízes das violações a que as mulheres se veem submetidas e, principalmente, de transformá-las rumo a emancipação, transpassa mulheres em torno do mundo há tempos, conformando diferentes perspectivas e ações feministas ao longo da história.

2.1. Feminismos no Brasil, movimentos de mulheres e seu papel na reconstrução das raízes da opressão

No Brasil, e no mundo, os feminismos têm sido categorizados por fases, ou por “ondas”. Em uma breve síntese, considera-se que a primeira fase do feminismo brasileiro remonta ao final do século XIX, protagonizado por mulheres brancas, de classe média e alta (tais como educadoras e escritoras), em busca de igualdade política e jurídica entre os sexos e de participação das mulheres no âmbito público. De fato, o *movimento sufragista* se espalhou por diversos países – e também pelo Brasil –, levando ao ápice a discussão dos direitos femininos da época, revolucionando pensamentos e semeando futuros movimentos (SILVA; FARIA; PIMENTA, 2017). O eixo que marcou esse primeiro período de atividade feminista foi a

reivindicação por direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio etc.), além da luta pelo direito ao voto feminino.

É importante destacar que a presença das mulheres negras brasileiras nos espaços públicos de trabalho, bem como em espaços de resistência, se faz bem antes da causa feminista *sufragista* aflorar no país. A lógica colonizadora e a herança escravagista impuseram às mulheres negras dimensões outras de opressão, desumanização e restrição de direitos. Como resposta, insurgem movimentos de luta e resistência com demandas próprias e perspectivas abrangentes de profunda ruptura e transformação, como abordarei mais à frente no texto.

Ainda no século XIX, as ganhadeiras negras, alforriadas ou não, cumpriram importante papel pelas ruas do país. Mulheres negras também atuaram na organização de Quilombos, lutando até mesmo, pela sobrevivência desses locais de refúgio. Um exemplo dessas guerreiras é o da Negra Zeferina, que lutou no Quilombo de Urubu durante o levante de 1826, em Pirajá, na Bahia (ANDES, 2017, p. 16),

Assim, as disparidades entre a realidade de mulheres negras e brancas se fizeram presentes ao longo do desabrochar dos feminismos no Brasil, de forma que as “desigualdades intragênero” (CARNEIRO, 2003), baseadas no racismo e na classe, se faziam invisíveis e adormecidas sob o olhar da grande maioria das feministas brancas, que neste período, pautavam demandas restritas à sua realidade.

De fato, a luta *sufragista* pelo direito ao voto foi o principal eixo desta primeira fase. Em diversos países do mundo mulheres reivindicaram participação na política formal e direitos iguais de cidadania, marcando assim a “primeira onda feminista” (PINTO, 2003). O movimento foi exitoso na conquista do direito das mulheres brasileiras a votar, em 1932⁷, ainda que só tenha sido efetivamente igualado aos homens na Constituição de 1946 (BIROLI, 2018).

Dentro de poucas décadas, as brasileiras viram novamente o voto e participação na política serem restringidos pela ditadura militar, levando muitas delas a atuarem em organizações sociais clandestinas de oposição ao regime. A violência e repressão estatal deste período “não foi neutra em termos de gênero” (BIROLI, 2018, p. 177). Incluíram-se “formas específicas de humilhação e terror”, ligadas a misoginia e sexismo, que se mostraram mais tarde

⁷ “Cabe lembrar que o voto feminino se tornou possível apenas 44 anos depois do fim da escravidão. Isto significa que a maneira como a abolição da escravidão se deu no Brasil tornou muito difícil a formação de um grupo sólido de eleitoras negras a partir das principais exigências para o voto: comprovação de emprego e renda fixa. Outra barreira imposta às mulheres negras à época, era o fato de que pessoas analfabetas eram impedidas de votar” (RIBEIRO, 2021).

“como elementos fundamentais no processo político e na dinâmica de dominação do período” (BIROLI, 2018, p. 177).

A segunda fase do feminismo no Brasil floresceu justamente durante o clima político de combate ao regime militar e à opressão patriarcal por ele intensificada, principalmente a partir da década de 1970. Com o enfraquecimento da ditadura, ampliaram-se as organizações coletivas e movimentos feministas, protagonizados por intelectuais, marxistas, anarquistas, sindicalistas etc. (BIROLI, 2018). Demandas como o direito a creches, combate à violência contra as mulheres, direitos reprodutivos e ampliação da participação feminina na política faziam parte do escopo do feminismo brasileiro crescente. Muito se discutia em torno de temas polêmicos para a época, como a dominação masculina sobre o corpo feminino, o “aparelho reprodutivo” e a sexualidade feminina. Argumentava-se sobre o caráter político da constituição da família e da esfera privada, em defesa da autonomia da mulher sobre seu corpo, amparadas pela tônica da “revolução comportamental” propagada pelas teóricas da “segunda onda” correspondente ao hemisfério norte da década 1960. (idem). Com relação aos apóstes da segunda onda do feminismo a nível global, Nancy Fraser (2009) aponta os importantes avanços quanto ampliação do próprio conceito de “injustiça”, fazendo-o abranger não só as desigualdades econômicas, “mas também hierárquicas de *status* e assimetrias de poder político”, e delineando a “injustiça de gênero”.

O processo de redemocratização brasileira, durante a década de 1980, é contexto da terceira onda do feminismo. Esta fase é caracterizada por uma aproximação com o Estado⁸ e uma marcante dissociação entre o pensamento acadêmico e o movimento social feminista. Ocorre uma tendência à “profissionalização de movimentos por meio do aparecimento de um grande número de ONGs voltadas para a questão das mulheres” (PINTO, 2003, p. 91). Também se destaca nesse período a maior participação de mulheres negras, lésbicas, indígenas, etc nas organizações e movimentos sociais, apresentando aproximações com a perspectiva interseccional (MATOS, 2010).

⁸ Nancy Fraser (2009) alerta para os perigos do processo de incorporação das pautas feministas pelo Neoliberalismo, na transição da segunda para a terceira onda, que se deu em meio a um processo entremeado pelo efeito perverso de “ressignificação” dos ideais feministas. A autora defende que as contestações que possuíam um impulso emancipatório no contexto anterior, assumiram um significado mais ambíguo no neoliberalismo, suscetíveis a servir as necessidades de legitimação de uma nova forma de capitalismo. Fraser propõe que as possíveis conclusões sobre este percurso do feminismo não devem sugerir que a segunda onda do feminismo simplesmente fracassou, nem mesmo que seus ideais estarão sempre condenados a serem reapropriados para os propósitos capitalistas. “Concluo, pelo contrário, que nós, para quem o feminismo é acima de tudo um movimento para a justiça de gênero, precisamos ampliar nossa consciência histórica na medida em que operamos em um terreno que também está povoado de nossa estranha cópia” (FRASER, 2009, p. 29).

Marlise Matos (2010) propõe a existência de uma quarta onda do feminismo brasileiro e latino-americano, caracterizado por articulações horizontais de movimentos feministas, que atuam em paralelo e para além das instituições, em espaços alternativos de disputa dos espaços públicos e da cultura popular. Feminismos que se amparam na importância de “se considerar as fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração” (MATOS, 2010, p. 69). A autora aponta que o feminismo latino-americano não se vê como reduzido à mesma trajetória do feminismo norte-americano, e busca construir e fortalecer bases teóricas próprias, condizentes às expressões específicas da realidade das mulheres em territórios que foram colonizados. O movimento feminista na América Latina possui “suas próprias vicissitudes e idiosincrasias históricas”, que, em parte, esteve sujeito à estratégia perversa de ressignificação neoliberal das pautas feministas, mas que, contudo, tem reagido a este processo de formas diferenciadas do “escopo norte-americano hegemônico global” (MATOS, 2010, p. 74).

De acordo com Biroli (2018, p. 175), “a ação organizada das mulheres tem seguido cursos alternativos e produzido efeitos também no âmbito Estatal”. Assim, os movimentos “têm atuado de ‘fora’ e de dentro do Estado”, encontrando novas maneiras de dar visibilidade a suas reivindicações e promover suas pautas no espaço público e nos espaços institucionais não restritos as disputas eleitorais:

Também afirmo que têm assumido pautas radicais em sua crítica aos limites da democracia, o que atribuo a dois fatores: a origem do ativismo de muitas mulheres em grupos marxistas e socialistas e o forte protagonismo das mulheres negras na contestação de pautas restritas e acomodadas ao racismo e as hierarquias de classe (BIROLI, 2018, p. 175).

Sueli Carneiro (2003) reconhece os importantes avanços dos movimentos de mulheres no Brasil ao longo da história, contudo ressalta que, assim como outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo se manteve, por longo tempo, prisioneiro dos parâmetros universalizantes sobre mulheres propagado pelos feminismos do hemisfério norte.

A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Atualmente, distintos movimentos feministas tentam construir ações sociais que transformem a realidade de mulheres negras, indígenas, caiçaras, camponesas, ribeirinhas, quilombolas, lésbicas, trabalhadoras, periféricas, buscando romper com universalismos no olhar.

Contudo, alguns conceitos e perspectivas surgidos por dentro das próprias teorias feministas hegemônicas impulsionaram avanços inegáveis e se fizeram importantes para que, mais tarde, em um movimento necessário de crítica, se pudesse formular novas teorias de resgate das especificidades e vicissitudes de atuação das estruturas de poder nas sociedades latino-americanas, dentre os quais apresento a seguir aqueles que são igualmente caros à esta pesquisa.

2.2. Gênero: de quais mulheres estamos falando?

As formulações feministas sobre o conceito de “gênero”, em torno dos anos 1970, tem importante papel de descortinar as concepções sociais que originam e legitimam o poder dominante que oprime as mulheres. Joan Scott (1995) é importante referência nesta discussão. De acordo com a autora, busca-se com o conceito de gênero ressaltar o caráter social das categorias “homens” e “mulheres”. O gênero é, segundo essa definição, “uma categoria social sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 7). Em outras palavras, entende-se que os arranjos que dão significado social ao feminino e masculino, se amparam em um discurso cientificista de “determinismo biológico”, baseado na anatomia dos corpos, que acaba por tratar como fixas e “essenciais”, aferições qualitativas que são em verdade subjetivas e moldadas por crenças consolidadas em sociedade, a cada tempo e espaço. Trata-se de um discurso social que, por repetição e intensidade, acaba por parecer natural e imutável aos olhos dos sujeitos nela inseridos, que por sua vez, o repercutem e o normalizam.

Assim elaborações sobre o “gênero” buscam desvelar e rejeitar determinismos biológicos e suposição de fixidez que qualificam e hierarquizam os corpos e os sujeitos. Scott se destaca em situar o gênero como “forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 3). Assim, entende-se que os sentidos sociais de gênero e de poder se constroem mutuamente, não sendo definitivos, mas constantemente passíveis de transformação,

desnaturalizando as assimetrias que subjagam corpos femininos, bem como corpos que não se enquadram no parâmetro dual feminino-masculino⁹.

Para o feminismo, se apropriar do conceito de *gênero* foi também muito importante para questionar o viés universalizante carregado até então pela “categoria mulher”, reposicionando o uso dessa categoria. Compreende-se que mulheres de diferentes realidades sociais, se veem sujeitas a qualificações específicas quanto ao gênero e aos papéis sociais a ele atribuídos, quanto mais se associados a categorias como “raça” e “classe”, como é de mulheres latinas, africanas, indianas, etc. Se faz necessário reformular e ampliar a categoria das “mulheres”, de forma a abarcar as formas específicas de opressão a que mulheres de diferentes contextos estão submetidas. Segundo Piscitelli (2002), esta discussão não está situada exclusivamente no plano do conhecimento, sendo que o sentido desta reelaboração da categoria “mulher” é, acima de tudo, político, a fim de viabilizar a prática política.

Ao que cabe a este trabalho discutir, tal compreensão tem especial importância tendo em vista que enfoca as potencialidades de ação de um movimento social que se afirmam enquanto movimento de luta pela emancipação de todas as mulheres, especialmente as mais atingidas pelas estruturas de opressão, sejam elas: negras, indígenas, brancas de renda baixa, trabalhadoras, estudantes, brasileiras, estrangeiras, transexuais, homossexuais, etc. Além disso, as mulheres envolvidas no cotidiano da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, acolhidas e “acolhedoras”, são atravessadas por distintos marcadores sociais que conformam sua realidade, de forma interseccionada.

2.3 Violência de gênero

Outro conceito fundamental a este trabalho é da “violência de gênero”, que de acordo com Heleieth Saffioti (2001), se apresenta como uma ferramenta de manutenção das relações de poder que hierarquizam o gênero. Para a autora, este conceito está diretamente associado a dinâmica de materialização dessas relações por meio do “patriarcado”, que busca garantir o

⁹ O conceito de gênero se fez sob constante disputa, entre autoras de diferentes perspectivas teóricas e políticas. Judith Butler (2013) defende que a própria noção de “sexo” é resultado de uma normatização social, advinda do reiterado discurso médico que estabelece a dicotomia binária dos sexos como única possibilidade de subjetivação dos corpos. As formulações de Butler e das “Teorias Queer” trouxeram relevantes contribuições para os movimentos LGBTQIA+ de reconhecimento social dos sujeitos que não se enquadram no padrão binário gênero (transsexuais, travestis, intersexuais, etc.) assim como dos que se veem de fora da “heteronormatização da sexualidade” (lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, etc.).

poder masculino de mando, ainda que auxiliado pelo uso da violência – conceito sobre o qual aprofundaremos no próximo tópico.

No exercício da função patriarcal, os homens recebem a autorização – ou pelo menos certa tolerância da sociedade – para regular a conduta das mulheres, crianças e adolescentes, podendo puni-los quando constatarem qualquer desvio do prescrito pelas normas sociais. A necessidade do uso de violência para garantir o exercício do “projeto de dominação-exploração” masculina diz sobre o fato de “a ideologia de gênero ser insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca” (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Saffioti (2001) defende que a supremacia masculina é institucionalizada por um conjunto de relações sociais (contratos sociais), que visam garantir seus privilégios. Dessa forma, perpetuam-se as normas sociais e históricas que estabelecem a posição subalterna da categoria social feminina. Normas estas que definem, por exemplo, mulheres como objetos de satisfação sexual dos homens, como reprodutoras de herdeiros, como reprodutoras de força de trabalho e reprodutoras de novas reprodutoras. Normas que interpelam meninos e meninas a incorporar atributos considerados masculinos ou femininos na cultura para, assim, se afirmar enquanto homens e mulheres, representantes de seus respectivos papéis.

A autora argumenta que há uma “ideologia de gênero” que atravessa as veias mais finas das relações sociais, até que se torna “estrutura”, nos aparenta “natural”. O processo de dominação masculina é incorporado socialmente, na medida em que a visão androcêntrica se impõe travestida de neutralidade, prescindindo de se enunciar para se legitimar. Saffioti defende que a própria dominação simbólica se constitui como uma forma de violência.

Nesse sentido, homens e mulheres têm em comum o conhecimento da forma incorporada da relação de dominação: mostram-na como “natural” e a reproduzem. Há então, segundo a autora, a adesão do dominado ao projeto de dominação-exploração que, contudo, está aquém de sua consciência.

Os esquemas que ele [o dominado] mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são produto da incorporação de classificações, assim, naturalizadas, das quais seu ser social é produto (SAFFIOTI, 2001, p. 118).

Contudo, ressalta-se que “a indeterminação parcial dos fenômenos sociais deixa espaço para a operação de esquemas cognitivos capazes de tornar transparente a tela ideológica que o androcentrismo interpõe entre a sociedade e as mulheres” (SAFFIOTI, 2001, p.119). Portanto, as mulheres podem oferecer resistência a ordem patriarcal e com isso refutar as perspectivas

vitimistas sobre a violência de gênero, apesar de algumas autoras feministas terem ignorado resistência potencial e recorrente das mulheres em situação de violência.

Catharine Mckinnon (1989) destaca o fato de que a justiça criminaliza qualquer tipo de violência, todavia permite a prática privada da justiça, já que relativiza a interferência jurídica no público e no privado, legitimando socialmente a violência de gênero, como bem expressa o ditado popular: “em briga entre homem e mulher, não se mete a colher”.

Justamente por se configurar como ferramenta social de controle e dominação, a temática da violência de gênero sempre esteve presente nos debates, denúncias e reivindicações feministas da história. Não diferente, até os tempos atuais os índices da violência de gênero são gravíssimos e situam-se sempre dentre as primeiras pautas e preocupação dos movimentos sociais em diálogo durante encontros, congressos e plenárias, nacionais e internacionais.

Ainda que a violência perpassa todas as mulheres, em variados contextos sociais (SAFFIOTI, 2004), as estruturas de opressão e a vulnerabilidade social aprofundam e agravam o ciclo de violências.

2.4 Patriarcado, reprodução social e capitalismo

O conceito de “patriarcado” elaborado pelas feministas da segunda onda, que diz sobre uma clara institucionalidade social e, portanto, uma materialidade, das relações de dominação dos homens sobre as mulheres, localizadas no tempo e no espaço. Para Heleieth Saffioti (2004), o Patriarcado se refere especificamente ao “regime de exploração-dominação das mulheres pelos homens”, algo que as abordagens da categoria gênero nem sempre denotam, por isso a importância nos ampararmos em ambas.

Tanto Saffioti (2004) como a própria Scott (1995) ressaltam os perigos das abordagens que aferem ao conceito de gênero um teor de neutralidade, abordando-o mais como um “sistema de relações interpessoais”, o que tem sido recorrente. O conceito de gênero se encontra em permanente disputa semântica e política, permeando perspectivas feministas de diferentes posicionamentos políticos (feministas liberais, por exemplo).

Empregar a ideia de gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, não revela posição política, podendo em contrário dissociar-se da política, não se constituindo uma ameaça crítica (ISAÍAS, 2017, p. 46).

A base de argumentações sobre o processo de instituição do patriarcado na sociedade moderna se amparou principalmente na divisão social do trabalho e na constituição da família, que delegou às mulheres os trabalhos reprodutivos e o âmbito privado da domesticidade, assim mantidos pelo exercício do poder patriarcal.

A crítica da dicotomia entre público e privado, bem como da restrição social das mulheres ao âmbito doméstico, se constituiu como um tema principal do pensamento feminista da década de 1960 em diante, em que formularam questionamentos concisos sobre o suposto caráter não-político da esfera doméstica e a “inevitável” e “natural” associação da mulher a este âmbito¹⁰, propagando-os por meio da máxima feminista “o pessoal é político”.

A esse respeito, Carole Pateman (1993) desenvolveu o conceito de “contrato sexual”, como crítica a elaboração ambígua dos direitos políticos elaborados na transição para a sociedade moderna. Segundo a autora, o suposto “contrato original” entre Estado e Sociedade civil, que assinalaria a transição da “monarquia feudal” para legitimação do governo civil moderno, foi retratado pelos teóricos clássicos como uma história de liberdade, quando na verdade representou o aprisionamento das mulheres, a partir do “contrato sexual” estabelecido nas entrelinhas deste “contrato original”.

Uma interpretação do contrato original é a de que os homens no estado natural trocaram as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa, salvaguardada pelo Estado. [...] Outra interpretação – que leva em consideração histórias hipotéticas sobre o estado natural –, existente nos textos clássicos, é a de que a liberdade é conquistada por filhos que renegam sua sujeição natural a seus pais e substituem o regime paterno pelo governo civil (PATEMAN, 1993, p. 16).

Esta última interpretação se refere à sociedade civil moderna como uma sociedade pós-patriarcal, em que o contrato original pressupôs a destruição do “regime paterno”. Porém, Pateman (1993) aponta que o pacto social ao qual remete o contrato original é na verdade um pacto sexual-social e que essa “metade perdida da história” é, no entanto, parte essencial da gênese do direito político.

¹⁰ De acordo com Susan Okin (2008), as noções clássicas da teoria política liberal sobre a “privacidade doméstica” deixaram um legado que possui consequências ainda na contemporaneidade (iniciada no séc. XVII – a partir da transição do Feudalismo para um “novo contrato social entre Estado e sociedade”). O pressuposto de uma dicotomia clara entre público e privado é na verdade dotado de contradições e ambiguidades, que se relacionam com a institucionalização social das diferenças sexuais e servem a funções ideológicas. Como exemplo, Okin (2008) evidencia que público e privado são usados tanto para indicar a diferença entre Estado (propriedade pública) e sociedade (propriedade privada), quanto para diferenciar vida doméstica (em família) e vida não-doméstica (em sociedade). Na primeira dicotomia, a sociedade civil é entendida como privada e na segunda, é entendida como pública. Revela-se a flexibilidade conceitual inerente a tais determinações, além da clara instituição de seu uso para o projeto de dominação patriarcal masculina.

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993, p. 17).

Assim, a suposta liberdade civil advinda do contrato original não é universal, e estabelece uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado (PATEMAN, 1993, p. 17). A lógica da propriedade privada estabelece “direitos de não interferência” do Estado que legitima o controle e o poder de mando masculino dentro da casa, na medida em que a esfera privada, assim como o contrato matrimonial, não é encarada como politicamente relevante.

A divisão sexual do trabalho e a exploração econômica das mulheres é compreendida por Saffioti (2004) como base material para o fortalecimento do patriarcado, na medida em que estabelece para as mulheres tanto o lugar social da domesticidade apartada da política, quando os papéis sociais a elas cabíveis, ligados a reprodução social¹¹ e a superexploração de seu trabalho produtivo (SAFFIOTI, 2004, p.106).

Danièle Kergoat, ressalta que a divisão sexual do trabalho não é um conceito novo, mas que no emprego feito pelas feministas, passa a não se tratar apenas de uma complementariedade de tarefas, “mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2009, p. 67).

De acordo com Saffioti (2004), a dominação e exploração da mulher pelo homem está localizada no tempo e no espaço, havendo evidências arqueológicas de que existiram outras ordens de gênero não marcadas pela dominação masculina (SAFFIOTI, 2004, p. 104).

Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, diz-se de uma divisão sexual do trabalho não calcada em hierarquias de gênero. As mulheres no geral tinham por atributo a coleta, com grande importância na esfera econômica, e gozavam de alto status social muito em razão de sua capacidade de dar origem à vida, o que era tido como sagrado. Porém, nas sociedades conhecidas, as mulheres nunca tiveram controle sobre o homem no sentido de ditar suas decisões, comportamentos sexuais e matrimoniais (ISAÍAS, 2017, p. 49).

Silvia Federici (2017), também destaca que as raízes da opressão das mulheres não são transhistóricas, porém complementa que foi durante os séculos XVI e XVII que se estabeleceu uma forma de opressão patriarcal específica, que teve papel central no desenvolvimento do capitalismo. A autora argumenta que as mulheres não se tornaram donas de casa por uma

¹¹ A reprodução contempla atividades que subsidiam a existência em todos os seus sentidos, usualmente se passa na esfera privada e sem remuneração, e fica a cargo majoritariamente das mulheres. A esfera produtiva e pública, em que há produção de bens e afins com valor monetário agregado, cabe principalmente aos homens.

continuidade cultural sem ligação com o sistema produtivo. Mais que isso, “não houve uma exclusão das mulheres do sistema produtivo (de trabalho remunerado)”, como pensavam feministas do marxismo clássico. O trabalho reprodutivo não remunerado é na verdade uma “centralidade perversa” do sistema produtivo capitalista.

Longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 12).

Federici destaca algumas lacunas no pensamento de Karl Marx, que ignoraram não só o trabalho não remunerado das mulheres na “produção” dos trabalhadores e preparação dos “bens de consumo”, como o fato desses bens consumidos pelos trabalhadores industriais – como açúcar, café e algodão – foram produzidos pelo trabalho não remunerado dos escravos de países colonizados. A partir disso, a autora identifica a formação do proletariado, a degeneração das mulheres e a colonização como partes estruturantes do capitalismo, buscando remontar os processos históricos de construção dessas relações estruturais

Desse ponto de vista, a acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista. Não é por acaso que seu exemplo histórico originário tenha sedimentado estratégias que, diante de cada grande crise capitalista, foram relançadas, de diferentes maneiras, com a finalidade de baratear o custo do trabalho e esconder a exploração das mulheres e dos sujeitos coloniais (FEDERICI, 2017, p. 36).

No período incipiente do capitalismo “a guerra contra as mulheres”, por meio da “caça às bruxas”, foi instrumento de estabelecimento dos ideais de feminilidade e de domesticidade convenientes ao desenvolvimento capitalista.

A caça às bruxas foi uma tentativa coordenada de degradar, de demonizar e de acabar com o poder social das mulheres. Foi destruído todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista. Para isso, estabeleceu-se uma luta contra a solidariedade e as relações comunitárias estabelecidas entre mulheres. As amizades femininas tornaram-se objeto de suspeita – “uma subversão da aliança entre marido e mulher” –, e as relações de amizade e amor femininas foram demonizadas (FEDERICI apud HELENE, 2019, p. 953).

Era considerada bruxa a mulher “libertina” e “promíscua”, aquela que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação. A bruxa era também a mulher rebelde que “respondia,

discutia, insultava e não chorava sob tortura”. Também dentre estas, destacam-se, ainda, as camponesas que organizaram rebeliões durante o período feudal, as pobres e as anciãs, que eram símbolos da cultura e do saber popular. “Nos julgamentos, a ‘má reputação’ era prova de culpa” (FEDERICI, 2017, p. 332).

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades – como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída (FEDERICI apud HELENE, 2019, p. 954).

Os religiosos, intelectuais, pintores e dramaturgos do período pintaram a imagem dessa mulher diabólica, que atormentava vizinhos e oferecia pequenos bebês ao demônio. Eram vilãs: “a esposa desobediente, a fofoqueira, a bruxa e a puta. Uma depreciação simbólica, literária e cultural que estava a serviço de um projeto de expropriação” (FEDERICI, 2017, p. 299).

Enquanto forma de estabelecer medo e controle, a punição pública era recorrente, com violações desumanas e terríveis, como queima de mulheres vivas até sua morte nas praças, o uso de instrumentos de tortura como a “rédea de bruxa” ou “freio da fofoca” – uma espécie de focinheira de ferro – espancamentos públicos e outras formas de humilhação. (FEDERICI, 2017).

De acordo com a autora, “deveria parecer significativo o fato de a caça às bruxas ter sido contemporâneas ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos” e, enfim, à guinada capitalista que culmina na transição do feudalismo para a sociedade moderna. Contudo, este aspecto da “acumulação primitiva” permaneceu “um mistério”, mesmo entre os historiadores marxistas que “relegaram a caça às bruxas ao esquecimento como se carecesse de relevância para a história da luta de classes” (FEDERICI, 2017, p. 292).

A partir do pensamento feminista, aponta-se que por meio da caça sistemática e da construção negativa da imagem da bruxa, não sem resistência (diga-se de passagem), foi construída a imagem de seu oposto: a mulher e esposa ideal (passiva, de poucas palavras, ocupada em suas tarefas domésticas, seres inferiores, assexuados e obedientes). E foi assim que se fez a divisão sexual do trabalho que institucionaliza o trabalho não pago das mulheres que, permitiu ao capitalismo “ampliar imensamente ‘a parte não remunerada do dia de trabalho’ e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino” (FEDERICI, 2017, p. 232).

Foi a partir da aliança entre os artesãos e as autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra, que se forjou uma nova divisão sexual do trabalho [...] que definia as mulheres em termos – mães, esposas, filhas, viúvas – que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e ao trabalho de seus filhos. As mulheres proletárias tornaram-se para os trabalhadores homens, substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade (FEDERICI apud HELENE, 2019, p. 955).

Roswitha Sholz (2013), corrobora em outros termos com a noção de que o patriarcado nos moldes específicos da sociedade moderna ocidental, se faz indispensável ao capitalismo, conformando o modelo por ela conceituado como “patriarcado produtor de mercadorias”¹². A autora acrescenta que ambos se condicionam e se constituem mutuamente, tanto na dimensão material, quanto na dimensão simbólica, constituindo-se não só como sistema econômico, mas como “modelo civilizacional”.

Sholz (1996), lança mão dos desenvolvimentos de Karl Marx sobre a “crítica da socialização pelo valor” e o conceito de “fetichismo”, ao mesmo tempo em que aponta suas insuficiências, para construir a sua própria “teoria dissociação-valor”.

Enquanto mercadoria, os produtos representam o “trabalho abstrato passado” e, portanto, o “valor”. Ou seja, representam uma determinada quantidade (reconhecida no mercado como a socialmente válida) de energia humana gastada. Essa “representação” se expressa por sua vez no dinheiro enquanto mediador universal e, ao mesmo tempo, fim em si mesmo na forma do capital (SHOLZ, 2013, p. 46).

De acordo com essa perspectiva, se o fundamento da ordem do capital é produzir valores para serem trocados no mercado, as próprias necessidades dos sujeitos históricos são subordinadas para tal fim. A formação do valor passa a funcionar como uma espécie de “sujeito automático”, fazendo das pessoas apêndices do processo de produção de mercadorias. É como

¹² O “patriarcado produtor de mercadorias” deve ser apreendido como modelo civilizacional, e não apenas como sistema econômico, portanto, têm de ser levadas em consideração as dimensões psicossocial e simbólico-cultural desta estrutura. Assim, a partir da universalidade da forma da mercadoria, as mulheres têm de se responsabilizar por todo o âmbito da reprodução, menos valorizado socialmente e não representável em dinheiro (privado), enquanto os homens se ocupam da esfera da produção capitalista e do âmbito público. Na ordem simbólica do “patriarcado produtor de mercadorias” a sexualidade masculina é a do sujeito ativo, é agressiva e violenta, enquanto as mulheres, pelo contrário, funcionam como puros corpos (SHOLZ, 2013).

se, então, o próprio capital se tornasse o “sujeito” e as pessoas os “objetos” desse circuito. A este fenômeno Marx denominou “fetichismo”.

O movimento de produção do valor é eminentemente fetichista, pois o capital adquire propriedades de sujeito (se “humaniza”, isto é, passa a ser a fonte da atividade e a criar imperativos práticos de ação) e as pessoas adquirem características de objeto (se “coisificam”, isto é, viram objetos para o processo de produção de mercadorias) (CHEROBINI, 2010, s/p).

No entanto, Sholz (1996) aponta que tal definição não é suficiente, pois desconsidera o “não-valor”, e seu aspecto sexual inerente, como princípio fulcral dessa forma de socialização. O aspecto do não-valor seria representado tanto pelo trabalho não valorado das atividades reprodutivas, quanto por todos os aspectos de ordem simbólica que não são valorados na lógica produtiva. Ordem simbólica a que a autora se refere como uma “relação sócio-psíquica específica”, em que “qualidades, atitudes e sentimentos” considerados subalternos são projetados sobre a mulher, ao passo que são dissociados pelo sujeito masculino (CHERNOBINI, 2010).

De acordo com a autora, se pela perspectiva de Marx dizemos que o valor atribuído às relações trabalho-capital passa a atravessar as relações sociais, engendrando a referida “socialização pelo valor”, há que se acrescentar que essa formação do valor não ocorre como tal sem os processos de “dissociação do valor” – ou seja, de dissociação valorativa entre trabalho abstrato e trabalho doméstico, produtivo e reprodutivo, entre masculinidade e feminilidade.

É, portanto, impossível associar o capitalismo a qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema à sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. Se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente a rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e a sua capacidade de globalizar a exploração. Esse processo segue desenvolvendo-se diante de nossos olhos, tal como se deu ao longo dos últimos quinhentos anos. A diferença é que, hoje, a resistência ao capitalismo também atingiu uma dimensão global (FEDERICI, 2017, p. 38).

Com efeito,

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbólica entre trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto a ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e sua vida (FEDERICI, 2017, p. 37).

Esse processo não se faz sem resistência e constantes desvios e deslocamentos de suas estruturas materiais e simbólicas. Nos amparamos em LEFEBVRE (2008) na potência de transformação do cotidiano, na construção de formas de sociabilidade pautadas na solidariedade, na coletividade e em novas práxis de “sentido vivido”, como aprofundaremos mais à frente. Da mesma forma, reconhecemos a potencialidade da luta feminista anticapitalista e antirracista, nos termos do manifesto de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 41):

O feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a “liberdade” da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência (...) Não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem objetivo de se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos *feminismo para os 99%*.

2.5 Raça e Interseccionalidade

Somado ao patriarcado e ao capitalismo o racismo também é outro fator que nos ajuda a compreender a interdependência das relações de poder referentes a diversos eixos de dominação e opressão que operam na sociedade.

O feminismo negro norte americano da década de 1960 insurgiu trazendo questionamentos contundentes sobre a ausência da categoria “raça” nas elaborações feministas do período, a despeito de que ela se firma enquanto aspecto fundamental que estrutura o sistema de opressão patriarcal, racista e capitalista, que afeta de formas específicas às mulheres negras (DAVIS, 2016). As feministas negras há tempos vêm mostrando como as experiências históricas diferenciadas das mulheres negras, inclusive em termos de opressão, não são reconhecidas.

Angela Davis traz no livro “Mulheres, raça e classe” um resgate histórico da condição das mulheres negras, e, reflexamente, das pessoas brancas. Ela demonstra como as realidades das negras estão, em grande medida, associadas aos legados de um colonialismo racial e da escravidão. Davis critica o fato de pautas históricas feministas serem totalmente incompatíveis com a realidade da mulher negra (DAVIS, 2016).

Mais tarde, a jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) constrói o conceito de interseccionalidade:

Ela cunhou o termo interseccionalidade a partir de um embate jurídico entre mulheres negras e uma fábrica da General Motors nos Estados Unidos. Essas mulheres negras recorreram ao tribunal norte-americano em razão da prática racista e sexista da empresa ao não contratar mulheres negras. Contudo, o tribunal recusou a acusação de discriminação racial e de gênero sob o argumento de que a GM contratava homens negros e mulheres brancas. Entretanto, o que Crenshaw apontava é que apesar da GM contratar homens negros e mulheres brancas, não contratava mulheres negras, o que demonstrava um particular entrecruzamento entre sistemas de poder que impactava qualitativamente as violências sofridas por alguns sujeitos. Fazia-se necessário, portanto, perceber esses entrecruzamentos (ISAÍAS, 2017 p. 49).

É importante destacar que entrecruzamento de marcadores sociais afeta não quantitativamente os fenômenos, posto não se tratar de uma soma de marcadores, mas qualitativamente, complexificando os eventos de opressão e resistência. A perspectiva de interseccionalidade aposta na complexidade das identidades e na interdependência das relações de poder de inúmeros marcadores.

A Interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (HIRATA, 2014, p. 63).

Também o feminismo negro latino-americano avança nas discussões sobre interseccionalidade, trazendo para o debate as questões específicas ligadas a colonialidade que atravessam as mulheres negras latino-americanas. Lélia Gonzales e Sueli Carneiro (2003) são importantes referências nesse sentido. Rita Velloso (2021) sobre Lélia Gonzales, destaca que:

Sua produção refletiu criticamente sobre o lugar do negro na cultura brasileira, visto, tradicionalmente, como o lugar do folclore, do louco, da criança, do primitivo. Uma vez que os sujeitos africanos “trazidos” para o Novo Mundo foram tratados como uma massa anônima de pessoas sem cultura, que só possuíam uma capacidade: a força de trabalho, a autora produziu uma interpretação para a cultura brasileira que rompia com a dicotomia colonizador e colonizado e conferia protagonismo ao colonizado na transmissão de valores civilizatórios para nossa formação cultural (VELLOSO, 2021, p. 132).

Sueli Carneiro (2003), questiona que o feminismo brasileiro tem inclinação eurocentrista, de origem branca e ocidental, que se omite sobre o caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero, o que coloca uma grande distância da realidade vivida pelas mulheres negras.

A consolidação do sistema capitalista no mundo está imbricada com a invasão e a dominação dos territórios latino-americanos e a imposição ao mundo de um modelo de ser humano universal moderno que corresponde, na prática, ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário. Um modelo que deixa de fora diversas faces e sujeitos, em especial as mulheres. Mesmo com o fim histórico da colonização, esse modelo de “universalidade” persiste. Os grupos sociais que assumiram o poder nos processos de independência latino-americanos representavam, em geral, a minoria branca e proprietária da sociedade. Se o regime colonial foi rompido, não houve ruptura com as relações coloniais de poder (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de trezentos anos de escravidão, o domínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo social dominante produziu profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas. O patriarcalismo e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em lugares como o Brasil e em outros territórios colonizados (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Carla Akotirene (2019), traz contribuições para avançar na discussão e atualização da interseccionalidade no contexto brasileiro, evidenciando que “a Interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas à interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo”. Para ela, a interseccionalidade é:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (AKOTIRENE, 2019, p.73).

Levando em consideração que o espaço urbano é um produto social e que “os corpos não estão soltos no espaço [...] interferem e são interferidos, não só pela natureza, mas pela sociedade e contradições que os cerca” (TAVARES, 2017, p. 4), acreditamos na necessidade de articular um olhar interseccional sobre a cidade para análise e compressão dos atravessamentos de raça, gênero e classe na temática sobre a violência contra a mulher – ação principal que levou ao surgimento e consolidação da Casa Tina Martins.

Lelia Gonzalez já havia chamado a atenção para a necessidade de reconhecer a implicação da raça nas nuances das diferentes “imagens de controle” (COLLINS, 2016, p. 103) destinadas às mulheres e seu lugar social na cultura brasileira, no que ela resume em um ditado popular: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (GONZALES, 2020, p. 56). Françoise Vergès (2020, p. 25) afirma que “o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis”, e as mulheres racializadas, dentro dessa lógica, são as que sustentam as cidades, além de serem as que mais sofrem com a violência sistêmica operada pelas relações de poder e pela segregação urbana que lhes é imposta, refletindo no não direito à cidade por parte destes corpos. Assim, essa perspectiva interseccional sobre o espaço urbano é fundamental para o entendimento das ações da Tina Martins e para refletirmos sobre sua *práxis* em direção do direito à cidade.

3 PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E A RESISTÊNCIA CONTRA-HEGEMÔNICA: O CAMINHO PARA O DIREITO À CIDADE

A partir da discussão trazida no capítulo 2, vemos que para as mulheres brasileiras, as questões sobre a restrição das mulheres ao âmbito doméstico, às atividades de reprodução social e à superexploração do trabalho, se dão de forma ainda mais intensa, em vista das decorrências de nosso passado colonial. Isso se relaciona à chamada feminização da pobreza¹³, em que realmente há um maior quantitativo de mulheres em graves condições de miséria e escassez, assim como um aprofundamento da vulnerabilidade social, quando inclusos os aspectos de raça e gênero ao aspecto de classe.

A feminização da pobreza e a intensificação da violência contra as mulheres possuem relação intrínseca, sendo sua superação parte essencial na ruptura dos ciclos de violência. Há que se considerar que para uma mulher sair de uma condição de violência doméstica é preciso muito mais que isolar o agressor, e mesmo que prover a ela amparo psicológico para que não retorne à relação de abuso. Ainda que esses sejam aspectos necessários e de grande relevância, é preciso ainda um “trabalho em rede” para amparar essa mulher no acesso à vida digna, o que envolve moradia, trabalho, acesso a serviços públicos e justiça social.

Nesse sentido, as questões espaciais e a produção social do espaço urbano se mostram centrais, na medida em que a transformação social necessária para construção da vida digna envolve a apropriação do espaço para uso social, humano e coletivo (na contramão de seu hegemônico uso funcional, mercadológico e de valorização imobiliária). Romper com o ciclo de violência envolve romper a lógica capitalista de produção do espaço urbano, que afeta de forma ainda mais profunda e direta as mulheres, negras, indígenas, trabalhadoras e periféricas. Por isso mesmo, elas se encontram na maioria das vezes na linha de frente dos movimentos de

¹³ “De acordo com a Pnad/IBGE (2015), o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens com mais 15 anos de idade foi de R\$2.058 (e de R\$2.509, no caso dos homens brancos) e o das mulheres, de R\$1.567 (e de R\$1.027, no caso de mulheres negras). Outra pesquisa, do Inter-American Development Bank (IDB) 2009, no Brasil, indica que mulheres de mesmo grau de instrução e faixa etária, que ocupam os mesmos cargos que homens, ganham em média 30% menos que eles. É preciso, ainda, levar em conta a quantidade de mulheres trabalhando sem remuneração ou desempregadas, em número consideravelmente maior que os homens. No caso das mulheres negras, esse fato é ainda mais grave. Elas recebem menos da metade do valor do salário dos homens brancos, são as mais suscetíveis ao desemprego e são o maior contingente de empregadas sem carteira assinada. Além disso, quase a metade (46,3%) está concentrada nos serviços domésticos, de educação, de saúde, sociais e comunitários, além de atividades laborais mais informalizadas, mal remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho. Entre elas, a trabalhadora doméstica vai constituir a categoria mais vulnerável, devido à baixa remuneração e ao grau de precariedade. Além disso, a quantidade de trabalhadoras domésticas negras é o dobro das não negras” (HELENE, 2019, p. 956).

luta de reivindicação do espaço urbano, como é o caso das ocupações urbanas e da ocupação Tina Martins.

Neste capítulo buscamos trazer elementos de discussão sobre a problemática urbana, a produção capitalista do espaço, o direito a cidade (LEFEBVRE, 2001) e as possibilidades de resistência e insurgência urbana a partir das ocupações, a fim de contribuir para reflexão sobre as conexões entre a luta feminista e as lutas urbanas, bem como sobre a *práxis* urbana contra hegemônica realizada pela Casa de Referência Tina Martins.

3.1 A produção do espaço urbano e a tríade do espaço: concebido, vivido e percebido

Henri Lefebvre (2003) conceitua o “espaço” enquanto espaço inerentemente social e dialético, já que é produto da sociedade ao mesmo tempo em que é produtor das relações sociais. De acordo com Clarice Oliveira (2021):

A noção de Lefebvre acerca do espaço e de sua produção confere elementos consideráveis para a compreensão do espaço urbano de uma forma heterogênea que admite uma perspectiva de gênero, raça, classe e etnia. Ao compreender o espaço como reprodução das relações sociais de produção, que inclui a reprodução social, estas categorias estão ali engendradas, e a perspectiva de um espaço neutro, aniquilada (OLIVEIRA, 2021, p.8).

O espaço é ocupado, apropriado e remodelado pelas sociedades e seu modo de produção da vida ao longo da história (ao longo do tempo social). Neste sentido, o espaço é produto social e abriga uma dimensão política, já que se dá por uma disputa dialética entre diversos atores sociais engajados na luta de classes. Ao mesmo tempo, este espaço produzido interage com a sociedade, emite linguagens por meio de suas estruturas e usos, condiciona e ressignifica as relações sociais. O espaço funciona como mediação entre as relações de produção e as relações sociais, e é constantemente transformado por elas.

A produção do espaço, portanto, se refere não só a estrutura e materialidade, mas também a um modo de vida. Para compreendê-lo, é preciso analisar as relações e as formas de produção existentes no processo de produção espacial. A reprodução socioespacial supõe uma apropriação do espaço preexistente pela qual penetram modificações lentas na espacialidade consolidada até o ponto de ruptura, quando então há transformações, por vezes radicais, a ponto de não mais se perceberem as antigas lógicas que constituíam os espaços de outrora.

[...] A produção “organiza uma sequência de ações com certa objetividade em vista (por exemplo, um objeto a ser produzido). Esta condição impõe uma dimensão temporal e outra espacial sobre as relações pelas quais os resultados são coextensivos”. Portanto, no momento em que ocorre uma atividade orientada para certo objetivo, se estabelece a relação triádica entre os elementos espaciais (o corpo), os materiais (pedra, madeira etc.) e os dispositivos (linguagem, ferramentas, agendas etc.). Esta relação é o fundamento da tríade da produção do espaço (LEFEBVRE, 1991, p. 69 apud OLIVEIRA, 2021, p. 2).

Lefebvre (1991) concebe três momentos da produção social do espaço, expressos na tríade: espaço percebido (a prática do espaço), espaço concebido (a representação do espaço) e espaço vivido (os espaços de representação), sendo que eles se relacionam dialeticamente tornando imprescindível sejam analisados em articulação.

Segundo o filósofo, o *espaço percebido* se faz justamente nas relações cotidianas entre sociedade e espaço, a partir de “atos, valores e relações específicas de cada formação social”. Assim ele representa uma intermediação entre a lógica de percepção e as “representações mentais” de dada sociedade sobre a reprodução social e sua materialização na realidade urbana do dia a dia (o uso do tempo, as rotas e redes que conectam os lugares fora do trabalho, do lazer e da vida privada) (LEFEBVRE, 1991). Enquanto isso, o *espaço concebido* é o espaço da representação abstrata, proveniente de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, rígido, distante do real, que se ampara em representações do espaço que privilegiam a supremacia do valor de troca e a produtividade na racionalidade geral. Assim, o espaço concebido da modernidade é o espaço que se torna uma mercadoria, que “se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais” (SOUZA, 2009, p. 12). São, portanto, “espaços abstratos”, primados pela razão estética e pela força das imagens, dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade.

Assim, o *espaço concebido* é o espaço dos arquitetos, urbanistas, planejadores, engenheiros, ou de todos aqueles “que identificam o que é vivido e o que é percebido para o que é concebido” (LEFEBVRE, 1991, p. 38). Tal conceito tem especial importância para a crítica da problemática urbana relacionada à produção estratégica e capitalista do espaço urbano. Se mirarmos a cidade do alto, ressaltarão ao nosso olhar os moldes rígidos, estáticos e luminosos que nos indicam a dimensão do espaço construído e os significados que os aparatos engenhosos expressam, relacionados às suas funcionalidades e atrações. Vemos o reflexo de um processo globalizado de pacificação dos espaços públicos, que por meio de sua constante revitalização busca anular as contradições, as fissuras, os sujeitos, o que está por irromper. Os

projetos urbanos planejados a fim de que os espaços se tornem luminosos, midiáticos, espetaculares, cria um falso consenso, a falsa sensação de que não há conflitos e dissensos. Esta lógica espetacular é alienante e insinua que a cidade, uniformizada e cenográfica, está destituída de suas contradições, que são em verdade o que a reproduz. Planejadores urbanos e urbanistas produzem a cidade funcional e fragmentada que privilegia a reprodução do capital em detrimento da reprodução da vida, das demandas da coletividade, da espontaneidade, da realidade urbana sensível experimentada em estruturas urbanas com valor de uso (e não apenas pelo valor de troca¹⁴). De acordo com Clarice Oliveira (2021), o espaço do planejamento urbano carrega em si uma relação generificada de poder, mencionada pelo próprio Lefebvre a partir do conceito de “espaço fálico”:

O planejamento urbano nasceu da racionalidade industrial criada pelo homem branco europeu. Essa afirmação se associa ao caráter operacional do espaço como um instrumento político intencionalmente manipulado por um indivíduo ou um coletivo que detém poder sobre ele, e que o transforma conforme seus objetivos. Lefebvre (1991, p. 377) propõe o conceito de **espaço fálico**. Se trata de uma metáfora com a força, brutalidade e virilidade masculina, de um espaço dominante e opressor intelectualizado pelo homem, “que ultrapassou a espacialidade por tornar a produção um 'meio' político homogêneo e patogênico ao mesmo tempo aberracional e normativo, coercitivo e racionalizado: o 'meio' do Estado, do poder e suas estratégias”. Ou seja, Lefebvre aponta o planejamento urbano como uma prática que tem um caráter-prático operacional de reprodução do capital, mas também de dominação patriarcal sob o capitalismo na forma da reprodução das relações sociais de produção (OLIVEIRA, 2021, p.4).

Segundo Lefebvre (1999), é a partir desta racionalidade industrial, advinda do pensamento iluminista¹⁵ e da conseqüente inauguração do período industrial, que ocorre o processo de “implosão-explosão” das cidades, resultando no “fenômeno urbano” que não só transforma os modos de produção de riquezas, como instaura um processo revolucionário completo do cotidiano, das relações concretas de vida, associada à introdução do capitalismo

¹⁴ O valor de uso de um produto se efetiva na sua utilidade. Entretanto, ele constitui, ao mesmo tempo, o suporte material do valor de troca (MARX, 2013, p. 97). O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço (Idem). Ao aplicar esses conceitos vinculados à produção do espaço Lefebvre considera que a cidade é uma obra coletiva, calcada no uso (e no valor de uso). Entretanto, na cidade capitalista, o valor de uso é tomado pela lógica do mercado e pela difusão da propriedade privada (da terra, do espaço, etc.) em função do valor de troca que cada espaço da cidade representa.

¹⁵ A busca iluminista de “emancipação humana e enriquecimento da vida diária” e “liberdade da escassez e das catástrofes” foi incorporada, de acordo com Eric Hobsbawm (1997), ao projeto amplo de modernização da sociedade, o qual pressupunha o domínio científico da natureza, a organização racional da sociedade e do pensamento, a libertação do mito, das doutrinas religiosas e uma nova organização dos modos de produção material.

na sociedade. A industrialização rompe as estruturas da cidade antiga na medida em que a generalização da mercadoria, do “valor de troca”, tende a suprimir a cidade e a realidade urbana:

Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros (...). Foi preciso que fossem até o fim da destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição (LEFEBVRE, 1969, p. 24).

É nesse processo dialético de destruição e restituição apontado pelo autor que desponta um nível de transformação das relações sociais que, ao mesmo tempo em que incorpora a produção e a lógica industrial, a transcende e inaugura a era urbana. Nesse sentido, o entendimento de “urbano” em Lefebvre ultrapassa o conceito de “cidade”¹⁶, pois diz respeito a um modo de sociabilidade, um modo de política, um modo de organização das ideias, na medida em que a industrialização deixa de ser um fim para se tornar um meio de realização da vida urbana.

É a partir dessa elaboração que Lefebvre faz a crítica ao processo de segregação e especialização dos espaços sobre o pretexto da funcionalização não só do modo de produção capitalista de riquezas, mas também da própria vida urbana. Os sentidos do habitar se reduzem a sua versão burocrática, o *habitat*, o que impossibilita a apropriação dos espaços da cidade para realização do encontro, da sociabilidade, do pertencimento, da experiência.

Em entrevista datada de 1972,¹⁷ Lefebvre reconhece que o período da indústria se faz em condições históricas e políticas determinadas (ora num contexto de supercapitalismo, ora num contexto de “não desenvolvimento”, ou em outros lugares num contexto socialista), contudo “em todos os lugares entra-se na era urbana, conseqüentemente os problemas urbanos são problemas mundiais”.

No caso brasileiro houve, de acordo com Gláucia Gomes (2009), uma singularidade, já que “a industrialização brasileira foi concomitante à urbanização”¹⁸, e assim, “envolveu não só o provimento da força de trabalho como um processo amplo de mudança de hábitos”. Na

¹⁶Diferentemente de estudos que consideraram o conceito de cidade como efeito local que reflete (puramente) a história social, ou como uma evolução acidental ocorrida ao longo da história, Lefebvre conceitua a cidade como “uma mediação entre as mediações” (LEFEBVRE, 1969, p. 47). Isto significa que, enquanto receptáculo da ordem nela projetada, a cidade (um terreno, um lugar) “inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a” (LEFEBVRE, 1969, p. 48). Ela continua a ser um objeto, porém não tanto como um objeto instrumental. É mais como “a objetividade” da linguagem, que os indivíduos a recebem e a modificam. Para o autor, a distinção entre cidade e campo não foi ultrapassada pelos fenômenos urbanos, eles coexistem em um processo dialético.

¹⁷ Entrevista traduzida para o português publicada no site *Youtube*, em 11 de abril de 2016 a partir da *Urbanose 15 — Entretien avec Henri Lefebvre. Realização de Michel Régner (1972), L'Office National du Film du Canada*. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg>. Acesso em 14/06/2019

¹⁸Referência ao período da Revolução industrial no início da década de 1960

medida em que ao trabalhador urbano, direta ou indiretamente ligado à atividade industrial, coube assumir todos os custos de urbanização de suas vidas, esse pressuposto ficou longe da realidade, frente ao grande número de trabalhadores que se deslocou da zona rural para os centros urbanos. Dentre as estratégias de sobrevivência, os trabalhadores resgatam os hábitos rurais, privam-se do não essencial, fazem duplas jornadas de trabalho (ou triplas no caso das mulheres), recorrem ao trabalho infantil e principalmente, recorrem às formas precárias de moradia. Gomes situa a favela como “condição fundante do processo de urbanização brasileira”, na medida em que a Espoliação Urbana se dá como necessária a reprodução da indústria brasileira nascente.

O trabalhador se vê incluído na engrenagem da produção capitalista da vida e do espaço, a partir da lógica exploratória da força de trabalho. Instaura-se, portanto, uma lógica hegemônica e homogeneizante de produção do espaço movida pela introdução do capitalismo na organização das sociedades, processo no qual o Estado possui especial atuação. (MAGALHÃES, 2016). O Estado Moderno atua fortemente na produção do espaço sobre a égide do capitalismo, principalmente por meio do planejamento estratégico e da lógica homogeneizante de estruturação do espaço antes analisada.

Porém, o espaço não é produzido apenas pela institucionalidade política e nem a homogeneidade alcança a totalidade urbana. O Espaço é disputado e produzido tanto pelo poder hegemônico quanto pela resistência a ele, em uma dialética das relações espaciais que podem tanto ser opressoras, quanto emancipatórias.

Nesse sentido, Lefebvre (1991) conceitua o *espaço vivido* como o espaço das diferenças em relação ao modo de vida programado, na medida em que é o espaço como ele pode ser: plenamente vivido. Nesse sentido, o *espaço vivido* se constitui a partir dos sentidos e valores de uso surgidos no intermédio da experiência cotidiana e a realidade urbana, bem como das contradições a ela inerentes. “Está vinculado ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional”. (SOUZA, 2009, p. 12). A apropriação do espaço para além de seus usos formais, e sim a partir das significâncias do momento presente constituem o *espaço vivido*. De acordo com Lefebvre (1991, p. 39), trata-se, portanto, do “espaço que é dominado e por vezes experimentado passivamente, espaços em que a imaginação tende a transformar e se apropriar”. “Os espaços de representação são os espaços de dominação e/ou transformação e tem, portanto, relação com o movimento de alienação-desalienação-realienação e também com a relação dialética entre o outro e a outredade” (OLIVEIRA, 2021, p. 5).

O espaço social, então, como a expressão do espaço vivido, pode ser entendido pela “soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas” (SOUZA, 2009, p. 13), no processo de reprodução social. Nesta análise, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um “espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso” (SOUZA, 2009, p. 13). Assim, “o espaço vivido vincula-se, portanto, a uma relação dialética entre os espaços de dominação e os espaços de transformação, que a partir das lutas urbanas operam na realização da sociedade urbana” (OLIVEIRA, 2021, p. 7).

Assim, não há uma fixidez entre as dimensões espaciais, sendo que nada impede que o *espaço concebido* absorva o *espaço vivido*, ou que as três dimensões de produção do espaço ocorram simultaneamente.

Segundo Henri Lefebvre (2003), há, no espaço, um conflito de projetos antagônicos entre o *concebido* pelo capitalismo e a apropriação, o *espaço vivido* das pessoas. Assim, o espaço homogêneo se fragmenta na medida em que as contradições da produção capitalista do espaço geram guetos, espaços informais, insurgências e novas práticas de uso do espaço que vão na contramão dos usos pré-estabelecidos pelo planejamento estratégico. Esse processo dialético de homogeneidade e fragmentação se estende do local ao nacional e as relações implicadas neste processo se imbricam e se implicam, ampliando os conflitos e as contradições (muito longe de eliminá-los). Como bem interpreta Luis Roberto Monte-Mór (2006, p. 16):

Depois de mostrar o deslocamento da problemática contemporânea do rural para o urbano; de denunciar a estratégia de classes para exclusão das classes trabalhadoras do espaço do poder, a cidade; e mostrar o caráter repressivo da sociedade burocrática de consumo dirigido que se forjara no capitalismo industrial, Lefebvre concluiu anunciando a sociedade urbana virtual que trazia no seu bojo um processo revolucionário centrado na práxis urbana, a politização do espaço de vida.

Além de Lefebvre, David Harvey lembra que “há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas” (2014, p. 12). Este “possível” ao qual Harvey se refere são as possibilidades alternativas de apropriação e uso dos “oprimidos” no *espaço concebido* pelo capitalismo, para superar suas condições sociais de exclusão e desigualdade. Assim, o *espaço vivido*, ao representar a experiência do indivíduo com o espaço, suas “relações de afetividade ou repulsão em relação às pessoas, aos espaços e às coisas” e se basear nas abstrações de um mundo experimentado, abre espaço para as reivindicações e

insurgências urbanas que buscam transformar a ordem socioespacial imposta (SANTOS, 2015. p.174).

3.2 Direito à cidade

É a partir da compreensão deste campo de possibilidades de apropriação do urbano que Lefebvre (1969) propõe a concepção do *direito à cidade*, que diz do direito a sermos criadores partícipes dos modos de vida na cidade, ou seja, a estamos no centro da tomada de decisão da vida urbana, nos apropriarmos dela e darmos sentido vivido ao espaço. O *direito à cidade* pressupõe a tomada radical da agenda urbana – que na história do mundo capitalista produz o espaço para o fluxo de mercadorias e de lucro – e a transformação dessa agenda, produzindo uma cidade que atenda às necessidades e demandas da classe trabalhadora. Significa, então, subsumir a lógica do valor de troca pelo valor de uso. Assim, a cidade seria o instrumento para a emancipação humana. Como ressalta Oliveira (2021, p. 5):

Importante destacar a banalização do conceito, associado à criação do estado de direito no Brasil. Assim sendo, o direito à cidade aparece como uma defesa abstrata do direito de cidadania, de acesso à infraestrutura urbana, à habitação, ao bem viver, ou a algum tipo de participação popular na tomada de decisão sobre a cidade. Assim, a concretização do direito à cidade exige, ao lado da revolução econômica e política (autogestão generalizada), uma revolução cultural permanente. E o agente desse processo revolucionário só pode ser o proletariado, só ele tem “a capacidade de produzir um novo humanismo”.

Há que se ressaltar, entretanto, que a realidade brasileira não é a de uma sociedade industrializada na qual o chão de fábrica é o local mais expressivo do trabalho. Como aponta Oliveira (2021, p. 6):

A partir do conceito de Bhattacharya (2019) sobre espaços de insurgência como espaços de confronto ao capital para além do chão de fábrica, é possível renovar a conceito de direito à cidade. Os espaços de insurgência tratam a luta de classes associada a suas interseccionalidades na busca por uma vida digna nas cidades, e expande a luta de classes para além do espaço do trabalho para todos os tipos de espaços sociais.

A luta pelo *direito à cidade* continua sendo a luta pelo direito à centralidade de decisão sob a vida urbana não mercantilizada e financeirizada, mas não apenas isso, é a realização da vida urbana por pessoas de todas as classes, gêneros, raças e etnias:

No cenário neoliberal do capital financeirizado, a criação de espaços de insurgência ou de espaços diferenciais desafiam as privatizações dos serviços urbanos desafiam o ambiente construído de grandes projetos urbanos e mercado imobiliário relacionado à lógica do mercado financeiro, no qual a habitação não é construída para ser um habitat. Essas lutas se abarcadas sob o viés de gênero e suas interseccionalidades ganham novas especificidades (OLIVEIRA, 2021, p. 6).

A vida urbana renovada, a revolução urbana só será possível a partir do reconhecimento das heterogeneidades internas na luta de classes, sob o olhar feminista que desafia as formas de opressão e silenciamento impostos pelo capitalismo patriarcal.

3.2.1 Gênero e Direito a cidade

Paula Soto Villagrán (2018) destaca que é por meio de uma necessária e ampla crítica as epistemologias científicas que se pressupõe neutras e assexuadas, omitindo assim, o histórico viés masculino da ciência canônica, que vem se consolidando a frutífero vínculo entre as teorias científicas feministas e as disciplinas dedicadas as análises dos processos e dinâmicas urbanos. Importantes argumentações apontam para as relações de gênero como estruturadoras das desigualdades urbanas e, portanto, essenciais ao seu estudo, encadeando a reconstrução de um marco teórico e o surgimento do projeto das “geografias feministas”. A autora reforça que a vida cotidiana das mulheres tem sido modelada pelos espaços em que vivem, assim como as mulheres constroem material e simbolicamente a vida cotidiana nos espaços que habitam.

Na análise de Villagrán (2018), a cidade se apresenta como cenário contraditório na perspectiva de gênero, já que se expressa dialeticamente como limitação e potencial libertação para as mulheres. É limitação na medida em que a organização do espaço baseada na divisão sexual trabalho reforça a suposta dicotomia entre o público e privado e cerceia os deslocamentos no espaço público pelas mulheres, bem como sua apropriação. Entretanto, é também potencial libertação, na medida em que as mulheres podem transformar a ordem social-urbana e sua representação através de suas práticas coletivas

Baseado no que vimos anteriormente sobre a chegada do modelo de produção capitalista e sua relação com as desigualdades de gênero, podemos afirmar que, na formação das cidades capitalistas, espacializou-se a nova divisão sexual do trabalho. “Isto é, que uma organização urbana generificada também nasceu durante a transição entre feudalismo e capitalismo” (HELENE, 2019, p. 957).

Como vimos, a industrialização estrutura no espaço urbano uma gradativa separação entre moradia e trabalho. Nesse momento de separação entre espaços de produção, consumo e moradia, também se estrutura espacialmente o que é considerado público e o que é privado, ao mesmo tempo que se organizam esses espaços de acordo com a divisão sexual do trabalho: o público/produtivo como um espaço masculino e o privado/doméstico como feminino.

No entanto, é importante sublinhar que, apesar de o espaço doméstico ser relacionado às atividades realizadas pelas mulheres, isso não quer dizer que este é um espaço de poder delas. Dentro da unidade familiar, estrutura-se mais uma relação generificada de poder. Se o espaço privado fosse um local de refúgio seguro para as mulheres, que são constantemente excluídas do espaço público, esse não seria o local de maior violência e morte feminina. Ou seja, entender que tanto o espaço público como o privado são marcados por hierarquias de gênero que dão poder àqueles reconhecidos como homens (HELENE, 2019, p. 958).

Portanto, em função da dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres e das características relacionadas às tarefas da esfera reprodutiva, as desigualdades urbanas, os problemas relacionados à infraestrutura e aos equipamentos públicos as afetam muito mais do que os homens:

Por exemplo, se tomarmos como ponto de observação a mobilidade, a dinâmica masculina costuma ser mais pendular e linear entre moradia e trabalho. A principal atividade dele diária é o trabalho produtivo, formal ou informal. Já a mulher, em geral, faz não só o trabalho produtivo como também é majoritariamente responsável pelo trabalho reprodutivo. Por essa razão, o número de deslocamentos realizados pelas mulheres é mais intenso que o dos homens. Elas estão encarregadas do trajeto dos filhos à escola, da compra de insumos alimentícios, da limpeza e do cuidado do entorno da moradia, entre outras tarefas relacionadas ao ambiente doméstico. Por isso, tendem a fazer viagens mais curtas e diversas, espalhadas durante o dia em horários diferentes. Quanto maiores as dificuldades e as distâncias entre esses diferentes destinos, piores as condições que estas enfrentam: Em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas. São elas também que dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou idosos a postos de saúde (HELENE, 2019, p. 961).

Os desafios da ausência dessas e outras infraestruturas urbanas, reduzem o tempo disponível das mulheres para se dedicarem a outras atividades que garantam sua independência, além de impor maior desgaste físico, afetando sua saúde (GUIA, 2011).

Como aponta o Guia (2011), a questão de gênero também se destaca na relação entre moradia e o contexto urbano, devido ao fato de os espaços predominantemente voltados para

habitação, e marcados pelas atividades domésticas, constituírem-se como espaços nos quais as mulheres estão majoritária, cotidiana e constantemente presentes. Bem como pelo fato de que diante da feminização da pobreza, o acesso a moradia se faz ainda mais difícil para as mulheres:

Sobrecarregadas de trabalho não pago e situadas marginalmente no mundo do trabalho, o acesso ao mercado de moradia no Brasil, já inalcançável para muitas famílias, é ainda mais difícil quando se é mulher. Uma imagem expressiva do quadro de exclusão social e segregação das cidades brasileiras e latino-americanas e situação comum a praticamente todos os relatos obtidos: antes de entrarem no movimento de luta por moradia, praticamente todas as militantes foram moradoras de favelas e outras formas de habitação informal. Para além das dificuldades de acesso à moradia adequada, as dificuldades de morar na rua, “virar-se” ou “morar de favor” também são mais difíceis para o gênero feminino. Não é apenas o perigo da violência sexual, ameaça constante na vida de uma mulher, que oblitera de forma predadora suas condições de uso do espaço público e da sua vida urbana. Mas é também por serem designadas à posição daquelas que cuidam cotidianamente das crianças, idosos e outros, o espaço da casa eleva-se a uma importância muito maior. Isto é, para elas, a moradia significa muito mais que um abrigo ou uma mercadoria, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados (HELENE, 2019, p. 956).

3.3 Moradia e Ocupações Urbanas

A lógica de produção capitalista e financeirização do espaço urbano, que torna habitação em mercadoria especulativa e prima pela propriedade privada, concebe um espaço desigual, marcado por uma imensidade de população sem-terra e sem-teto, ou em condições habitacionais precárias, na qual as mulheres, principalmente as mulheres negras, correspondem a sua maioria.

Cabe destacar que o Estado possui papel primordial na regulamentação e manutenção da desigualdade habitacional e de distribuição de terras.

De acordo com Magalhães (2016), a institucionalidade política possui o papel histórico na organização e administração do capitalismo. Mais que isso, o Estado permanece primordial na organização do capitalismo ainda que dentro do modelo político neoliberal, diferentemente do que anunciam outras correntes analíticas economicistas que supõem um “esvaziamento” do Estado no Neoliberalismo. O autor traça um histórico da construção do pensamento neoliberal, seus argumentos, estratégias e proposições. A partir da necessidade de distanciamento do liberalismo clássico, acusado de ser responsável pela crise de 1929, bem como de minar as bases do insurgente modelo Keynesiano de capitalismo organizado pelo Estado intervencionista, os teóricos do neoliberalismo propuseram: um Estado de direito proativo e incisivo, com regras claras e bem definidas (porém não necessariamente intervencionistas); que

garanta as condições básicas para o livre mercado, a previsibilidade de suas ações pelos agentes econômicos, as liberdades individuais, a propriedade privada. Na visão dos filósofos do Neoliberalismo a democracia só seria possível no capitalismo, imaginando que a lógica do mercado (bem assegurada pelo Estado) resolveria “naturalmente” os problemas coletivos. Dessa forma, a individualização dos problemas coletivos é sempre defendida pelos neoliberais.

A proposta, portanto, não foi de diminuir o poder do Estado e sim mudar seu tipo de autoridade, mantendo um Estado forte. Buscava-se, naquele momento, princípios para guiar um “intervencionismo liberal”. Ao desmistificar o suposto enfraquecimento do Estado no Neoliberalismo, o autor argumenta que o econômico é efeito do político, e não o contrário, já que o Estado é uma esfera central da gênese do capitalismo, bem como o é atualmente fundamental na administração do capitalismo, ainda que na relação dialética entre Estado e capitalismo haja uma via de mão dupla em que de formas diversas eles se redefinem um ao outro.

De acordo com a entrevistada Rosa, citada a seguir, a questão urbana se faz constante na experiência da Casa, já que o movimento se defronta constantemente com a lógica capitalista de produção do espaço. Isso se faz no processo de conquista e permanência da Casa Tina Martins em um imóvel localizado em bairro elitizado, mas principalmente no processo de amparo as mulheres em situação de violência, na medida em que, para a maioria delas, a saída do ciclo de violência depende de obter uma moradia e acesso a aparatos públicos.

[...] A questão da moradia, da propriedade, está muito ligada ao sistema ao qual a gente vive. A gente vive numa sociedade capitalista em que o principal dessa sociedade é a propriedade privada. A gente fala muito que a propriedade privada está acima da vida das pessoas. A gente não vê uma saída de fato libertadora para as mulheres, para o povo trabalhador e para todas as pessoas dentro desse sistema que preza pela propriedade privada em detrimento da vida. Então dentro desse sistema a gente entende que é necessário que se tenha as políticas públicas, mas a gente também percebe que a gente tem que fazer as nossas lutas, independente de ter ou não uma política que atende a população (e a gente vê que não atende). É importante que a gente se articule, é importante que a gente se organize para garantir o mínimo, porque a gente está falando de direitos básicos, direitos que são os mais básicos dentro da nossa constituição. Moradia, saúde, educação, lazer, transporte de qualidade, enfim, são direitos que eram para todos, mas a gente sabe que não é. (...) São as contradições desse sistema falido. Por isso dizemos muito a frase “contra o Estado, com o Estado e para além do Estado” (Rosa).

Como vimos, o *espaço concebido* não consegue destituir completamente as contradições da realidade prática e sensível imediata. Surge o espaço das diferenças, fragmentado pela resposta da sociedade local à implosão de uma ordem distante.

Para Lefebvre (1999), as possibilidades de emancipação social no urbano se fazem por meio de *práxis* urbanas que proponham outros usos do tempo e do espaço que estejam desvinculados da reprodução das relações capitalistas. De acordo com Thiago Andrade dos Santos (2015), o urbano em Henri Lefebvre

Surge no pensamento e na ação prática como uma *utopia concreta* que está inscrita no real como anúncio de um processo de transformação que talvez não conduza a um fim determinado por uma mente iluminada, mas que seja a inspiração permanente que poderá conduzir os seres humanos ao fim da alienação. Para Lefebvre o urbano é manifestação do *espaço diferencial* que poderá nascer da superação do *espaço abstrato*, o espaço do capital (SANTOS, 2015, p. 215).

Ao dizer sobre a *utopia concreta*, Lefebvre (2016) afirma:

A utopia começa no momento em que se ousa prescrever, partindo das condições existentes, a forma segundo a qual deve ser resolvida esta ou aquela oposição na sociedade atual. [...] ela é possibilidade que esclarece o atual e que o atual afasta para o impossível (LEFEBVRE, 2016, p. 91).

Desenvolvido por Ernest Bloch (2005) e por Henri Lefebvre (2016), o conceito de *utopia concreta* traça uma “linha divisória entre as idealizações com uma visão de futuro encerradas em si mesmas e práticas alternativas fundadas em um referencial concreto com uma perspectiva de futuro em aberto” (LIMONAD, 2018, p. 82). A *utopia concreta* tem por base a vida social no aqui e agora, que é passível de constante mudança e que, portanto, está em constante reelaboração. Se colocada enquanto norteadora da ação social, ela se assenta sobre as próprias condições do possível, direcionando para horizontes que as transcendem, a partir da transformação do cotidiano presente, contudo, de forma não determinante, não como receituário ou meta. “O aparentemente impossível está sempre presente no possível, e é a constante luta pelo impossível que fundamenta a produção de novas possibilidades de transformação social” (LIMONAD, 2018, p.84)

Consideramos exemplo de *práxis* que podem ser *utopias concretas* as *insurgências urbanas* que reivindicam o espaço urbano e se apropriam dele para estabelecer com eles outro uso, como o caso das *ocupações urbanas*. Segundo Camila Diniz Bastos et al. (2017, p. 259):

A ocupação é um ato de coragem: é uma atitude radical que nasce preocupada em resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato e na qual se coloca em curso um processo de tomada de consciência dos entraves da produção do espaço urbano.

As ocupações urbanas se constituem como ato de resistência à lógica capitalista de produção do espaço, questionando a propriedade privada e a desigualdade socioespacial. De acordo com Canetti (2017, p.37), “embora, de fato, a casa e o morar sejam elementos centrais na articulação desses movimentos, seu alcance acaba por interrogar as formas de praticar e conceber as condições de existência na cidade”. Assim, as ocupações são, não só uma alternativa de garantia do direito à moradia, frente ao déficit habitacional brasileiro, como espaço de luta por transformação social. Com o apoio ou participação direta de movimentos sociais, as ocupações lutam tanto por moradia digna, quanto por educação, saúde, mobilidade urbana, participação social, realizando assim uma disputa ampla do “direito a cidade”. Para além disso, as ocupações urbanas buscam transgredir a lógica estatal da propriedade privada, na medida em que, segundo Magalhães (2016, p. 232):

Concretizam uma nova forma, mais radicalizada, de ação de cidadania insurgente, que atua no âmbito do jurídico, interno aos espaços do Estado (...), conclamando direitos, inclusive aquele de realizar para si com as próprias mãos, a política pública efetiva que deveria ser função do ente público cristalizado na instituição estatal.

É importante destacar que as mulheres estão majoritariamente presentes nas ocupações urbanas e possuem papel decisivo na construção desses espaços de resistência. Isaias (2018, p. 2) destaca que “exercendo papéis de decisão e liderança dentro das ocupações, as mulheres desafiam não só a lógica capitalista de produção do espaço, como os lugares que as mulheres podem ou não ocupar”. A experiência das mulheres que construíram o movimento de mulheres Olga Benário e a Tina Martins não se fez diferente. A grande maioria delas atuavam e permanecem atuando nos espaços de ocupação por moradia, onde também se fazia notável a busca de se libertar da violência por parte de muitas das mulheres que se organizam nesses movimentos. Como relata a entrevistada Alexandra:

Nosso principal espaço de atuação é nas ocupações urbanas. A gente sempre teve esse contato com a violência contra a mulher por estar nesse espaço de grande vulnerabilidade. Por fazer parte dos movimentos de moradia, a gente via o quanto que grande parte das pessoas que buscam por moradia, e infelizmente a partir de ocupações, por causa da ausência das políticas públicas, são mulheres. Vemos que são essas mulheres a base do movimento (Alexandra).

A Ocupação Tina Martins possui especificidades que a diferenciam enquanto espaço coletivo de atendimento temporário a mulheres em situação de violência. Contudo, sua origem está intimamente conectada à experiência das mulheres nos espaços de luta por moradia, além de que preserva consigo o caráter de ocupação, enquanto espaço de resistência e de proposição de novas formas apropriação e *práxis* urbanas. De acordo com as integrantes da casa, ainda que o Estado tenha cedido temporariamente o espaço para que elas possam atuar como Casa de Referência, não há uma garantia legal permanente quanto a essa concessão. O coletivo permanece sujeito a possibilidade de despejo, de acordo com interesses econômicos políticos que se interponham nesse processo, por isso precisam constantemente renegociar e lutar por sua permanência. Além disso, as formas de uso do espaço, a que se propõem o grupo, tem rompido a lógica privada, funcionalista, mercadológica e proposto uma apropriação do espaço pautada na coletividade e na transformação social. Por esses motivos, as mulheres da Tina se afirmam como movimento de ocupação, ainda que se classifiquem e atuem hoje como Casa de Referência da Mulher.

Ao buscarmos analisar a experiência da Casa Tina Martins, buscamos um olhar que articule local e global (MASSEY, 2000). Doreen Massey tem o conceito de *lugar* como ponto articulador entre local e global. O lugar não corresponde simplesmente a um local físico, mas sim ao espaço de encontro de multiplicidades, de simultaneidade de trajetórias, de relações sociais. Esse espaço carrega não só materialidade, mas também virtualidade, potência de infinitas possibilidades de interações e arranjos com resultados virtualmente imprevisíveis. Assim, os eventos locais carregam singularidade devido à “uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular” (MASSEY, 2000, p. 184). Carregam também “o mundo” porque são extrovertidos, os entornos dos lugares em que se passam não são fronteiras isoladas, mas sim:

Momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso por sua vez permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o local e o global (MASSEY, 2000, 184).

Nesse sentido, a Casa Tina Martins – como abordaremos mais detidamente no próximo capítulo – constitui-se como *lugar* carregado de seu “sentido global de lugar”, como denota

Massey, e que, portanto, permite uma análise que parte da experiência ao mesmo tempo que a transcende, permitindo ampliar o olhar sobre a questão também para diferentes contextos.

4 TINA MARTINS: DE OCUPAÇÃO À CASA DE REFERÊNCIA – REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁXIS URBANA TRANSFORMADORA

Este capítulo busca trazer informações e reflexões sobre a trajetória de construção da ocupação Tina Martins, as trajetórias que a levaram a atuar como uma Casa de Referência da Mulher, bem como a forma como a casa se organiza. Primeiramente, buscamos apresentar um breve panorama sobre a situação da violência contra a mulher no Brasil, as legislações e a rede de instituições estatais de enfrentamento a violência a fim de compreendermos o desencadear da ocupação Tina Martins e sua conexão com essa rede. Em seguida, apresentamos o Movimento de Mulheres Olga Benário, que constituiu a Tina e a organiza, o histórico de consolidação da Ocupação e Casa de Referência, assim como abordamos mais profundamente os funcionamentos e a experiência cotidiana das mulheres na Tina, a partir do conteúdo das entrevistas realizadas. Por fim, trazemos elementos e reflexões sobre as conexões entre a experiência da Casa Tina Martins com a luta pelo Direito a Cidade.

4.1 Para entender o contexto brasileiro e de Belo Horizonte sobre a violência contra a mulher

Os índices brasileiros sobre a taxa de feminicídios se mostram alarmantes. De acordo com dados do Atlas de Violência publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2020), em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas. Entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. Nessa faixa temporal, mesmo nos períodos em que houve queda nas taxas de feminicídio, a redução foi menos significativa para mulheres negras, explicitando o racismo como componente marcante da violência contra as mulheres neste país. Já os registros policiais sobre os diferentes tipos de violência contra as mulheres indicam que são mais recorrentes as denúncias de violência doméstica e familiar, totalizando 78,96% dos registros de 2019, mais recorrentes entre as mulheres autodeclaradas pardas, com faixa etária entre 25 e 30 anos (SPM, 2019, p.31). Os dados para a cidade de Belo Horizonte, são também preocupantes: segundo os registros de violência feitos pela Polícia Civil de Minas Gerais (2020), o total de denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica durante o ano de 2019, foi de 18.607. Em 2020, com o isolamento social de combate e prevenção ao coronavírus, muitas mulheres tiveram de permanecer próximas de seus agressores por mais tempo, o que acarretou o aumento do índice

de violência doméstica e de feminicídios em 2% (FÓRUM, 2020). A questão de raça se mantém visível quando é visto que 75% das mulheres que foram assassinadas nesse período eram negras:

3 em cada 4 mulheres que são assassinadas são negras; 3 em cada 5 mulheres mortas por feminicídio são negras; metade das mulheres vítimas de estupro são negras; metade das adolescentes e crianças vítimas de estupro de vulnerável são negras; metade das mulheres vítimas de lesão corporal em decorrência de violência doméstica são negras (SANTANA apud VELASCO et al., 2020, p. 151).

O Brasil é visto, hoje, como o 5º país que mais mata mulheres no mundo, atrás somente de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. A América Latina é considerada como a região mais perigosa no mundo para mulheres fora de uma zona de guerra (ORENSTEIN; ARCOVERDE, 2019). A brutalidade de tal cenário se soma ao fato de que as instituições públicas de enfrentamento à violência apresentam graves lacunas em sua atuação e se revelam insuficientes.

As legislações federais específicas de combate a todo tipo de violência cometida sobre as mulheres são extremamente recentes, sendo que até pouco tempo a violência contra a mulher era tratada pela Lei Federal 9099/1995, o que significa que era considerada “crime de menor potencial ofensivo”. Apenas a partir de 2006, quando é criada a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, é que o assunto passa a ser tratado com mais rigor, sendo considerado uma grave violação dos direitos humanos. Já a Lei de Feminicídio – nº 13.104, foi criada apenas em 9 de março de 2015, sendo essas as duas principais leis que tratam da questão atualmente.

A estruturação da Lei 11.340 pode ser entendida a partir de três eixos principais de medidas de intervenção: criminal; de proteção dos direitos e da integridade física da mulher; e de prevenção e educação. Além disso, o texto oficial promulga que a lei não pretende atuar apenas no âmbito jurídico, mas integrá-lo na formulação de políticas públicas de gênero, que envolvam ainda a segurança pública, a saúde, a assistência social e a educação (GUIMARÃES; PEDROSA, 2015, p. 261). O Estado brasileiro compreende a “violência contra mulher” como: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). A definição é, portanto, ampla e abarca diferentes formas de violência contra as mulheres. Entre as especificidades e inovações trazidas na Lei Maria da Penha, destaca-se a tipificação das diferentes formas de violência contra as mulheres, que são: a violência doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), a violência sexual, o abuso e a exploração

sexual de mulheres, o assédio sexual no trabalho, o assédio moral, o tráfico de mulheres e a violência institucional (BRASIL, 2011).

As violências física e moral são definidas sucintamente: a primeira como condutas que ofendam a integridade ou saúde corporal (art. 7º, I) e a segunda como atos de calúnia, injúria ou difamação (art. 7º, V). A definição de violência psicológica se remete aos impactos à saúde emocional, à autoestima e ao pleno desenvolvimento humano, a partir de condutas como de controle, ameaça, constrangimento, perseguição contumaz e humilhação (art. 7º, II). A definição de violência sexual vai além de condutas que constroem, mediante força ou ameaça, a mulher a participar de relação sexual não desejada, incluindo também a limitação ou anulação do exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos, como forçar o aborto ou o uso de método contraceptivo. Por fim, a violência patrimonial se configura a partir de condutas de retenção, subtração ou destruição de objetos, documentos, bens e valores (Lei 11.340, 2006) (GUIMARÃES; PEDROSA, 2015, p. 262).

Baseada nestas definições, a Lei Maria da Penha, prevê a criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de estabelecer meios para preservar a integridade física e psicológica da vítima (BRASIL, 2006). De acordo com o documento oficial sobre a “política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres”, até 2003, as Casas-Abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) constituíram as principais respostas dos governos (federal, estaduais e municipais) à questão da violência contra as mulheres. A partir da lei 11.340, “as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas e passaram a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e inclusive de responsabilização dos agressores (combate)” (BRASIL, 2011, p. 7).

No eixo da assistência, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência foi redimensionada, passando a compreender outros serviços que não somente os abrigos e as delegacias especializadas, tais como: centros de referência da mulher, defensorias da mulher, promotorias da mulher ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), entre outros.

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres que a SPM¹⁹ define, diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a

¹⁹Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM

responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Já a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2011, p. 8).

A constituição da rede de enfrentamento no Brasil busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, a justiça, a cultura, entre outros. Contudo, a experiência mostra que há muito o que se avançar com relação a aplicabilidade e efetividade dos aparatos públicos previstos.

Mesmo dezesseis anos após a criação da Lei Maria da Penha, Belo Horizonte tem apenas uma delegacia especializada que funciona 24 horas – as demais funcionam apenas em horário comercial, sendo que os casos de violência doméstica são muito mais representativos à noite e nos finais de semana. O estado de Minas Gerais possui 853 municípios, 300 demandas computadas por abrigo diariamente, e apenas 13 casas de acolhida no Estado inteiro (BASTOS, 2020). Além disso, de acordo com as entrevistadas dessa pesquisa, as casas-abrigo do Estado atendem um perfil muito específico de situação, sendo apenas aqueles casos em que a mulher que está correndo um risco iminente de morte, de forma comprovada a partir de boletim de ocorrência. Há muitos casos em de mulheres que registram o boletim de ocorrência relatando ameaças e violência psicológica, porém não recebem suporte de abrigamento por serem considerados “casos de menor gravidade”. Tais mulheres não conseguem sair do ciclo de violência por não receberem um amparo de qualidade – algo que os movimentos que formaram a Tina Martins buscaram atacar ao buscar uma alternativa, dentro de seus territórios de atuação, às políticas institucionais insuficientes e pouco eficazes.

Entende-se que qualquer ação para superar a violência passa por uma articulação intersetorial, interdisciplinar, multiprofissional e necessita de apoio da sociedade civil, de instituições e associações comunitárias que militam para fortalecer a inclusão social e fazer valer os direitos de cidadania. De acordo com as integrantes da Tina, a saída de uma mulher da situação de violência demanda variadas formas de suporte, dentre eles a sua autonomia material que, muitas vezes, envolve moradia, emprego, creche etc., como detalharemos ao longo desse texto.

4.2 Movimentos sociais urbanos e o surgimento do Movimento de Mulheres Olga

Benário: “que possamos transformar a vida das mulheres”

De acordo com Regina Ferreira (2014), durante as décadas de 1960 e 1970, os conflitos urbanos e movimentos de bairro reivindicatórios marcaram a Europa. A sistematização destas experiências deu origem à definição de “movimentos sociais urbanos”. Também os movimentos reivindicatórios crescentes na América Latina e no Brasil, desde as décadas de 1970 e 1980²⁰, proporcionaram o surgimento de abordagens que designaram os movimentos sociais como tema central de inúmeras investigações. Assim, Maria da Glória Gohn (1997) definiu movimentos sociais como sendo:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 1997, p. 251).

Ferreira (2014) aponta que tais movimentos sociais urbanos latinos e brasileiros tiveram como base social, na sua maioria, uma população proletária, cuja precariedade das condições reprodutivas na cidade colocavam como necessidade a ação reivindicativa para melhoria das condições de vida. Assim, “a crise da cidade capitalista gerava um crescente processo de politização do cotidiano: os movimentos colocavam em questão a ordem estabelecida, a partir das contradições urbanas” (FERREIRA, 2014, p. 64).

Os movimentos sociais urbanos no Brasil têm uma longa história, que acompanha o processo de urbanização do país, intensificado a partir da década de 1960. Atuaram, na década de 1960, no debate sobre uma reforma urbana que revertesse a lógica de apropriação do solo urbano, baseada na especulação imobiliária e apropriação privada dos investimentos públicos sobre a cidade; e, ao mesmo tempo, implementasse uma política de habitação de interesse social (FERREIRA, 2014, p. 67).

De acordo com Haroldo Abreu (1989), as propostas de articulação dos movimentos urbanos nas grandes cidades brasileiras surgiram a partir de meados dos anos 1970, na

²⁰ Período caracterizado pelo autoritarismo de Estado, quando o Brasil viveu sob ditadura militar de 1964 a 1985.

conjuntura de avanço das lutas contra a ditadura e de reorganização dos diversos e heterogêneos movimentos de massa, expressando-se na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e na Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, vão se constituir os principais movimentos sociais urbanos presentes hoje no cenário nacional, de alcance e organização em um número significativo de estados: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Central dos Movimentos Populares (CMP), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A luta pelos direitos sociais imprimiu às lutas urbanas uma dinâmica de articulação dos movimentos em federações de associações abarcando o conjunto das demandas dos bairros ou em organizações não oficializadas estruturadas por demandas específicas (moradia, saúde, entre outras).

Hoje a CMP congrega diferentes movimentos brasileiros centrados no tema da moradia. Principalmente a partir das décadas de 1990, o debate sobre a reforma urbana, centrada na função social da propriedade, no direito à cidade e na gestão democrática, influenciou diretamente os movimentos que estavam atuando nas favelas, nas ocupações e nos mutirões, na luta pela moradia.

Dentre eles, surge o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que se proclama um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente:

Somos um movimento formado por milhares de famílias sem-teto de todo o país vítimas da ação predatória da especulação fundiária e imobiliária. Acreditamos que a reforma urbana é um meio, um instrumento; ela faz parte da luta maior da classe trabalhadora para construir uma sociedade diferente, com igualdade, dignidade e direitos para todos: a sociedade socialista. Para o MLB, a luta pela moradia é o motor principal da luta pela reforma urbana, pois através dela conseguimos mobilizar milhares de pessoas, pressionar os governos e chamar a atenção para os problemas enfrentados pelo povo pobre nas grandes cidades. Nesse sentido, tem importância fundamental a organização e realização das ocupações. A ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo. Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista. Logo, enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um dever! (MLB, 2021)

O MLB foi fundado em 1999, primeiramente em Pernambuco, e depois se espalhou por outros estados do país, na medida em que os moradores dos bairros e comunidades pobres se viam sem direito à cidadania e a uma vida digna. Desde então o movimento se expande se organizando em outras regiões do país. Em Minas Gerais, o MLB surge a partir de articulações

dentro da Ocupação Urbana Corumbiara, iniciada em 1995 na região do Barreiro em Belo Horizonte, e que está hoje consolidada como um bairro em processo de regularização fundiária (LOURENÇO, 2017). A partir desta ocupação inicialmente organizada pela Liga Operária (LOP) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), começa a se formar o que se tornaria mais tarde o MLB – Minas Gerais. O MLB organizou em Belo Horizonte as Ocupações Eliana Silva, Paulo Freire e Carolina Maria de Jesus, além de atuar em parceria com outros movimentos em outras ocupações da cidade e região metropolitana. (idem).

É no contexto de atuação nas ocupações urbanas de Belo Horizonte que mulheres articuladas no MLB, junto a mulheres de outros movimentos sociais, viram a necessidade de construir um movimento social de mulheres que atuasse conjuntamente aos movimentos urbanos – o Movimento de Mulheres Olga Benário (doravante, Olga).

O Olga é uma mobilização social de âmbito nacional que criada no ano de 2011, impulsionada pela participação de um comitê de mulheres brasileiras na 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, Venezuela, em março de 2010, contando com 21 mulheres, representantes de 8 estados brasileiros (Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Este grupo de mulheres integravam movimentos por moradia, movimentos estudantis, movimentos sindicalistas, dentre e outros, e, naquele período, se intitularam como “Comitê em defesa pelos direitos das mulheres e pelo socialismo Olga Benário”. Nesta Conferência, haviam por volta de duas mil mulheres de 40 países latino-americanos que ali se reuniram a fim de dialogar, compartilhar ideais e estratégias de ação em favor da libertação das mulheres, a partir da luta contra os impactos perversos do capitalismo e do patriarcado em suas vidas (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2017, p. 31).

De acordo com a fala feita por uma das coordenadoras do Olga durante a Plenária Nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário que ocorreu remotamente em julho deste ano de 2020, vale lembrar que esta articulação de mulheres se fez diante da crise econômica do sistema capitalista iniciada em 2008.

Fomos vendo ao longo do desenvolvimento dessa crise a situação das mulheres trabalhadoras piorarem no nosso país. Fomos vendo isso a partir dos movimentos que nós construíamos antes do Olga existir. Vimos o agravamento da situação das mulheres e vimos a necessidade de luta, de mudança, de construção de uma perspectiva. Porque nós não somos passivas e estamos esperando que as coisas aconteçam. Nós queremos transformar nossa realidade (MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO, 2020).

Assim, essas mulheres se organizaram com a intenção de construir um movimento que, de acordo com as entrevistadas na pesquisa, pautasse as demandas de todas as mulheres, contudo, principalmente aquelas mulheres que são as mais afetadas pelo sistema machista patriarcal e capitalista: as mulheres negras, periféricas, faveladas, estudantes, trabalhadoras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, diversas.

As companheiras que foram, voltaram com mais certeza da necessidade de ter realmente um movimento específico de mulheres. A gente via o quanto que grande parte das pessoas que buscam por moradia, e infelizmente a partir de ocupações, por causa da ausência das políticas públicas, são mulheres. São mulheres chefes de família, que criam seus filhos, seus netos e seus sobrinhos sozinhas né. Geralmente são mães solas, trabalhadoras e tem muito essa questão de serem mulheres periféricas, pobres, negras. A lógica do feminismo que a gente constrói é um feminismo marxista, um feminismo de classe. A gente entende que essas mulheres são a base do próprio movimento, que são as mulheres que são ainda mais atingidas por toda essa estrutura capitalista, patriarcal, machista, enfim. Então o Olga surgiu muito nesse contexto, dentro desses movimentos e a partir desses movimentos (Rosa).²¹

O Olga já nasceu com essa preocupação de como popularizar e de fazer um feminismo, um movimento de mulheres, que não ocupe apenas esse lugar da universidade, esse lugar mais elitista, esse discurso mais difícil, esses livros que a maior parte são estrangeiros. Então, a ideia era mesmo dialogar com uma parte das mulheres que não tinham acesso. (...) As companheiras tiveram muito essa vontade de fazer com que fosse um movimento real de solidariedade, de fortalecimento entre as mulheres (Silvia).²²

Nessa conferência inclusive, as mulheres que participaram foram mulheres do MLB. A gente sempre teve esse contato com a violência contra a mulher por estar nesse espaço de grande vulnerabilidade. E a gente sempre teve contato com mulheres pobres, que não tinham infelizmente acesso à informação para perceber, recorrer e denunciar uma violência. E aí nós, inseridas nesses espaços, muitas de nós inclusive morando nesses espaços, vimos que havia a necessidade de se discutir mais profundamente, não só sobre violência contra a mulher, mas sobre o trabalho, sobre creche e sobre a moradia, que está totalmente atrelado a tudo que a gente faz (Alexandra).²³

²¹ A Rosa (fictício) é assistente social, tem entre 25-30 anos, faz parte do Movimento de Mulheres Olga Benário desde sua fundação, em 2011. O primeiro movimento social em que se organizou foi o Movimento de Luta em Bairros Vilas e Favelas – MLB. Desde 2012, “a partir a organização do movimento específico de mulheres”, começou a atuar mais especificamente no Olga. É uma das coordenadoras da Casa Tina Martins e faz parte também da Unidade Popular pelo Socialismo - UP, partido recém-criado no Brasil.

²² A Silvia (fictício), é estudante de Psicologia, tem entre 20-25 anos, entrou no Movimento de Mulheres Olga Benário em 2016, pouco antes do início da Ocupação da Tina Martins. Antes de se organizar no Olga já havia participado de outros movimentos sociais na cidade, como o Movimento Tarifa Zero. De acordo com a entrevistada, entre um movimento e outro, se encontrou politicamente no Olga Benário. É hoje uma das coordenadoras da casa Tina Martins, representante do Bloco Clandestinas (Bloco de carnaval articulado pelas mulheres da casa Tina Martins), além de fazer parte da Unidade Popular pelo Socialismo - UP, partido recém-criado no Brasil.

²³ A Alexandra (fictício), tem entre 20-25 anos e faz parte do Movimento de Mulheres Olga Benário desde 2015. Através da participação no Olga, passou a militar também no MLB e a ser uma das coordenadoras da Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Há 3 anos, a Entrevistada 3 vivenciou situações de violência e buscou o

A partir, portanto, da articulação das mulheres após o retorno de Caracas, surge o Movimento de Mulheres Olga Benário, identificando-se como uma mobilização classista de luta pela emancipação das mulheres, pela sociedade igualitária, pela vida digna e sem violência e pela transformação das estruturas sociais. A homenagem à militante alemã Olga Benário, radicada no Brasil em 1934, tem especial importância para o movimento que proclama a frase "Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo", de Olga Benário.

Olga Benário para nós é um nome muito simbólico, porque ela representa aquilo que nós somos, mulheres que não têm medo de enfrentar o fascismo. Mulheres que não têm medo de enfrentar o sistema. Mulheres que querem mudanças profundas e radicais na estrutura da sociedade. E foi essa a reflexão que a gente fez. (COORDENADORA DO OLGA, 2020)

Figura 1: Registro do Encontro Estadual do Movimento Olga Benário, ocorrido no início de 2020



Fonte: Acervo da Casa de Referência da Mulher Tina Martins – Facebook.²⁴

acolhimento na Casa Tina Martins. Nesse período, ela já fazia parte do Olga e da equipe da Tina. Por mais ou menos 1 mês, viveu a experiência de ser também abrigada na casa, até conseguir se estruturar e conseguir um trabalho. Atualmente a entrevistada atua como coordenadora da Tina, faz parte do Olga, do MLB, da UP e é moradora da Ocupação Carolina Maria de Jesus, em BH, organizada pelo MLB.

²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/casatinamartins/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Figura 2: Registro de algumas das integrantes do Movimento Olga Benário - BH em Manifestações



Fonte: Acervo da Casa de Referência da Mulher Tina Martins – Facebook.²⁵

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/casatinamartins/>. Acesso em: 07 mar. 2021.


Figura 3: Principais pautas de transformação que motivam o Movimento Olga Benário

Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário

Palavras de ordem

Nossas palavras de ordem

- Garantia de emprego e igualdade salarial para as mulheres (salário igual para trabalho igual);
- Produção social voltada para a satisfação das necessidades de toda a sociedade e de maneira particular às mulheres;
- Igualdade de participação para as mulheres nas decisões políticas do país, estados e municípios;
- Igualdade plena no trabalho: assistência social para as mulheres trabalhadoras; direito à maternidade e amamentação;
- Erradicação da violência contra as mulheres: econômica, social, física, sexual, psicológica, obstétrica e política;
- Acesso à educação e a formação técnica para o trabalho;
- Melhoria das condições de trabalho e fim da precarização do trabalho feminino;
- Contra o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para o comércio sexual;
- Respeito aos direitos sexuais e reprodutivos: maternidade; planejamento familiar e legalização do aborto. Educação sexual para evitar gravidez de adolescentes e doenças sexualmente transmissíveis;
- Mulheres camponesas: reforma agrária popular, entrega de terra para as mulheres camponesas; soberania alimentar;
- Luta para que o Estado assuma a responsabilidade na criação de serviços sociais que liberem as mulheres das atividades domésticas;
- Fim da discriminação às mulheres! Combate à lesbofobia e transfobia!



Reprodução: imagem da Internet

- Fim de toda discriminação e segregação étnico-racial! Combate ao racismo!
- Fim da exploração sexual de mulheres e crianças!
- Amplo acesso à saúde, planejamento familiar e direitos reprodutivos!
- Fim das mortes por abortos ilegais! Legalização já!
- Creche nos bairros pobres, nas empresas e fábricas, universidades e escolas!
- Restaurantes populares e lavanderias públicas nos bairros populares!
- Pelo fim da violência de gênero!
- Garantia de acesso à moradia digna para as mães chefes de família!
- Contra a espoliação e roubo das riquezas dos povos e nações!
- Compromisso e luta com a unidade do movimento de mulheres progressista, democrático e anti-imperialista e popular
- Não às guerras imperialistas! Pela paz entre os povos!
- Pela igualdade de direitos e pelo socialismo!

Fonte: Segunda Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário, 2017, p. 27.

Desde sua criação, o Olga expandiu e atualmente atua em 18 estados brasileiros, além de se articular com outros movimentos sociais e estar em constante diálogo com movimentos de mulheres da América Latina ao fazer parte da Confederação Latino-americana e Caribenha de Mulheres.

O Olga teve forte atuação na construção da Ocupação Eliana Silva que surgiu em 2012, um ano após a consolidação do Olga, quando cerca de 200 famílias organizadas ocuparam um terreno público sem uso social, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, resistindo até os tempos atuais. A construção da Creche Tia Carminha dentro da Ocupação foi uma iniciativa muito importante para que as mulheres ali organizadas pudessem ter participação efetiva das decisões políticas, além de poderem sair para trabalhar, deixando seus filhos em segurança e

contando com apoio pedagógico. Além disso, as mulheres do Olga atuam nos núcleos de base dentro das ocupações, espaços onde ocorrem debates e formação política.

Sempre quando o MLB avança para outro estado ou para uma outra cidade, o Olga avança junto. A gente faz uma luta muito conjunta. A gente faz o trabalho de núcleo, então temos núcleos dentro das ocupações que o MLB constrói. Fazemos os núcleos com as mulheres e a também autogestionamos, junto com o MLB, duas creches. A creche "Tia Carminha", dentro da Ocupação Eliana Silva, é uma creche autogestionada e auto-organizada pelas mulheres moradoras da ocupação, junto com o MLB e o Olga Benário. A gente faz toda a gestão e o autofinanciamento desse espaço. Estamos também na construção da creche "Sissy Kelly", na Ocupação Carolina Maria de Jesus, aqui no Centro de BH, que também construímos junto com o MLB. O Olga Benário faz esse papel muito importante de organizar as mulheres para essa luta e uma das pautas que a gente levanta enquanto movimento de mulheres é a creche, para que as mulheres consigam se emancipar e ter acesso de fato à creche e à escola infantil (Rosa).

De acordo com as entrevistadas, em Belo Horizonte a atuação do Olga acontece principalmente: dentro das ocupações, dentro das universidades, a partir de núcleos de estudo e formação feminista, e dentro da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, construída e organizada pelas mulheres do movimento em conjunto com apoiadores da sociedade civil (organizados e não organizados em outros movimentos sociais).

A aposta em ações de transformação da realidade no âmbito cotidiano constitui uma característica importante do movimento desde os primeiros debates para sua criação. Ainda que se oriente em direção a um horizonte de transformação radical das estruturas sociais capitalistas e patriarcais, o Olga Benário anuncia constantemente o desejo de que a luta por mudança se faça cotidianamente, o que se expressa nas escolhas quanto ao formato de atuação do movimento.

A gente precisava de um movimento que não fosse um movimento que se limitasse somente a essas datas (com todo respeito às datas porque hoje é uma data importante e simbólica para nós – 8 de março). Mas nós não veríamos mudar essa concepção, que esse sistema coloca em nós, de que a luta não é nosso lugar, se nós nos limitássemos a aparecer somente nessas datas. E esse foi o primeiro debate que nós fizemos internamente. Nós não somos um movimento para estar apenas nas lutas pontuais. Nós somos um movimento para construir cotidianamente a luta em defesa do movimento das mulheres. Então nós chegamos numa percepção de que nós tínhamos que travar uma luta cotidiana, radicalizada, para emanciparmos as mulheres do nosso país e para emancipar a todos (COORDENADORA DO OLGA, 2020)

Foram justamente as contradições que se apresentaram nos espaços de convívio e militância, relacionadas às experiências alarmantes de violência a que mulheres se viam

submetidas, em contraposição ao suporte escasso e limitado oferecido pelo Estado e pelas políticas públicas, que motivaram a Ocupação Tina Martins, iniciada em 8 de março 2016 na cidade de Belo Horizonte²⁶.

4.3 Histórico: de Ocupação à Casa de Referência – “As mulheres precisam ficar vivas e precisam ter condições para permanecerem vivas dignamente”

No ano de 2016, uma série de fatores levaram ao “ato político e de resistência” (BASTOS, 2020), que veio a se tornar a primeira ocupação autogestionada²⁷ por mulheres da América Latina. Belo Horizonte (MG) se tornou palco de “uma ação tática e efetiva que propôs uma subversão da lógica imposta às mulheres – de menosprezo, violência, negligência e morte” (SANTANA, 2021, p.153). O nome que personificou essa luta foi “Tina Martins”²⁸ – resultado da articulação do Movimento de Mulheres Olga Benário, em conjunto com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas que resolveram reagir a um crime de feminicídio, ocorrido na ocupação urbana Eliana Silva, em 2014, com uma ex-moradora, de 27 anos:

Naquele período foi uma junção de coisas né, tinha a questão de que a violência contra a mulher naquele ano e até hoje é muito alarmante, então você via inúmeros casos de violência contra a mulher e pouquíssimo suporte. Existia então essa necessidade de construir um espaço ali, que pudesse amparar essas mulheres de alguma forma. Mas também aconteceu um episódio com uma mulher moradora de uma das ocupações que a gente atua, ela vinha sofrendo violência doméstica e tinha feito alguns boletins de ocorrência, só que a polícia como sempre não deu o suporte necessário e ficou só um boletim de ocorrência por ele mesmo, um papel, até que esse homem matou a sua companheira, ela foi vítima de feminicídio e dentro de uma das nossas ocupações. Isso nunca tinha acontecido, inclusive foi o único caso que aconteceu até hoje, mas aquilo deixou todo mundo muito mal, principalmente as

²⁶ Após 6 anos de ocupação a Tina Martins resiste e inspira. Depois dela o Movimento de Mulheres Olga Benario construiu mais oito ocupações: Mulheres Mirabal, em Porto Alegre; Helenira Preta I e II, em Mauá; Carolina Maria de Jesus, Santo André; Laudelina de Campos, São Paulo; Preta Zeferina, Salvador; Soledad Barret, Recife; e Almerinda Gama, Rio de Janeiro.

²⁷ A autogestão pode ser compreendida como um “processo de transformação das estruturas heterônomas de governo em dinâmicas autoinstituintes da sociedade, a partir de relações sociais anti-hierárquicas, antiestatais e anticapitalistas. Autogestão é um conceito político, muito além de um conceito técnico voltado para um novo modo de administração ou gestão. O conceito se fortalece através das lutas autônomas e autogeridas de trabalhadores no final do século XIX até meados do século XX e se complexifica nos movimentos populares contemporâneos em prol da liberdade e da emancipação social (coletivos libertários, anarquistas, movimentos indígenas e de povos originários, trabalhadores rurais sem-terra, trabalhadores urbanos desempregados ou sem-teto e outros), cujas renovadas formas de luta e de gestão da sociedade apresentam alternativas plausíveis para o autogoverno” (MARIANA, 2010, p. 1).

²⁸ Segundo Jéssica Santana (2021), Espertirina Martins foi uma operária que participou de greves da classe trabalhadora, realizadas em 1917 - Porto Alegre (RS) -, sendo determinante no confronto e na efetividade de acesso a direitos para a população, a partir de uma resposta inesperada contra a violência policial da época: um “buzão-bomba” que intensificou a combatividade das movimentações de rua. Ela é exemplo para todas as mulheres, que são as maiores vítimas da sociedade patriarcal e machista.

mulheres que faziam parte da coordenação, as moradoras também e os vizinhos, e foi horrível porque foi um homicídio muito brutal sabe? E aí as companheiras falaram: "Não! A gente tem que fazer alguma coisa no 8 de março... não tem condição... a gente precisa levantar bastante essa pauta da violência contra a mulher" (Silvia).

Assim, ambos os movimentos resolveram dizer um “basta!” a algo impossível de ser aceito e então ocorreu o estopim para a Ocupação Tina Martins nascer. (SANTANA, 2021, p. 156). Esta atitude dos movimentos, articulando as lutas feministas e pela reforma urbana, que culminaram na criação da Ocupação Tina Martins, exemplifica que o “direito à cidade” que, segundo Santana (2021, p.148):

[...] não pode ser proporcionado sem que nenhuma ruptura ocorra nas formas em que cidades são (re)produzidas e apropriadas. Para transformar essa lógica, é preciso ter o direito de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar das cidades de maneira equitativa, pelo olhar de gênero, raça e classe; a cidade enquanto encontro, enquanto potência de mudança social.

Realiza-se então a ocupação de um imóvel público, localizado na rua Guaicurus, região central da cidade, como ato político contra a violência e pela efetivação de serviços previstos na Lei Maria da Penha de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar – como casas abrigo, creches, delegacias 24 horas de atendimento a mulheres, casas de referência – considerando que estes não são suficientes às demandas das mulheres em Belo Horizonte (Bettoni, 2018, p.26). Com a chegada de mulheres em situação de vulnerabilidade na ocupação, o movimento passa a acolhê-las e a reivindicar a transformação do prédio, sem uso há 10 anos, em Casa de Referência da Mulher – diferentemente dos outros movimentos de ocupação de Belo Horizonte que reivindicavam o direito à moradia. Segundo Bastos et al (2017, p.258), “essa ação levou o princípio do “ocupar” além da luta pela moradia, em direção ao uso coletivo (...)”

Foram promovidas atividades políticas e culturais, como rodas de conversa, apresentações de música, entre outros, a fim de dar visibilidade ao ato e ao espaço.

A Ocupação foi algo muito bem acolhida pela cidade, então a gente teve muita gente da cultura, da assistência, das universidades, vários apoiadores que vieram desde o início da ocupação. E aí a gente foi amadurecendo um pouco o que a ocupação poderia ser e qual era também a potência e a força que esse espaço tinha e podia construir mais da cidade (Silvia).

Segundo Jéssica Santana²⁹, o fato de a ocupação ocorrer no centro também está relacionado à busca pelo “direito à cidade”:

[...] também estamos falando sobre uma urbanização que possua elementos que abarquem as mulheres de maneira plena, não somente favorecendo a sensação de segurança, mas também de uma possibilidade de desenvolver alternativas e serem protagonistas de ações que permitam que o espaço público e também o privado possam ser melhores para todos. A partir da construção de uma dinâmica da ocupação que mantinha uma vigília constante de 24 h, pela instabilidade com as autoridades governamentais, e também era aberta, acessível e disponível a uma gama enorme de maneiras de utilizar aquela estrutura para atividades de encontro, cunho político, acadêmico, lazer, acolhimento, fortalecimento e tantos outros – principalmente após uma força-tarefa de limpeza pelas ocupantes, criando modificações que transformaram o espaço, aumentando seu valor, potência e visibilidade em BH –, foi possível proporcionar temporariamente, a requalificação espacial a partir do uso constante de um elemento arquitetônico e o seu entorno imediato, mesmo que limitado, pelos olhos e mãos daquelas e daqueles que ocuparam. “Os olhos da rua” – que Jane Jacobs (apud MARCOS, 2016) tanto enfatizava – estavam presentes. Tornando-se uma área um pouco mais atrativa e segura pelos que ali estavam, foi possível estimular diversos usos, atraindo as pessoas e se tornando um local, no tempo-espaço, que inspirou mais coletividade, segurança e resistência para toda a cidade (SANTANA, 2021, p. 160-161).

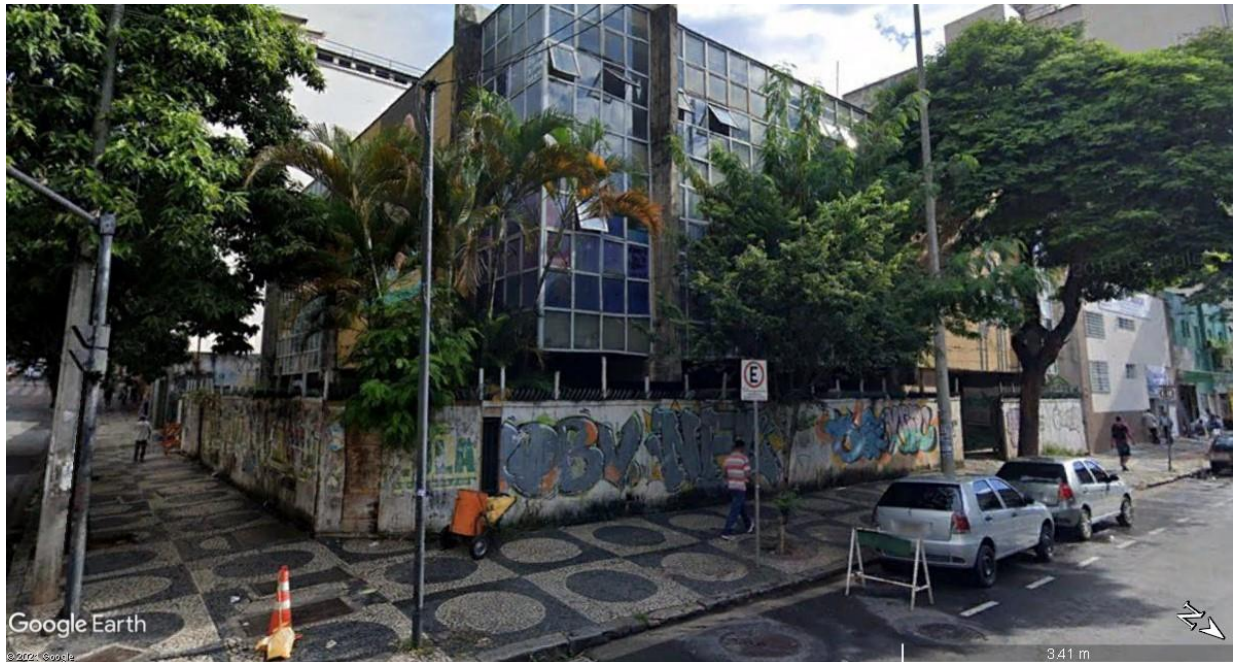
²⁹ Jéssica Santana é arquiteta e urbanista e também uma das autogestoras da Casa Tina Martins.

Figura 4: Rua Guaicurus e indicação da localização do edifício que foi ocupado em 2016 – Área Central de Belo Horizonte



Fonte: Recorte realizado pela autora no aplicativo Google Earth.

Figura 5: Imagem do prédio ocupado na Rua Guaicurus – 1ª fase



Fonte: Recorte realizado pela autora no aplicativo Google Earth.

Figura 6: Imagens dos espaços externo e interno da ocupação na Rua Guaicurus – 1ª fase



Fontes: Acervo da Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Página da Tina no Facebook.³⁰

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/casatinamartins/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Após 87 dias de ocupação, permeados por tentativas de acordo em reuniões semanais do movimento com Superintendência da União, Secretaria dos Direitos Humanos e com a Secretaria da Mulher do Estado de Minas Gerais (Girundi, 2017), a primeira fase da ocupação teve seu fim. A resposta do Estado foi proclamar a irregularidade da posse, taxando o ato como uma violação à propriedade pública e expedindo ordem de despejo, em 19 de abril de 2016, a ser cumprida pela Polícia Federal.

A gente teve o mandato de despejo, porque o espaço era do governo federal. Nós já estávamos recebendo inclusive mulheres em situação de violência, muitas delas deixadas pelo poder público, às vezes carro da polícia deixava mulher lá na porta da ocupação. Era algo que a gente ficava brincando né, à noite a Polícia vem para deixar uma mulher em situação de violência e durante o dia vem para querer tirar a gente do espaço (Silvia).

Foi complicado porque os três meses que a gente ficou lá na Guaicurus, a gente ficou em mesa de negociação com o Estado e o Governo Federal. Toda hora vinha uma tentativa de reintegração de posse, então a gente começou a fazer uma discussão. Nós falamos: ó, a gente já tem mulheres aqui dentro da ocupação que buscaram por ajuda, o Estado vai revitimizar essas mulheres, que já estão frágeis, que já estão num nível de vulnerabilidade muito grande? Porque enquanto movimento a gente sempre vai resistir, a gente tem um plano, a gente tem uma estratégia de ação, mas, essas mulheres estão aqui por um outro motivo: elas precisam de auxílio. Então no meio dessa discussão abriu uma brecha para a gente ir para outro espaço. Eles não queriam que a gente ficasse naquele espaço específico, se utilizaram de várias justificativas e a gente sabe que é mentira porque até hoje está lá abandonado (...). Aí a gente conseguiu negociar de ir para essa casa que a gente tá hoje na Rua Paraíba (Rosa).

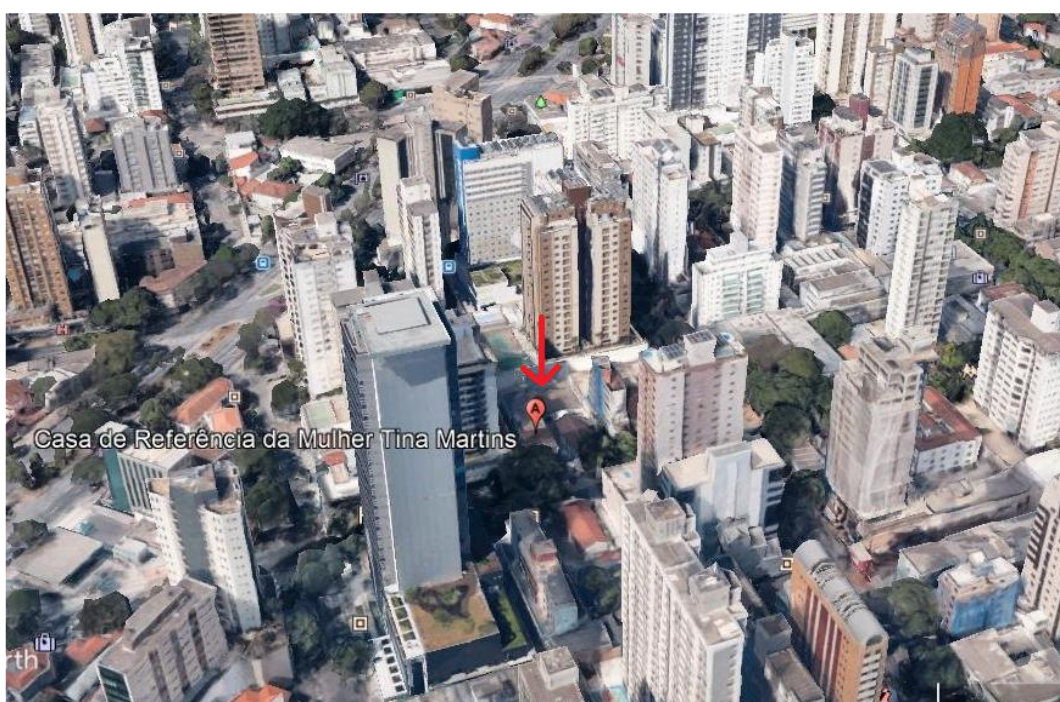
A partir do despejo o movimento permaneceu em diálogo com Estado, apresentando junto aos órgãos estatais um projeto de construção da Casa de Referência onde seria prestado um serviço social essencial pelas mulheres do movimento. Resulta assim, um acordo autorizando o funcionamento das atividades da Tina Martins no bairro Funcionários, na Rua Paraíba, em BH, garantindo o fornecimento de água e luz.

O imóvel público pertencia à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e estava desocupado há quatro anos, sem cumprir nenhuma função social. Diferentemente do local anterior, o atual está incluso dentro de uma das regiões mais elitizadas de BH. Permaneceu ocioso até então, a despeito do grande interesse do capital, via construtoras, de colocá-lo abaixo e construir um novo edifício por ali. Devido ao fato de a casa ser antiga e tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), houve um impeditivo para sua negociação no mercado imobiliário. Assim, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins se estabeleceu neste imóvel onde permanece de 2016 até o momento

atual, mantendo seu caráter de ocupação, de resistência. A mudança de local consolidou a transformação da ocupação em “Casa de Referência da Mulher – Tina Martins”, que foi instituída oficialmente, no dia 3 de junho de 2016:

[...] em uma localização muito mais privilegiada dentro da malha urbana belorizontina, o que traz pontos positivos. Porém a resistência e o corpo em alerta se mantêm presentes, por termos uma ideologia e realizarmos ações muito distintas da vizinhança de classe média alta que nos rodeia (SANTANA, 2021, p. 163).

Figura 7: Localização da Casa Tina Martins no bairro Funcionários em Belo Horizonte



Fonte: Recorte realizado pela autora no aplicativo Google Earth

4.4 Casa de Referência da Mulher Tina Martins: funcionamentos e ações – “Se ela não sabe o que fazer, a gente está aqui para ajudar”

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins (FIG. 8), se estabeleceu no imóvel de endereço Rua Paraíba, 641, bairro Funcionários, Belo Horizonte. Contudo, as garantias de sua permanência são constantemente tensionadas pelo Estado, mantendo-se de acordo com as militantes do Olga, seu caráter de Ocupação, de resistência.

Figura 8: Casa de Referência da Mulher Tina Martins – registro feito durante o evento aberto a comunidade “Feira da Tina”.



Fonte: Acervo da Casa de Referência da Mulher Tina Martins – Página da Tina no Facebook.³¹

A partir do primeiro ano a gente já ia começar um novo diálogo com o governo para poder ver né tipo assim "o que vocês estão fazendo? Tá dando certo?" Eles queriam ver o que a gente estava pretendendo. E aí deu esse um ano e ninguém chamou a gente para conversar. Nós ocupamos a Cidade Administrativa duas vezes para conseguir uma reunião, e não deu em nada. Tanto que hoje a gente ainda é uma ocupação, né. A gente é uma ocupação, só que a gente funciona como casa de referência. Não existe nenhum documento que fale que aquele espaço que a gente ocupa está seguro ou que a gente conseguiu a cessão dele por mais tempo. Não tem. Então a gente tá aí nesse meio do caminho. A gente continua fazendo nosso trabalho mais ao mesmo tempo nessa insegurança de qual vai ser o próximo passo do Estado. O que é um absurdo, porque o Estado precisa do nosso serviço. Ele encaminha mulheres para o nosso atendimento, então a gente vive nessa relação péssima com o Estado, mas, continuamos (Silvia).

O que percebemos é que, apesar de não ser explicitamente um ato de luta por moradia, a Tina Martins, sofre também inseguranças em relação à posse do imóvel, como as demais ocupações ocorridas na cidade. Também não podemos esquecer que, mesmo se constituindo em Casa de Referência da Mulher, a temática da moradia para essas mulheres que sofrem violência também está presente neste movimento que, segundo Bastos et al (2017) tenta uma construção que se aproxima do cotidiano, da produção e da reprodução.

Há diferenças entre as formas de ocupação, importantes de serem pontuadas, pois nos impelem inclusive a refletir sobre os funcionamentos da lógica da propriedade privada na

³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/casatinamartins/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

sociedade capitalista, assim como sobre os tensionamentos trazidos por esses movimentos sociais sobre as dicotomias entre individual e o coletivo, público e privado, político e pessoal em nossa sociedade.

Eu acho que socialmente são bem diferentes, o tipo de ocupação. É diferente você ocupar um espaço para fazer uma casa que vai atender mulheres em situação de violência, que vai acabar cumprindo uma função que deveria ser feita pelo Estado, um espaço que vai sanar essa ausência de política pública que o Estado não é capaz (por falta de vontade política, não por incapacidade). A gente acaba assumindo esse espaço do Poder Público em dar respostas para a população. A gente vê muito que outros movimentos conseguem se articular muito mais dentro desses espaços, conseguem se solidarizar, conseguem se dedicar e se voluntariar muito mais nesses espaços do que nas ocupações por moradia. Eu acho que tem muito a ver com essa questão do individualismo. Dessa questão da própria propriedade privada. Tipo “ah, eu trabalho o dia inteiro e pago aluguel”, “eu não vou morar em uma ocupação”, “eu acho um absurdo as pessoas invadirem”, usam esse termo né, “as pessoas invadindo a terra dos outros para morar”. Mas aí quando é um espaço para fazer um atendimento pontual, um atendimento que socialmente é importante, mas que não atinge diretamente essa questão da propriedade privada, desse íntimo familiar, enfim... É uma relação diferente né. Apesar de os dois serem ocupações, de que nos dois a gente “picou o pé na porta” e que a gente constrói na coragem ali, o foco é diferente. A gente vê isso, por exemplo com a Eliana Silva que tem um tempo muito maior do que a Casa Tina Martins. A Tina tem 4 anos (período da entrevista) e a Eliana Silva tem 8, mas a Eliana Silva sofre muito mais riscos de desocupação do que a gente, porque a gente atende o Estado, a gente cumpre uma função que o Estado não dá conta de fazer, que o município não dá conta de fazer. Agora, moradia é algo individual, não é coletivo. Eu acho que é muito isso, tem muito a ver com essa questão de ser algo coletivo e ser algo individual. São as moradias das pessoas, por mais que as pessoas se organizem coletivamente, se entende como algo individual né, “sua casa”. Acho que a tentativa é diferente nesse sentido (Rosa).

De fato, por não atacar diretamente a propriedade privada, a ocupação da Tina – e posteriormente as ações (voltadas a serviços coletivos) que executam na Casa acabam promovendo uma maior aceitação – tanto do Estado quanto da sociedade – que as ocupações para fins de moradia e que se traduzem em enfrentamentos diretos à propriedade privada e individual da terra.

A Tina é autogerida voluntariamente por mulheres do movimento, moradoras acolhidas e apoiadoras. A Casa vive de doações de seus apoiadores e também de ações que geram alguma renda como a “Feira da Tina”³² (FIG. 9). O espaço interno da Casa conta com 3 quartos compartilhados, uma cozinha, dois banheiros e três salas, enquanto no espaço externo há um

³² A Feira é um evento que ocorria mensalmente como local de potência e oportunidade para produtoras autônomas e locais gerarem renda, trocarem experiências e também poderem ter acolhimento no ambiente físico e com outras pessoas presentes. A feira foi interrompida na pandemia e voltou a funcionar em 11/12/2021.

anexo com um salão de encontro, mais uma cozinha, além da garagem com corredor longo onde ocorrem as feiras.

Figura 9: Registro da Feira da Tina no espaço interno da Casa



Fonte: Acervo da Casa de Referência da Mulher Tina Martins – Página da Tina no Facebook.³³

De acordo com as entrevistadas, atualmente 19 mulheres fazem trabalho voluntário como coordenadoras da casa e se organizam por comissões de tarefas, se revezando em escalas de acordo com a disponibilidade de cada uma. Há também advogadas e as psicólogas voluntárias, que realizam atendimentos pontuais às acolhidas de acordo com a demanda e encaminhamento das coordenadoras da casa.

Tem comissão para tudo, para limpeza e para organização do espaço físico. Tem uma comissão para organizar nossa agenda, porque a casa funciona 24 horas, temos que estar na casa 24 horas. A gente se divide dentro da nossa escala para fazer o atendimento. Então essa comissão que vai organizar tudo isso. Tem a comissão de abrigamento, comissão financeira. E aí a gente vai se organizando a partir disso (Rosa).

Um aspecto principal do funcionamento da casa é a disposição mesmo. É a disponibilidade das militantes do movimento que se dedicam a fazer esse trabalho. Existe uma divisão em escala e nesse período da pandemia tudo tá diferente, a gente teve que reorganizar o nosso trabalho, diminuir um monte de atividade que a gente fazia por questões de segurança, mas a gente não parou os atendimentos porque a gente sabe que nosso atendimento é necessário, mas a gente se divide né, não são

³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/casatinamartins/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

todas militantes do movimento que fazem o trabalho da Tina, são algumas, principalmente que moram aqui e que tem disponibilidade. O segundo aspecto são os apoiadores. Como é um trabalho autogestionado a gente não tem recursos próprios e o Estado não nos oferece auxílio financeiro. Então, além do recurso gerado pela feira da Tina, a gente precisa a todo momento contar com a ajuda dos apoiadores: para alimentação, para pagar as contas, para produtos de higiene e limpeza, para a própria manutenção da Casa, porque é uma casa muito antiga. A gente teve que fazer alguns pequenos reparos, algumas gambiarras para a gente continuar ali e aos poucos a gente vai conquistando e fazendo melhorias (Silvia).

A dinâmica de apoio se baseia em 4 eixos: 1 Formação política; 2 Encaminhamento (via Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher); 3 Acolhimento; 5 Abrigamento.

4.4.1 Eixo 1: Formação Política e integração com a cidade

O Eixo da Formação Política envolve tanto atividades educativas realizadas entre as integrantes da Casa, nos quais as mulheres acolhidas também podem participar, caso tenham interesse. Além de atividades abertas a comunidade.

No primeiro caso, as integrantes da Tina se organização em núcleos de estudo, que são espaços educativos ocorre o estudo conjunto, conscientização, diálogos e debates a respeito das condições sociais e políticas que abrangem a questão da violência contra as mulheres. De acordo com as entrevistadas, essa formação busca compreensão sobre os porquês de o movimento se organizar e buscar transformações. Além disso as formações visam orientar as a ação prática das voluntárias no trabalho de acolhimento dentro da casa.

Essa formação vem muito no sentido de ser tanto uma formação ideológica quanto uma formação prática para o dia a dia, para se conseguir dar conta de fazer as coisas do dia a dia da casa. A grande maioria não é profissional. O ideal seria que tivéssemos profissionais técnicos, assistentes sociais, psicólogos fazendo o trabalho direto de acolhimento às mulheres, mais uma vez que nosso trabalho é todo voluntário, a gente se organiza partir disso. Fazemos formações com as mulheres que fazem atuação na casa. É uma casa autogestionada pelo movimento de mulheres, então são todas mulheres voluntárias que se dispõem com seus saberes, técnicos ou não. Tem uma gama de mulheres na casa que são universitárias, que estão estudando ainda, mas são mulheres que se dispõem a construir esse trabalho (Rosa).

Segundo as entrevistadas é muito importante que as mulheres compreendam mais sobre as raízes sociais das violações que sofrem. Por isso boa parte das atividades formativas dentro da casa são abertas tanto para as voluntárias quanto para as mulheres acolhidas.

Para que a emancipação aconteça, é muito importante que as mulheres entendam o que foi o processo de violência, o que foi o que sofreram e gente convida para que elas participem, não é algo obrigatório. Nem todas se sentem confortáveis em participar, mas a gente tem bons exemplos de resultados de mulheres que passaram pela casa e participando dos espaços de formação começaram a enxergar tudo isso e inclusive a raiz do problema, o porquê de sofrerem violência, porque outras mulheres sofrem. Inclusive algumas delas hoje fazem parte também do Olga Benário com a gente. Ela passou por violência, tem três filhos. Ela hoje consegue perceber que ela estar viva motiva ela a querer fazer com que todas as outras mulheres também sigam vivas. Ela criou consciência. Então, a gente sempre a convida para as discussões, mas tem aquelas que não ficam à vontade porque como eu disse: são muitas mulheres (Alexandra).

Alexandra ressalta a importância de que esse não seja um processo obrigatório e que se respeite a escolha de cada uma das mulheres, já que elas já eram obrigadas a fazer coisas que não sentiam à vontade e não será neste espaço seguro que isso acontecerá de novo. Assim, o convite fica sempre aberto para que elas possam, se quiserem, e no momento que se sentirem à vontade participar, desses espaços.

O eixo da formação política envolve também a comunidade externa, mantendo também o caráter de ocupação urbana enquanto espaço de diálogo junto à comunidade e de articulação das lutas sociais. De acordo com as entrevistadas, são organizados diversos eventos, como exibição de filmes, palestras, rodas de conversa, oficinas, etc. Estes eventos abertos ao público visam o fortalecimento – e autonomia – das mulheres a partir da discussão sobre o caráter classista, patriarcal e racista das relações sociais e possibilidades de enfrentamento e efetivação de seus direitos. Assim, tangenciam a pauta feminista em diversas áreas do conhecimento, pautando temas múltiplos. Exemplos de eventos que já tiveram espaço na Casa são formação de doulas, roda de conversa sobre a saúde da mulher, aula sobre violência contra a mulher, encontro de mulheres trabalhadoras, exibição de filmes, feiras, aula de yoga, meditação, capoeira, canto, forró, entre tantos outros.

Figura 10: Registros de atividades abertas - Rodas de diálogo temáticas, mostras de filmes, formações, cursos e encontros



Fonte: Acervo da Casa de Referência da Mulher Tina Martins – Página da Tina no Facebook.³⁴

³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/casatinamartins/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

4.4.2 Eixo 2: Encaminhamento (via Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher)

Assim que a Tina se estabeleceu no novo endereço, iniciou-se um processo de reorganização de como seria o trabalho realizado na Tina e, em meio a esse processo, houve um diálogo com o governo do Estado sobre as possíveis formas de atuação da Casa, se seria uma Casa de Referência e como que seria o atendimento. A entrevistada Alexandra comentou que no início, agentes do Estado queriam que a Tina seguisse o mesmo modelo dos equipamentos do Estado; contudo a Tina se propõe a realizar outro formato de ação, justamente por insurgir de um movimento de crítica às lacunas existentes nos aparatos estatais de enfrentamento à violência.

A proposta do Estado era que a gente fizesse o trabalho para eles. O que eles fizeram foi propor que a gente se tornasse um equipamento, que a gente fizesse o mesmo trabalho que ele já faz que é um trabalho falho, eles simplesmente entregaram para a gente o modelo e falaram assim “ok, vocês podem existir se continuarem dessa forma” e a gente disse que não, a gente tinha uma ideia de uma outra construção, que era uma casa de acolhimento, inspirada no projeto da “Casa da Mulher Brasileira” que nunca foi construída pelo Estado. Nós reforçamos que o Olga Benário, topariamos fazer o trabalho à nossa maneira, ainda que pudéssemos integrar a rede estatal de enfrentamento. Nós exigimos que o Estado cedesse no mínimo o espaço (Alexandra).

A partir de tais diálogos, a Casa de Referência afirmou sua autonomia, ao mesmo tempo em que passou a integrar a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e assim realizar também uma atuação conjunta às instituições do Estado. Esta rede diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

A Casa Tina Martins busca acolher todas as mulheres que chegam até ela, contudo nem sempre a Casa possui condições atender a todas as demandas que surgem. De acordo com Rosa, quando uma mulher chega até a casa Tina Martins, há uma comissão de voluntárias que vai avaliar caso a caso: quais são as demandas dessa mulher e como podemos ajudá-la da melhor forma. Faz-se o acolhimento e uma conversa inicial a fim de compreender se é um caso possível para Tina de atender ou será necessário encaminhar. Há casos, por exemplo, em que se demanda a proteção em casa sigilosa (que não é não é o caso da Tina), ou mesmo situações que demandam um suporte psiquiátrico ou atenção médica especializada. Em casos como esse ocorre o encaminhamento através da própria Rede de Enfrentamento, dentro de suas possibilidades.

Por exemplo, se for uma mulher que tem algum distúrbio mental grave, mulher que está em surto ou que permanece em surto por tempo prolongado. A gente não tem psicólogos 24 horas na Casa, não tem médico psiquiatra na casa, então é algo que pode ser perigoso para essa mulher, para as outras mulheres abrigadas na Casa e para as mulheres que fazem o trabalho no espaço. Também se essa mulher está em risco, está saindo de uma situação de violência que o agressor é um potencial feminicida, que pode ir atrás dela para tentar fazer qualquer coisa. Essa é uma mulher que a gente vai encaminhar para outro espaço, porque tem que prezar pela segurança dela e pela segurança do espaço que a gente tá. Então tem algumas situações que a gente vai analisando. E é muito caso a caso. Tem algumas mulheres que tem uma situação de risco iminente, mas é um risco que a gente consegue contornar. Não tem uma receita assim: “mulher desse jeito a gente atende, mulher desse jeito a gente não atende”. Vai depender muito da situação, inclusive vai depender muito da situação da própria casa. Se a gente estiver em um momento em que a casa está mais vazia, a gente consegue inclusive atender uma mulher que tem uma psicose leve, por exemplo. Agora se a gente tem muitas abrigadas na casa, com criança que fica aquela loucura dentro da casa (Rosa).

Na mesma via, a Casa se torna uma contra-referência para rede, principalmente por realizar uma forma de acolhimento menos restrita. A maioria das mulheres que chegam até a Tina ou acessam informações pela *internet*, ou chegam encaminhadas por outros equipamentos institucionais que não tiveram condições de atendê-las.

A Casa Sempre Viva³⁵ (que é a casa do consórcio aqui de Belo Horizonte que faz o abrigo) ela atende casos de risco iminente. Então às vezes chega lá alguns casos que não é risco, mas a mulher precisa ficar um período fora do espaço que ela está, até sair uma medida protetiva, até o agressor ser preso ou até o agressor ser intimado, até toda a tramitação da denúncia acontecer. Então a gente também faz esse tipo de abrigo, junto com o equipamento que encaminha. Pode ser a DEAM³⁶ ou a própria Casa Sempre Viva, o Benvinda³⁷, o Ministério Público. Aí vai depender de onde vem né. E a gente atende também muitos casos de municípios que não fazem parte do consórcio. Não são todos os municípios da região metropolitana que fazem parte do consórcio. Um dado que é interessante, mas é bem chocante, é que Minas Gerais tem 853 municípios e tem só 3 casas que fazem abrigo a mulheres em situação de violência. Então as casas são de consórcio. A que existe

³⁵ A Casa Abrigo Sempre Viva é um equipamento da Prefeitura de Belo Horizonte. O abrigo começou a funcionar em junho de 1997, quando recebeu sua primeira família. Tem como objetivo geral abrigar temporariamente mulheres e seus filhos menores de 16 anos, em situação de violência de gênero e risco iminente de morte, que não apresentam outra alternativa de proteção. (BELO HORIZONTE MAIS, 2022). A princípio a casa abrigo só funcionava em dias úteis e horários comerciais. De 2015 para cá, começou o abrigo 24 horas na capital, sendo assim formalizado em 2017 em reunião do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais, realizada em Betim, na região metropolitana. (CÂMARA, 2017). O endereço da casa abrigo Sempre-Viva é sigiloso (PORTAL TAMOJUNTAS, 2022).

³⁶ DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

³⁷ O Centro Especializado de Atendimento à Mulher Benvinda é uma unidade está vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e é responsável por ofertar orientação, atendimento e acompanhamento psicossocial a mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência doméstica e familiar, baseada no gênero, com amparo legal na Lei Maria Penha, Lei 11.340/2006. O Benvinda atende mulheres residentes do município de Belo Horizonte com idade de 18 anos ou mais (PBH, 2022). Se necessário, o Benvinda encaminha mulheres para à Casa Abrigo Sempre-Viva. Endereço do Benvinda: Rua Hermílio Alves, 34 – Santa Tereza. Tel. (31) 3277-4379/ 4380. (PORTAL TAMOJUNTAS, 2022).

aqui em Belo Horizonte são 14 municípios que fazem parte do consórcio. É uma casa que tem 12 quartos. Antigamente ela fazia abrigo individual, cada mulher em um quarto, hoje já não dá conta de fazer isso mais, porque é uma demanda muito grande, 14 municípios para 12 vagas, não dá nem 1 vaga por município. São pouquíssimos espaços que fazem esse tipo de atendimento. Então a gente acaba atendendo demandas de outros municípios. Principalmente municípios pequenos né, que muita das vezes não tem uma delegacia especializada, não tem um centro de referência especializado. As vezes não tem nem abrigo comum, para pessoas em situação de rua, quando mais para mulher em situação de violência. É uma realidade muito triste aí da política de assistência, essa falta de espaços, de equipamentos que de fato façam esse atendimento essencial às pessoas em situação de vulnerabilidade (Rosa).

O fato de a Tina criar condições de acolher e abrigar mulheres com seus filhos, por um período longo e flexível, além de abranger todas as formas de violência (psicológica, moral, física, sexual, patrimonial) é outro motivador do elevado número de encaminhamentos até a Casa. Segundo as entrevistadas, a participação da Tina fez com que o campo de atuação da rede se ampliasse.

No ano de 2018, a Casa atendeu apenas uma mulher a mais do que toda rede estatal. Mesmo sem profissionais remuneradas, mesmo sem grande divulgação, mesmo com todas as limitações, fizemos um trabalho de extrema importância para a cidade. A grande parte das mulheres que a gente recebe são os próprios equipamentos do Estado que encaminham para a gente. Geralmente vem de violência doméstica, que são os casos mais complexos. Mulheres que chegam com filhos, que deixaram tudo para trás, são sem dúvida os casos mais complexos que a gente recebe (Alexandra).

Entrevistamos nesta pesquisa duas mulheres que chegaram até a Tina por diferentes vias, após terem sofrido violência doméstica e buscarem amparo em outros aparatos estatais integrantes da Rede de Enfrentamento.

Carolina³⁸, foi encaminhada até a Casa Tina Martins após passar por outras instituições públicas, como o Centro Benvinda e a Casa abrigo Sempre-Viva, os quais não tiveram condições de abrigá-la pelo período que ela necessitava para se reestruturar e obter autonomia.

³⁸ Meu nome é “Carolina” (fictício), a idade eu nasci 30/09/69. Atualmente não estou trabalhando, estou focando mesmo em ficar com a “Esperança” * (fictício), porque pra mim trabalhar tem que pagar alguém pra ficar com ela, trazer ela da escola. Acho muito cansativo para ela né? Aí eu prefiro cuidar mais dela nesses períodos agora que ela está menorzinha, aí mais para frente eu talvez penso em trabalhar, mas por agora eu tô focada mesmo em olhar ela. Fica só por minha conta, agora eu vou aproveitar essa oportunidade né? Eu estou morando aqui na Ocupação Carolina Maria de Jesus, desde agosto. 15 de agosto eu mudei para cá, de 2019. Agora graças a Deus está tranquila as nossas vidas, a minha e da Esperança, nós batalhou. Teve um momento de batalha, agora está tendo um momento de colher o que nós batalhou, é fruto de luta né? Graças a Deus, terminou assim, agora ela está lá na escola e é isso. Quando eu cheguei na Tina era 24 de maio de 2018 e fiquei lá até 15 de agosto de 2019, que eu vim para cá. (Carolina)

* Esperança é um nome fictício para a filha de Carolina (6 anos), em referência ao nome da Ocupação Esperança, em Belo Horizonte.

Primeiro eu fui lá na Praça Sete, tinha uma unidade lá e nela funcionava os Direitos Humanos, acho que agora está fechado. Eu fui lá, levei bolsa e tudo, as mulher até assustou comigo chegando com aquelas malas, com as mochila lá. Aí de lá elas ouviram minha história, porque lá funcionava negócio de mulher também, tinha uma parte que tratava de mulher que sofreu violência³⁹ e essas coisas né? Depois, fui parar lá na Delegacia de Mulheres e pensei: “daqui eu não posso voltar para casa, porque se eu voltar para casa... já podia preparar tudo é pra descer para a terra” (referência a possível feminicídio). Aí eu fui: “quer saber, hoje eu não vou voltar mais” e eles foram me encaminhando lá para a Casa Sempre Viva. Cheguei lá e tinha um monte de companheiras que já estava lá, mas aí não tinha como eu ficar. Elas falou que não ia ter como eu ficar lá por muito tempo, porque lá eles só recebia pra ficar pouco tempo, depois tinha que ir para casa de parente, ficar na casa da mãe ou de algum parente. Mas aí eu falei assim: “essas condições para mim não vai ser possível porque eu não tenho como ficar na casa de parente nenhum”, porque com a filha no braço, sem trabalhar... eu não queria deixar ela largada, eu falei assim: “Se caso não der para mim ficar aqui, eu vou se virar e ir para a rua, porque para os meus parentes eu não vou não, de jeito nenhum. Não vou para casa de parente desse jeito não, encostar em ninguém não.” Aí eu insisti em ficar lá e elas foi e falou assim que ia arrumar um abrigo para mim ficar. Elas foi e consultou todos os abrigo e surgiu uma vaga na Tina e eu falei “Ah, vou para lá, se lá tem vaga é lá que eu vou”. Lá na Casa Sempre Viva eu fiquei dois dias, cheguei lá dia 22, fiquei dia 23 e 24 fui para Tina. Em todo lugar eles me trataram bem. Lá no Benvinda perguntaram como que eu estava, como que estava sendo... Aí foi no Sempre-Viva que eu fiquei sabendo da Tina, e fui encaminhada pra lá (Carolina).

Eliana⁴⁰ buscou informações sobre a casa na internet após algumas tentativas de buscar apoio em outras instituições governamentais, antecedidas por uma terrível experiência de violência policial, logo após ter sofrido violência física de seu agressor e ex-marido, como relata:

Mal sabia eu que a polícia não ia fazer nada por mim naquele momento, porque a casa estava toda destruída, quebrada e eu aguardando a chegada da polícia – mas coloquei uma roupa preta, toda sangrando, mas coloquei aguardando – quando a polícia chegou, ao invés de ir para a minha casa, entrar, para poder conversar comigo, fez o contrário: eles entraram para a casa dos pais dele. Quando ele sai para fora depois de mais de uma hora lá, com o soldado do lado de fora e o sargento do lado de dentro, ele falou comigo: “Senhora, nós vamos fazer um B.O. aqui, o que nós temos em mãos é que a senhora agrediu o marido da senhora com um cabo de

³⁹ Centro de Apoio às Vítimas de Violência Intrafamiliar de Belo Horizonte– CAVIV - Rua Espírito Santo, 505 – Centro. Tel. (31) 3277-9761 – caviv@pbh.gov.br (PORTAL TAMOJUNTAS,2022).

⁴⁰ Meu nome é “Eliana” (fictício), tenho 43 anos e atualmente moro na ocupação Carolina Maria de Jesus.

Eu nasci num lar cristão, evangélico e que seguia uma doutrina cristã onde a pessoa namorava e casava uma vez, um único namorado e um único casamento. Aí isso foi dessa forma até eu conhecer a primeira pessoa na minha vida, namorar e casar. Inicialmente eram só flores, tipo, um ano, um ano e meio, quase dois anos... Mas, né? Já era violentada pelos pais do agressor. Ele é filho único e os pais dele já me violentavam psicologicamente, moralmente, patrimonialmente, só que eu não entendia aquilo como violência. Na minha cabeça era o fator idade, por ciúmes né? Por ele ser filho único, mas o tempo foi passando e o meu agressor começou a reproduzir e então percebi que não era o fator idade, era porque eles realmente eram violentos. E por dezesseis anos eu sofri essa violência psicológica, patrimonial, sexual... Até chegar à violência física, onde eu fui perfurada né? E depois, mais uma tentativa de feminicídio, no dia em que fui abrigada na Tina, onde fiquei por dez meses, desde 13 de maio de 2017, até março de 2018. (Eliana)

rodo com o bebê nos braços”. Aí naquilo eu olhei para a cara dele e falei “puxa vida, foi comprado né”, como era de costume acontecer. Aí nesse dia eu pensei “Chega”, eu já não era mais burra ao ponto de aceitar né? Falei “Agora chega”, falei “Não, não aceito. Eu quero ir para a Delegacia de Mulher” aí ele “Ah, não cabe ir para a Delegacia de Mulher porque foi a senhora que agrediu e tal”. Aí eu falei “Sargento, vamos entrar lá em casa para o senhor olhar o que aconteceu realmente e eu explicar o que aconteceu”. “Não tem necessidade”, ele disse. Aí eu comecei a escandalizar. Eu liguei para o batalhão e falei com o responsável deles. O responsável pediu para eles me deslocarem até a delegacia. Eu sofri violência policial e violência psicológica do agressor no trajeto. Foi o agressor comigo no mesmo carro e eu com o bebê no colo até a Delegacia da Mulher. Nisso que eu fico a noite toda na Delegacia, peguei os resultados dos exames de delito, foi tudo comprovado. Aí a própria delegada lá na civil falou comigo “olha, funciona assim: você vai para casa, daqui dez dias sai a medida protetiva. Porque infelizmente a gente não pode fazer diferente, é assim que funciona.” Aí eu falei “Puxa vida, mas e o agressor?” Aí ela falou assim “Nós não temos tantas informações a te passar.” Mas, aí beleza, fui para casa. Quando chego lá, está o agressor dormindo. Assim, simplesmente ele foi liberado, pagou propina, foi liberado e foi para casa. E aí eu fiquei aguardando o oficial de justiça chegar com a medida protetiva para eu avisá-lo que ele não podia mais ficar na casa, que ele tinha que se retirar (Eliana).

O relato de Eliana representa a absurda experiência que muitas mulheres têm ao buscar amparo policial por sofrer violência doméstica, além de retratar a complexidade da questão que envolve a violência e a corrupção policial, instituição que se consolida profundamente marcada pela reprodução de opressões de gênero, raça e classe. Ainda que a criação das delegacias especializadas de atendimento às mulheres representem um avanço, já que visam garantir a denúncia dos crimes de forma segura e humanizada, as mulheres ainda se deparam, muitas das vezes, com a violência e corrupção nesse processo. Ainda quando conseguem o atendimento adequado, o processo de regularização judicial é demorado e pouco eficiente, demandando que essa mulher tenha acesso um abrigo seguro até que tenha seus direitos de proteção e justiça garantidos. Eliana buscou esse amparo também na rede de enfrentamento, contudo, não encontrou neles condições para se abrigar junto com seus filhos e pelo tempo que necessitava.

Quando eu avisei para o agressor que ele não podia mais ficar no local, as agressões pioraram. Eu comecei a buscar um caminho, porque eu não tinha um norte de casa abrigo em Belo Horizonte, de um fortalecimento. Aí eu joguei na internet e fui para o Benvinda, mas o atendimento, nem básico do básico não é. Ficam questionando o que a gente fez, o que aconteceu para ele ser agressivo? Ó, se melhorou foi agora, até então quando eu passei por essa casa eu era tratada dessa forma. E esse questionamento, não sou só eu, como mulher, que trago não. Conheço outras mulheres que passaram por lá e tem a mesma reclamação. Não existe fortalecimento. O Estado ofereceu uma casa abrigo em Contagem, onde eu ficaria lá três meses sem estar com todos os meus filhos, porque eu não tinha a adoção deles: uma eu tinha a guarda, a menor, uma garota; o bebê era neto dele e eu não ia abandonar (e porque era negro, ele ia entregar para a casa abrigo ou para o juizado); e o meu filho biológico. Então cada um dos filhos ia para um lugar e eu

*ficaria na casa Sempre Viva em Contagem. Eu não pude aceitar esse abrigo...
Aí joguei na internet "mulheres que ajudam mulheres em Belo Horizonte" encontrei
a Casa Tina Martins (Eliana).*

Tanto Eliana quanto Carolina foram acolhidas e abrigadas na Casa de Referência da Mulher Tina Martins, onde, segundo seus relatos, encontraram as condições de que necessitavam para sair do ciclo de violência e se restabelecerem material e subjetivamente.

4.4.3 Eixo 3 e Eixo 4: acolhimento e abrigo

O atendimento feito na Casa se distingue em duas formas: O acolhimento e o abrigo. Nem todas as mulheres necessitam de abrigo, contudo todas as mulheres que buscam pela casa recebem o acolhimento. Trata-se de um momento de escuta e orientação.

A gente vai escutar a história dela e pensar junto com ela algumas saídas, algumas perspectivas. As vezes a mulher está tão desesperada, está em um momento de tanta fragilidade e de tanta violência mesmo, que ela não consegue pensar em alternativas. Então as vezes a gente vai sentar junto com essa mulher e vai conseguir construir com ela alternativas dentro da própria rede dela, de parentes, de amigos, para que ela não precise de certa forma ser "institucionalizada". Então a gente vai fazer o acolhimento, vai entender as necessidades que essa mulher traz (Rosa).

O acolhimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, envolve orientação, atendimento assistencial, psicológico, por meio de psicoterapia breve, e orientação jurídica.

Hoje, na maioria dos casos, a gente consegue agendar esses acolhimentos. A gente sempre trabalha para ter duas coordenadoras no acolhimento, pois é sempre bom a gente fazer essa escuta com mais de uma coordenadora. Com duas pessoas a gente consegue entender melhor o que acontece, às vezes uma percebe coisas que a outra não percebeu, então a gente sempre faz questão de serem duas no acolhimento. É uma conversa inicial, uma triagem mesmo, para a gente ouvir aquela mulher, que ela fique o mais confortável possível, para que ela não se sinta coagida e a gente faz um relatório também para que ela não fique tendo que contar várias vezes essa história que ela passou. Como a gente faz um trabalho autogestionado e de convicção mesmo (a gente não recebe por isso), a gente tem regime de escala na casa, então, se eu de manhã acolhi uma mulher, abriguei-a na casa e à tarde chegou outra coordenadora, ela não precisa contar toda a história, a coordenadora de chegar na escala pode pegar o relatório, ler o breve relato sobre o caso dela e pronto. Se a acolhida quiser contar aí fica a critério dela, mas para que a gente não fique fazendo com que ela reviva esse processo e a partir desse acolhimento a gente encaminha para as equipes então se a gente vê que aquelas mulheres solicitam um acolhimento psicossocial, psicoterapêutico a gente encaminha para a equipe de psicólogas, se é um atendimento jurídico a gente encaminha para o jurídico... (Alexandra).

A entrevistada Rosa ressalta que a Tina recebe mulheres de todos os contextos. Há as que procuram a casa até mesmo em busca de entender se está sofrendo violência, pois é fato que a violência é socialmente naturalizada. Muitas das vezes, são mulheres que só entendem que estão sofrendo uma violência quando passam pela violência física.

Lidamos com vários casos relacionamentos abusivos, de violência psicológica, violência moral e violência patrimonial. A gente vê que nessa sociedade capitalista e patriarcal que os homens usam muito da questão financeira para violentar as mulheres, para colocar as mulheres em situação de dependência econômica e a partir disso dependência psicológica, enfim... (Rosa).

Contudo, as autogestoras coordenadoras da Tina também ressaltam que o perfil da grande maioria das mulheres que chegam na Tina são mulheres proletárias, negras, que não têm formação completa, geralmente somente a formação básica, e que se casaram muito cedo. A maioria são de mulheres que sofrem violência doméstica por marido, pai ou irmãos. A entrevistada Silvia destaca que a violência doméstica é uma violência transversal, que, portanto, não escolhe raça, não escolhe classe para acontecer, contudo ela irá atingir mais intensamente as mulheres pobres e negras.

A gente vê o quanto que na prática, na dinâmica da vida das mulheres, a violência atinge de uma forma ainda mais perversa as mulheres negras e pobres né. Porque é isso, uma mulher branca, ou uma mulher de classe econômica que tenha uma condição social maior, vai conseguir se reorganizar em outro espaço. Inclusive a própria rede de acolhimento dessa pessoa é mais rica. É uma rede que muitas das vezes consegue dar suporte para essa mulher. Consegue receber essa mulher em casa com seus filhos. Já as mulheres pobres não têm, ou quando tem essa rede é muito frágil, economicamente também. Muitas vezes são famílias que moram no mesmo terreno, então não consegue garantir a segurança daquela mulher. Então, acaba que as mulheres principalmente que são abrigadas no espaço da casa são mulheres de classe econômica desfavorecida (Silvia).

Carolina conta que antes de deixar sua casa em busca de amparo morava no aglomerado urbano do bairro Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte. Ela ressalta que a questão financeira foi um fator determinante, tanto do que a manteve junto de seu agressor por certo período, quanto do que a vez reagir em busca de outros caminhos para si e sua filha.

Antes de ir para a Tina eu estava morando lá no bairro Alto Vera Cruz. Eu tinha acabado de voltar de Timóteo, porque o pai dela tinha resolvido mudar para lá, aí é cidade de interior. Ele parou de trabalhar, ficou sem dinheiro para pagar aluguel, e voltamos nós para a casa da tia dela... Isso foi em 2017. Brigamos, brigamos, brigamos mas nós estava juntos, aí em 2018 eu resolvi sair fora. É porque se começasse essa brigalhada e eu fosse me recolher lá na minha cidade, resolvia o

negócio da brigalhada, mas aí o direito da Esperança ia ficar pra lá! Não, tem que lutar pelos direito dela! No meu caso eu dependia dele, sabe? Porque eu não tinha como trabalhar, aí que eles aproveitam mesmo, depender deles... Mas ele não chegou a me bater assim não, porque eu sempre me impunha, ele vinha pra cima de mim - e olha que eu tenho um metro e quarenta só - ele vinha para cima de mim e eu com a palavra para me defender, me impunha, às vezes eu nem ia fazer aquilo que eu falava, mas eu não ia sair com a cara toda quebrada. Ele chegou uma vez a pegar no meu pescoço, começou a apertar, apertar... Mas minhas orações me livrou. Aí desde esse dia eu já fiquei com o olho aberto com ele, teve outras situações também e eu fui só juntando, só juntando, mas eu ainda não podia sair fora. Enquanto estava dando para levar, eu fui levando, aí quando eu vi que eu estava quase indo para o buraco eu fui rachar fora... Eu estava pensando o que ia ser da minha vida dali para a frente, isso sim! Sem um real no bolso (risos)... Aí, quando a nossa família já estava recebendo, porque antes de sair de casa eu fiz o cadastro e depois eu comecei a receber o Bolsa Família, aí que eu saí de casa, antes não tinha nem um real para comprar nada para essa menina... aí que eu fui dar andamento, sabe? Senão eu ia perder até a guarda da menina. Depois que sai na briga é difícil para poder pegar a criança lá. Não queria não. Se eu ficar sem um real no bolso, sem nada para comer, ia acabar perdendo a guarda (Carolina).

Eliana relata que morava em um bairro de classe média, na região da Pampulha, era estudante e o salário como atendente em uma clínica de cirurgia e enxerto ósseo não era suficiente para pagar sua faculdade de Serviço Social e sustentar os 3 filhos. Eliana relata que dependia financeiramente e emocionalmente de seu ex-marido e precisou deixar tudo para trás para sair do ciclo de violência que perdurou por 16 anos de casamento.

Até então eu pensava "Como eu vou fazer para terminar minha faculdade? Não tenho mais condições" porque financeiramente, querendo ou não, eu dependia dele. Porque meu salário era pouco né... Então não dava muito para sustentar três filhos, pagar faculdade, era caríssimo na época... E aí, assim, querendo ou não eu dependia né? Alimentação, essas coisas básicas... Emocionalmente também a gente acaba dependendo da pessoa né? (Eliana).

Após buscar pela internet e fazer o primeiro contato com a Tina, Eliana recebeu acolhimento e conta a seguir como foi sua experiência e suas primeiras impressões ao ser acolhida na casa. Segundo ela, por vir de uma cultura familiar religiosa, houve no início dificuldades de adaptação devido a uma “visão preconceituosa”, que segundo ela, após sua passagem pela casa, foi o que mais se transformou a vida dela e o que a levou a uma radical “mudança de consciência”.

À princípio eu achei meio assustador pelas imagens, as meninas com bandana, né? Achei estranho: como é que mulheres que ajudam mulheres dessa forma, né? (risos) Eu não entendia o quê que é uma revolução. E aí eu falei: "Mas, mesmo assim eu vou entrar no Facebook e vou mandar mensagem", aí encaminhei a mensagem e de imediato as meninas me responderam, marcaram um atendimento para mim numa

sexta-feira e eu fui e passei pela triagem. Conteí toda a história, chorei muito, fui muito bem acolhida por uma garotinha. Eu falo assim "garotinha" porque as meninas são muito jovens. Aí ela fez todo o acolhimento, fez o prontuário. E aí falou comigo "Olha Rosi, a gente não tem espaço na Casa hoje, não temos vagas, mas fica aberto para você vir nos finais de semana, passar os finais de semana conosco", que eram os dias piores né? "Sexta, sábado e domingo você vem com os seus filhos, dorme aqui e na segunda você retorna para o trabalho, seus filhos retornam para casa ou para a escola. É o que a gente pode oferecer no momento, mas qualquer coisa você entra em contato, não deixe de entrar em contato com a gente" né? Aí eu falei "Tudo bem". Saindo dali eu fiquei tão esperançosa porque eu conheci a Casa, conheci as abrigadas, fui muito bem recebida. Saí dali pensando: "Sexta-feira eu já venho para cá né, eu saio do trabalho, pego os meus filhos e já venho e já tenho onde ficar no final de semana" que eram os dias mais pesados. Era quarta, dia de jogo, sexta, sábado e domingo (Eliana).

Porém, em pouco tempo Eliana vivenciou novamente uma situação de violência envolvendo tentativa de feminicídio, quando recorreu a Casa com urgência e recebeu abrigo junto de seus filhos na casa, ainda que inicialmente em condições improvisadas (na sala), para mais tarde se acomodarem em um quarto.

Não demorou muito, quarta-feira, começou já... eu já fui violentada novamente. Aí eu liguei para a Casa, falei "Olha, não vai ter jeito de ficar, não tem como, eu não tenho alternativa mais". (...) Nós saímos a pé pela Avenida Portugal procurando um Táxi. Chegamos na Casa Tina Martins, eu liguei para quem havia me acolhido à princípio e ela falou: "Eliana, pode bater na porta que tem gente aí, eu não estou na Casa. Bate que tem gente aí para te acolher". Fomos acolhidos pela madrugada, assim, fomos maravilhosamente bem recebidos pela madrugada, mãe e filhos. Assim, mesmo arrasada eu senti um acolhimento tão aconchegante, tão aconchegante, que mesmo que não tinha um quarto para a gente, para nos acolher - a gente ficou na sala - mas acolheu a gente com o maior carinho, com o maior amor. Quando eu cheguei na Tina eu me senti protegida porque existia uma casa, paredes... Não era só um atendimento de fortalecimento com a sua psicóloga, jurídico, eram paredes, tudo! Isso faz diferença né. Por mais que aquele teto poderia ser provisório, mas eu poderia estar ali dentro por um período com os meus filhos. Eu não precisava de largá-los do lado de fora e ficar pensando "O que eles estão comendo? Onde eles estão neste momento? O que estão fazendo com eles?". Eles tinham uma cama para eu dormir, não era de qualquer jeito, era uma cama com troca de lençóis, de agasalhos para proteger do frio, porque a época era muito fria (Eliana).

Após o acolhimento, o abrigo poderá ocorrer em casos específicos, quando necessário e possível. A comissão de abrigo avalia as possibilidades de abrigar ou não a mulher em situação de violência. A Casa consegue abrigar, por tempo determinado, até oito mulheres em situação de emergência. O tempo de estadia na casa é variável, de acordo com o caso e a demanda de cada mulher.

A gente tenta articular isso com as mulheres no início, porque como a Tina Martins não é um abrigo permanente, mas também não é uma casa de passagem dentro da

legislação da assistência, porque se fosse, seria, apenas 15 dias. A gente estabeleceu um período de 90 dias, 3 meses, podendo ser prorrogado ou diminuído também. Vai depender da organização dela. Tem mulheres que vão precisar de um tempo maior para conseguir se organizar. Tem mulheres que vão precisar de um empurrão, de um “vamo, tem que resolver a situação” e tem mulheres que por conta própria já conseguem. É uma coisa que não é muito certinho, por exemplo, “é três meses, se não se resolveu tchau, vai para rua”, a gente não vai fazer isso. Não dá para a gente taxar um padrão, enfim, não é uma caixinha, cada uma tem as suas individualidades, as suas próprias questões e isso deixa para a gente a necessidade de avaliar caso a caso. A casa existe desde 2016 e temos vivenciado um longo período de crise política e econômica. Conseguir um emprego e uma moradia não é mais uma coisa que você faz com duas semanas, então é algo muito difícil para algumas dessas mulheres (Alexandra).

Eliana esteve abrigada na casa pelo período de 10 meses, enquanto Carolina permaneceu por 1 ano e 3 meses. Carolina relata que no período em que chegou na Tina havia apenas mais uma mulher abrigada na casa, que ficava em outro quarto com seu filho, enquanto ela ficou em um quarto de seis camas, que a princípio estava vazio, mas que ao longo de sua permanência foi preenchido por novas abrigadas.

As abrigadas chegavam e saíam e eu que fiquei mais tempo lá. Na Tina eu pude ficar lá com a Esperança. As “Benárias” ajudaram a encaminhar uma creche para ela, ela foi para a creche... E eu ficava ajudando com os afazeres lá na casa... Eu nunca que ia imaginar que tinha aquela casa lá na Tina, ali naquela região ali na rua Paraíba, foi bom demais! Eu não sou de sair, ficava mais lá no abrigo mesmo... Ah, ali era bom porque eu descansava minha cabeça, acostumei com as rotinas lá... Era perto da escola da Esperança também, dava pra mim levar Esperança na escola... Era diferente... O bairro que eu morava era aglomerado, era tiroteio toda hora. Tiroteio no portão afora, gente subindo no telhado, é tenso... é que é aglomerado, né? Na Tina eu senti segura (Carolina).

4.5 As mulheres da Tina: experiência de coletividade – “Nós não somos rivais, somos amigas”

Durante o período de permanência na casa Tina Martins, as tarefas são compartilhadas e ocorre, o amparo psicológico, jurídico, dentre as outras atividades de fortalecimento das mulheres acolhidas e abrigadas.

De acordo com Rosa, são pouquíssimas as mulheres, acolhidas ou abrigadas, que passam pela casa que não se envolvem com as atividades da casa e que de alguma forma experimentam um senso de coletividade.

As mulheres se envolvem tanto nas atividades políticas, quanto nas atividades culturais, que também são políticas né. A gente brinca assim, a gente tá fazendo aqui

o caldo de feijão para vender na festa junina, isso é muito político, porque nesse momento que você está ali fazendo, que você está fazendo aquela parte coletiva, distribuindo as tarefas, você está mostrando para aquela mulher uma outra forma de se organizar socialmente. É possível você se organizar coletivamente. E principalmente a importância de você fazer esse trabalho coletivo. Quando a gente senta com as mulheres da casa para fazer a divisão de tarefas, isso é político também. Elas começam a entender isso enquanto uma construção política. Até nesse sentido de desmistificar essa ideia burra que socialmente se coloca de que política só o que está lá no parlamento. Não, nossa vida inteira é política né. A gente está aqui fazendo uma divisão de tarefas e isso é político. A gente tá ali vendo o que cada uma dá conta de fazer, o que cada uma não dá conta de fazer porque tem menino, ou não porque não sabe fazer algo. Então, a gente tenta ao máximo que tudo que a gente vai fazer no espaço, que a gente fale sobre isso, principalmente que a gente fale do quando que a gente é capaz. Principalmente enquanto mulher nessa sociedade que nos coloca como incapazes o tempo inteiro né, nos coloca como dependentes o tempo inteiro (Rosa).

Carolina e Eliana contaram sobre como era o cotidiano na casa e como foi para si a experiência de coletividade que vivenciaram nesse período.

As tarefas eram distribuídas entre as Benárias e as abrigadas. Quanto à higienização, a alimentação, tudo isso era dividido. Existe um quadro onde ficava divisão de tarefas e os dias da semana, quem fazia o quê e era bem distribuído, muito bem organizado. A princípio não foi nada fácil, não foi mesmo, porque eu não tinha o costume de dividir meu espaço com muitas pessoas apesar de ter filhos adotivos. Mas não tipo, dividir o mesmo quarto com várias pessoas... E assim, isso foi bem difícil para mim. Mesmo pelos costumes, eu vim de uma família de oito irmãos, mas fui criada sozinha, então eu não tinha o costume de dividir nada com outras pessoas da mesma idade que eu, por exemplo, ou na mesma família. Era com meus filhos mesmo, e marido, mas não tinha esse costume então foi muito difícil, mas por uma ou duas semanas no máximo, foi complicado assim. Quando eu comecei a entender que ali a gente precisava conviver no coletivo e se adaptar, eu já comecei a facilitar as coisas até mesmo dentro de mim, mas não é fácil porque cada um tem uma característica diferente, costumes diferentes né? Até nós mulheres chegarmos a atingir esse nível de consciência da coletividade demora um pouco, é um processo meio que longo. Mas com o tratamento psicológico você vai entendendo aos pouquinhos e vocês viram uma irmandade. Tanto que toda acolhida da minha época eu tenho amizade hoje, a gente se trata como irmãs inclusive. Tem meninas que foram acolhidas que têm filhos delas que me chamam de Mãe “Eliana” (risos) e vice-versa: meu filho pequenininho também chama as outras de “Mãe”. Então, é pra você ver que a gente virou irmãs! Depois desse acolhimento (Eliana).

Lá na Casa cada uma tinha uma tarefa: tinha o dia alguém cozinhar, alguém arrumar a cozinha, alguém arrumar a casa, arrumar os quartos e cuidar das roupas que a pessoa usa lá, das coisas das pessoas. As tarefas serem divididas era até bom, que assim ocupa a mente, né? Estar fazendo alguma coisa, tinham as oficinas de crochê, musicoterapia...O quarto era compartilhado, o guarda-roupas... A relação era tranquila... Comigo é difícil brigar, não brigo com ninguém não, eu converso com todo mundo. Se tivesse algum serviço para fazer, mesmo que fosse do outro, eu faço, se não tinha nada para fazer eu fazia, num garra não! (risos) É tudo passageiro, sabe? Tudo passa na vida... Cada mulher tá em um momento da vida. Algumas tinha que deixar filhos para trás, tem que entender, né? Tem que ter

empatia. Eu consegui sair com a minha, mas a outra conseguiu sair de outro jeito, o importante é que ela saiu e não ficou lá esperando a morte chegar. Cada caso se resolve de um jeito. Às vezes a cabeça da pessoa está cheia, a gente tem que entender, né? Aprendi muita coisa, nosso Deus! A gente amadurece com essas experiências! Olhava os meninos para as mães trabalhar... Tinham umas mães que iam trabalhar, né? Aí eu ficada lá com os filhos delas, olhando. Como as nossa própria também tinha que olhar, aí já olhava as duas crianças e nós saía construindo junto (risos). Se a gente puder ajudar, a gente ajuda (Carolina).

Ao serem perguntada sobre quais as principais “ajudas” que considera ter recebido no período que esteve na Tina e sobre o que mais transformou em si, Eliana trouxe elementos que dizem respeito tanto a transformações materiais, quanto transformações de conceitos e formas de ver a própria experiência.

Foi um fortalecimento incrível, eu terminei o meu curso de serviço social, até então eu pensava “Como eu vou fazer para terminar minha faculdade? Não tenho mais condições” porque financeiramente, querendo ou não, eu dependia dele. Emocionalmente também. E aí as meninas já te põe um fortalecimento da Casa, eu entendi que não tinha necessidade alguma de retornar, de nada porque eu tinha todo apoio ali: jurídico, psicológico, o apoio para os meus filhos, tudo. E me formei, Serviço Social, formei dentro da Casa Tina Martins. Meu TCC foi feito lá dentro, corrigido por uma das Benárias. Terminei minha faculdade, sabe? A outra questão também é a dependência de afeto, afeto masculino, de companheiro, sabe? Hoje eu me vejo feliz sem ter alguém. Mais independente. Eu não preciso de ter uma pessoa comigo para eu ser feliz, porque a felicidade não está no companheiro que vai estar comigo, a felicidade está em mim, com os meus filhos. Essa independência é tudo! Outra coisa que mais ficou de aprendizado foi o preconceito. Eu era uma pessoa totalmente preconceituosa...Religioso, racial e não sei como que eu posso te dizer, a questão do... Do LGBT. Às vezes eu me envergonho de dizer, mas eu falo, existia sim o preconceito. Igual, uma coisa que vi, mesmo fazendo serviço social, eu achava que essa questão racial eles se vitimizavam para atingir os direitos, para conseguir os direitos, eu tinha isso em mente antes. E depois, trabalhando isso nas formações da Tina, eu fui deixando esse preconceito cair por terra porque não era isso, a visão que eu tinha era totalmente distorcida, aí eu fui quebrando, aos pouquinhos, graças a Deus eu estou liberta (risos). A Tina também é um espaço de desconstruir o preconceito. Eu costumo dizer... Olha, eu não sei que tipo de fé que você tem. Eu costumo dizer que eu deixei de ser cristã evangélica ao adentrar na Tina Martins, porque eu vi Jesus em pessoas que se diziam ateus (risos), que não acreditavam em Deus. Eu via Jesus naquelas meninas. Então, eu passei a ter uma visão completamente diferente de Deus. Por que eu falo isso? Porque para mim esse é o acolhimento que Jesus faria por alguém, é esse o acolhimento, de oferecer o melhor para uma pessoa que está sendo violentada. Não era tirar seu filho, tirar seus filhos de perto de você, te jogar de qualquer jeito, deixar você ao relento passando frio. Não. Era te oferecer uma conversa, tentar te entender... (Eliana).

Em resposta a mesma pergunta, Carolina ressaltou o quanto se sentiu fortalecida para seguir buscando e construindo caminhos para si.

As meninas me ajudou bastante... Psicologicamente, sabe? A gente vai aprendendo, né? A luta é assim mesmo, a gente não pode correr da luta não, né? Hoje o dia está ruim, amanhã está bom! (risos). Lá me ensinaram a lutar, batalhar, conquistar o que a gente quer, não ficar dependendo... A mulher pode se virar. Quando elas falavam comigo assim "Nós vamos construindo!" eu ficava na minha cabeça "Meu deus, nós vamos construir do zero!" (risos) e essa realidade funcionou mesmo porque se eu tivesse desistido, hoje eu não estaria aqui! Estava lá em Viçosa ou jogada por aí, sem a guarda da menina, a gente tem que lutar mesmo, pode cruzar os braços não, elas me ensinou uma coisa muito boa: que a mulher tem que lutar. Particularmente para mim, nada contra quem está com vontade de se envolver em outros relacionamentos, mas eu não sinto vontade de estar em relacionamento com outro homem não, sabe? No meu caso eu estou focando mais em olhar a Esperança. E a mulher pra tomar cuidado para não envolver nessas situações, ela tem que ver primeiro quem é a pessoa, conhecer, dar um tempo, namorar bastante, conhecer melhor a pessoa antes de levar para casa. Eu já não estou com essa ilusão de trazer um homem para casa para ficar aqui comigo, não... Nem para depender deles eu não ia querer mais não. Mas nada contra a pessoa, mas se a pessoa for envolver, tem que ver primeiro como que é a pessoa, o gênio da pessoa, para relacionar, né (Carolina).

Também durante as entrevistas com as autogestoras coordenadoras da Tina, Rosa, trouxe um relato sobre como se transformam cotidianamente enquanto atuam nos movimentos sociais e na Casa Tina Martins.

A gente tá em um processo de transformação diário né (risos). A gente está todos os dias se reconstruindo, porque é isso né, a gente é criada dentro dessa instituição patriarcal capitalista e a gente tem que fazer a reconstrução diariamente. A gente vai se reconstruindo enquanto mulheres não racistas, enquanto lutadoras pelos direitos sociais, enfim. A gente vai se reconstruindo dentro desse coletivo e individualmente. A gente vai repensando as nossas posturas, vai repensando a forma como a gente lida com as outras pessoas. Como que a gente lida coletivamente e individualmente também. Como a gente lida com a gente mesma. A questão do autocuidado é extremamente importante, a gente faz muito essa discussão do autocuidado. E não é esse autocuidado "skincare" aí, de hidratar o cabelo e fazer mascara, não. É o do autocuidado mesmo, de a gente compreender as nossas limitações, nossos anseios, nossos desejos, de a gente tentar entender, por mais que é muito difícil no dia a dia né, que a gente é muito diferente, que as pessoas vão ter percepções diferentes da mesma coisa. Eu acho que esse trabalho coletivo faz muito isso, faz a gente entender melhor o próximo. Entender melhor a sociedade, entender melhor como que a gente lida socialmente umas com as outras. Até pra gente conseguir lidar com as outras mulheres que passam pelo espaço, para além das nossas companheiras de trabalho. Conseguir entender que a gente tem formações diferentes, opiniões diferentes, visão diferente pela mesma coisa. A não ser que seja algo que vai ser preconceituoso, ou violento, de resto a gente vai reconstruindo. E se for dessa forma, a gente vai desconstruindo para reconstruir e ter uma percepção diferente. Por isso falo que a gente está em processo de transformação diária, até porque a gente é marxista né, então a dialética tá aí. A gente vai lendo e vai reformulando as nossas ideias, a nossa visão do mundo e das coisas objetivas da vida também. A transformação é extremamente importante e necessária né, na nossa organização pessoal e coletiva (Rosa).

Alexandra, Silvia e Rosa percebem um processo gradual de transformação que pode ser observado durante o cotidiano na casa, bem como após a saída do espaço, a partir de relatos de mulheres que já passaram pela Tina.

Essa mudança de consciência sobre o foi vivido e sobre outras formas de seguir a vida é um processo né? Mas, na Tina por exemplo, uma prática que a gente tem é de conversar com as mulheres em vários momentos informais. Muitas têm o hábito de assistir TV aberta, o Balanço Geral, a Record como um todo é um canal que divulga muito a violência contra a mulher de uma forma tóxica. Às vezes a gente comenta sobre isso, porque as vezes elas falam: “ah, mas porque a mulher continua ali? É claro que ela ia morrer, tava claro que o cara ia matar ela”, daí a gente puxa o assunto e começa a conversar e nesse momento inclusive, criar um espaço para que elas entendam as violências as mulheres podem sofrer, violência psicológica, enfim, a gente faz uma construção de espaço. E é durante esse processo diário que acontece esses cliques mesmo, para todas nós (Alexandra).

No geral, sem dúvidas, todas nós transformamos de alguma forma. Eu acho que só o fato de você conhecer uma nova forma de viver que não seja aquela que você estava vivendo, eu acho que já é uma coisa gigantesca. O fato de você vir de um nicho social que é totalmente fechado para de repente você tá no meio de um monte de mulher feminista, comunista, que tem lésbica, que tem trans, que tem negra, que não tem, que tem cabelo colorido, que não tem... então acho que você se depara com uma diversidade pessoas que não fazia parte de sua realidade, eu acho que já é muito legal porque boa parte das mulheres inclusive, que às vezes tem um olhar mais conservador por exemplo, muitas vezes é porque marido reproduz esse tipo de discurso e por elas tanto faz, tanto fez. Então é muito legal elas se sentirem livres e acolhidas, elas saberem que elas podem ser amadas, que elas podem ter um espaço seguro. Óbvio que tem umas que realmente, a mudança é extremamente escrachada, que já sai com o discurso super assim “não nunca mais, nunca mais vou abaixar a cabeça para ninguém” e não abaixo mesmo. As que a gente tem contato hoje, a gente vê como elas estão diferentes, então é bem legal ver esse desenvolvimento, e que não foi instantâneo, foi com o processo da construção de tudo que a gente vem fazendo nesses últimos tempos, mas é bem legal. Acho que é uma das coisas que mais move a gente, ver que pode dar certo (Silvia).

Então você vê a transformação na vida dessas pessoas, por menor que seja. Uma mulher no dia seguinte está falando com o menino dela que ele não tem que empurrar porque você não pode encostar na outra pessoa né, o corpo de outra pessoa é da outra pessoa. Então a gente vê essas transformações, independente de para onde essa mulher vai. Já teve mulher que foi abrigada na casa e hoje faz o trabalho da casa né, constrói esse trabalho, porque entendeu a importância dele não só para a vida individual dela, mas para a vida coletiva. É uma coisa que a gente fala muito assim no espaço da casa né, dessa importância da gente se organizar, porque só assim que a gente vai conseguir de fato mudar alguma coisa, porque individualmente a gente muda só ao nosso redor, e olhe lá. Agora, coletivamente a gente consegue fazer transformações, a gente consegue realmente transformar. Aí se a gente vai transformar a vida de 1 ou de 100, pra gente é indiferente se estamos fazendo a transformação né. Que essa mulher não volte pro círculo da violência, que essa mulher não volte para o agressor ou que, caso volte, que volte numa situação completamente diferente da qual ela saiu. O que também é possível né. A gente acredita muito na transformação dos seres humanos. A gente entende que o patriarcado e o machismo também são muito prejudiciais aos homens. Esse homem

também sofre dentro desse sistema pesado e bizarro que a gente vive, de socialização (Rosa).

4.6 Encontrando saídas: conexões entre a luta feminista e a luta urbana na experiência da casa – “ou eu ia continuar sofrendo a violência dentro da minha casa ou ia para rua e a sofrer violência de várias outras pessoas”.

De acordo com as autogestoras da Casa o grande desafio no processo de romper com o ciclo de violência a que uma mulher está inserida envolve encontrar saídas junto das mulheres para se reestruturarem materialmente para que tenham autonomia, vida digna e não retornem ao agressor e ao ciclo de violência. Fica claro que questão da violência está interconectada com uma série de demandas – tensiona uma série de estruturas. Como destaca Silvia, a questão da violência contra a mulher precisa ser trabalhada em rede – não só a rede de enfrentamento direto, mas uma rede num geral.

Uma mulher que sofre violência, a questão dela geralmente não vai ser só a violência, principalmente as que vão para a Tina. Elas procuram muito por moradia e trabalho. Elas saem de uma violência sem muito suporte, então muitas vezes elas não tem uma técnica, então precisa fazer um curso, precisa voltar a estudar para conseguir arranjar um emprego, aí tem filho, tem que correr atrás de creche. Então, a gente vê que a violência contra a mulher precisa ser trabalhada de fato em rede, só que não é só numa rede que trabalha a violência contra a mulher, mas é numa rede num geral, porque essa mulher às vezes vai ter uma questão de saúde... Enfim, existem várias demandas que a gente precisa correlacionar com a situação atual dela, sabe? (Silvia).

Nesse sentido, ciclo de violência se expande da violência doméstica para uma violência institucional ampla, no sentido que as próprias condições desiguais de acesso à vida digna, decorrentes da produção da capitalista, patriarcal e racista do espaço urbano, são em si violentas, violências que se retroalimentam.

Eu falo muito que abrigar é a parte mais tranquila para gente; o difícil é a gente construir saídas para essa mulher. Então tem casos que por mais que a gente queira e perceba a necessidade daquela mulher, a gente não vai ter condições de articular uma saída para ela, a não ser que a gente tenha o auxílio e o apoio de outras políticas públicas, principalmente a política de habitação. É algo que está muito ligado. Eu acho que um dos maiores motivos para as mulheres se manterem numa situação de violência é a questão da moradia, da dependência, não só econômica, mas do espaço seguro para ela estar. Vemos muito isso: a mulher sai de uma situação de violência doméstica dentro do seu âmbito familiar e passa por uma situação de violência institucional, por não ter acesso a trabalho e renda, à escola pros filhos, à creche, à saúde e à habitação. Então a gente tenta avaliar muito isso:

quais são as perspectivas, quais são as possibilidades dessa mulher para que ela saia. A gente entende que a institucionalização nunca vai ser a melhor opção para essa mulher. A melhor opção para ela é que ela consiga reorganizar sua vida, se reorganizar em um espaço dela né. Só que a gente sabe que para isso depende de outras políticas. São políticas que infelizmente não andam junto com a política de assistência. A gente tenta fazer muito esse trabalho em conjunto com a própria rede de assistência e de enfrentamento, e com os movimentos parceiros nossos também né. MLB então é um movimento que é muito importante no nosso trabalho da casa, é um movimento que consegue de alguma forma ajudar essas mulheres a se reorganizarem em uma moradia. Várias mulheres que já passaram pela Tina Martins conseguiram sair da casa porque se organizaram no MLB e foram lutar por um espaço de moradia (Rosa).

As entrevistadas contam que dentre as opções mais comuns que as mulheres encontram envolve conseguir um novo trabalho e pagar aluguel, morar junto com algum parente, conseguir aluguel social⁴¹ ou se organizar nos movimentos de moradia.

Tanto Carolina quanto Eliana fazem parte do grupo de mulheres que se organizou nos movimentos de moradia e atualmente moram na Ocupação Carolina Maria de Jesus⁴². Carolina relatou como foi para ela o processo de encontrar saídas, a partir das suas necessidades do momento e também sobre o processo sua adaptação ao movimento social e a moradia na Ocupação.

Assim, elas queria que eu fosse trabalhar, aí eu falei "Se aparecer serviço a gente trabalha!" (risos). Quando eu vim para Belo Horizonte eu trabalhei lá no Belvedere, de carteira assinada, trabalhei uns dois anos lá. Lá era tranquilo, só ficar de acompanhante de uma senhora lá, fazer as coisas, tranquilo. Depois que a Esperança nasceu eu quis ficar mais com ela. É porque se eu fosse trabalhar ia ter que deixar ela lá na casa... A questão pra mim é que eu realmente não ia querer deixar ela lá na casa e ir trabalhar não. Realmente eu falei com sinceridade, eu não ia trabalhar com Esperança lá não. É porque eu não gosto, não fico fazendo rodeio não, falei que realmente trabalhar e deixar ela lá eu não ia não. Aí quando saiu a

⁴¹ As autogestoras da Tina destacam que conseguir aluguel social é algo muito difícil, já que há uma imensa lista de espera para acesso a essa política pública. Contudo, há casos em que foi possível o aluguel social, desde que foi aprovada a legislação escrita pelas Deputada Áurea Carolina e aprovada pela Deputada Cida Falabella. Segundo Rosa: “elas conseguiram colocar que a mulher em situação de violência entrasse nos critérios para o aluguel social, que era só para Famílias em situação de estar nas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social). Mas mesmo assim, é algo que também é muito difícil” (Rosa).

⁴² A Ocupação Carolina Maria de Jesus se localiza atualmente em um edifício da rua Rio de Janeiro, nº 109, no centro de Belo Horizonte, onde mais de 80 famílias lutam pelo acesso à moradia adequada. A Ocupação Carolina Maria de Jesus surgiu no dia 6 de setembro de 2017, com 200 famílias organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que ocupou um prédio abandonado há mais de 10 anos na região central de Belo Horizonte (area nobre da cidade). Entre setembro de 2017 e junho de 2018, a ocupação ali permaneceu resistindo contra o despejo. Conseguiu, ao fim de uma exaustiva negociação com o Estado de Minas Gerais, chegar a um acordo (assinado também pela Defensoria Pública e o Ministério Público) que previa que a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab-Minas) reassentaria as 200 famílias, até junho de 2020, uma parte em dois terrenos em BH e outra parte em outro prédio na região central da capital - prédio abandonado há mais de 20 anos. Nesse prédio, 80 famílias que não tinham nenhum local para ir, foram assentadas temporariamente, enquanto as demais aguardam em casa de parentes o assentamento em terrenos. Contudo a Ocupação Carolina é constantemente ameaçada por mandatos de despejo e segue resistindo (JORNAL A VERDADE, 2021).

pensão da Esperança aí tava na hora de virar a vida né? A parceria dos movimentos de moradia aqui com a Tina me ajudou. Se não fosse assim também ia ser difícil entrar na Ocupação, eu não sabia nada de movimento de moradia em Belo Horizonte. Para morar aqui tem que participar das reuniões do núcleo, mas como eu já estava na Tina e eles já sabiam da minha luta, eles já abriram essa vaga para mim. Aqui, tá muito bom, graças a Deus! É, aqui eu tô dentro do meu cômodo, não mexo com ninguém, graças a Deus estou vivendo na paz. Eu sei viver com as pessoas. Agora, se a pessoa ficam caçando briga... aí não dá para viver. Participo também da coordenação da Ocupação, eu gosto. Eu vou nos atos, participo das coisas que eles pedem... E tá bom morar aqui. A escola da Esperança é aqui perto, nós vai caminhando mesmo (Carolina).

Eliana contou sobre seu processo de saída, que envolveu o engajamento tanto nas lutas feministas quanto na luta por moradia a partir da experiência na Tina, e relatou sobre sua experiência junto a outras mulheres dentro da Ocupação.

Eu não tinha condições financeiras para pagar um aluguel. Não havia essa possibilidade porque o meu salário era muito pouco, eu não tinha condições para isso. E aí até cheguei a procurar para dividir com uma amiga, mas não deu certo. Aí pedi oportunidade para as meninas para morar na Ocupação que é de um movimento que é associado ao Olga Benário e me deram essa oportunidade que é o MLB, que é o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas no qual hoje eu faço parte da coordenação da Ocupação e da coordenação estadual deste movimento. Também faço parte hoje, da coordenação estadual do Olga Benário. Então assim, devido a isso eu busquei, eu lutei por essa moradia também. Hoje continuo lutando, travando essa luta no estado quanto a moradia porque eu ainda não tenho condições realmente de pagar um aluguel, não tenho mesmo e sou muito bem acolhida no movimento também. Aqui na Ocupação eu também fortaleço mulheres que eu observo que noventa por cento são mãe solo que sofreram violências domésticas também, tem outras ex-abrigadas aqui na Ocupação e uma fortalece a outra nesse processo, ninguém desiste, ninguém retorna para o lar onde está o agressor. Eu acho que o acesso à moradia, é o primordial, nem é outras questões, é a questão de moradia porque é a coisa mais cara que tem. A maioria não tem condições, a gente ganha salário-mínimo, como que a gente paga aluguel e cria filho? Por isso que a gente passa por esse processo longo de violência. Porque na verdade, infelizmente a gente tem essa dependência, porque o homem tem mais essa força, o salário dele é melhor, ele pode construir com mais facilidade que nós mulheres... Isso lá fora! quero ver se aqui dentro da Ocupação eles têm o mesmo espaço (risos)... Quero ver se depois de empoderadas eles têm o mesmo espaço que a gente (risos)... Até passar pelo empoderamento, passar pelo feminismo, conhecer o feminismo (risos)... Acho que de todos, conhecer o feminismo acho que já mudaria muito lá fora. Uma vez uma mulher foi agredida e o homem nunca mais entrou aqui dentro, nunca mais! As mulheres sim, mas os agressores não. Eu até falo com os meus filhos que talvez eu não veja isso acontecer no mundo todo, mas talvez os meus tataranetos vão ver isso acontecer, eu acredito nisso hoje, eu acredito nessa mudança, nessa coletividade, eu acredito no socialismo, eu acredito que podem haver mudanças sim. Pode ser que eu não veja, que demore, é um processo longo né? Porque existe muita coisa a se fazer, mas eu acredito que meus netos, meus bisnetos, meus tataranetos podem falar "A minha avó passou por isso, viveu isso e ela ajudou a construir isso" eu posso ficar na história (Eliana).

Vemos que a questão da moradia está intrinsecamente ligada a saída do ciclo de violências para muitas mulheres, e por isso mesmo, são elas a grande maioria das pessoas engajadas na luta por moradia e nos movimentos de Ocupação Urbana.

É notável que a atuação da Casa Tina Martins vai além de ser uma casa de passagem para informação ou abrigo temporário. As mulheres da Tina atuam no sentido de alterar o ciclo de opressões, seja pelo fortalecimento umas das outras a partir das trocas cotidianas de modos de pensar, sentir e viver, seja buscando saídas de reestruturação material para vida digna dessas mulheres. Como ressaltam as entrevistadas, para a mulher sair do ciclo de violência requer-se uma articulação entre ações e entre políticas, e também ir além delas. Não basta ser uma casa de acolhimento ou abrigo. É a partir da aproximação do “espaço vivido”, do cotidiano, assim como da luta pelo direito à cidade, que elas buscam saídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se conduziu a partir de um “olhar” que parte do centro da Casa de Referência da Mulher Tina Martins – Em busca de visibilizar e analisar as ações e experiências desta ação social de mulheres. Deste ponto de vista, levamos este “olhar” em retrospectiva, em um resgate histórico dos processos sociais – ligados as estruturas de opressão social por gênero, raça e classe e aos modos de produção e reprodução capitalista do espaço – que configuram as atuais iniquidades as quais o movimento busca transformar.

Em seguida, lançamos nosso “olhar” em perspectiva, a medida em que, conscientes da incessante dialética das relações sociais – onde se faz em meio hegemônico, o diferencial, em meio a violência, a resistência, em meio a opressão, a transformação e a liberdade – buscamos as possibilidades e os horizontes de transformação que se anunciam a partir das práxis social e espacial que o movimento manifesta hoje.

Enfim, retomamos e aprofundamos o “olhar” ao centro da Tina Martins, agora capazes de ver que é nessa dimensão – da materialidade, da experiência, do vivido, do tempo presente e do cotidiano – que encontramos a potência que se faz no encontro de ambos. Das contradições históricas e dos horizontes de mudança, que se encontram em constante reconstrução na práxis cotidiana.

Nesse sentido, há ainda um “olhar” que se desloca entre local e o global, a medida em que atravessa a “retrospectiva” – desde a trajetória de construção da ocupação Tina Martins, às raízes sociais das injustiças e suas manifestações espaciais no Brasil e no mundo. Bem como, atravessa a “perspectiva” – desde as transformações vividas na experiência direta das mulheres inseridas na Tina às transformações que as transcendem, anunciadas pelos modos de vida e de transformação social a que essas mulheres se propõem, pautado na coletividade e na luta pela autonomia sobre sua vida, portanto da autonomia sobre os modos de produção de seu espaço vivido, configurando-se assim uma Utopia concreta que aponta para horizontes mais amplos de transformação social.

Assim, colocando em escalas nossa percepção sobre Tina, nos propusemos para essa pesquisa a “verificar como se configura e para onde se orienta a práxis espacial realizada por essa organização social que atua no suporte à violência contra mulheres”. A partir da discussão ora apresentada pudemos observar que a práxis espacial realizada na Tina Martins tem atuado, no âmbito cotidiano, no sentido da transformação das condições materiais e subjetivas para as mulheres se reposicionarem diante a sociedade e se verem livres do ciclo de violência em que

estavam. Nesse processo, elas buscam um acesso tanto a direitos básicos da cidade para restituição de uma vida digna, como a uma progressiva tomada de consciência sobre um modo de vida pautado na coletividade. Neste sentido, acreditamos que a “Tina” se apresenta, assim, como uma utopia concreta que tem como horizonte o Direito a Cidade e a transformação das estruturas sociais de opressão.

Acreditamos que o exemplo desta ocupação de “mulheres cuidando de mulheres” não se constitui efetivamente um espaço diferencial no dizer de Lefebvre, que viabiliza, inteiramente, o “direito à cidade” à essas mulheres – pois não representa a superação da condição imposta –, mas pode ser considerado um “desvio” (détour) (Lefebvre, 2000, p. 425 citado por Bastos et al, 2017, p.255), ou seja, uma “prática intermediária entre a dominação e a apropriação, entre a troca e o uso” que pode estimular diferentes apreensões sobre a produção do espaço urbano, constituindo-se de um contraponto às formas (opressoras) de dominação instituídas e um subsídio para caminharmos em direção a uma práxis urbana interseccional transformadora. Enfim, acreditamos que a experiência ora analisada contribui para a renovação da utopia lefebvriana, moldando espaços de esperança que transcendem a realidade na forma atual, mas que anunciam um futuro (melhor) ainda a ser construído.

A partir da compreensão sobre os processos materialização das injustiças no espaço urbano, vemos que materialização da violência de gênero também se na “falta de acesso e autonomia sobre o espaço”. A violência doméstica é parte da perpetuação de um esquema que desencadeia outra série de violências, que afetam de formas ainda mais profundas e específicas mulheres, negras, pobres e periféricas. Assim, a produção capitalista do espaço é em si uma forma de violência que possui um profundo aspecto de gênero (VILAGRAN, 2018), na medida em que se faz indissociada do Patriarcado (SHOLZ,2013).

Na relação cotidiana de uso e produção do espaço, vidas são moldadas pela lógica de produção do espaço. Por meio da compreensão lefebvriana da produção do espaço, “temos uma “visão heterogênea” que permite ver gênero, raça, classe, e etnia nela inseridos, na medida quem que o espaço tido como reprodução das relações sociais de produção, inclui a reprodução social”. (OLIVEIRA, 2021). Nesse sentido, entendemos que “a luta pelo direito à cidade continua sendo a luta pelo direito a centralidade de decisão sob a vida urbana”, e que a ocupação urbana se conforma como o modo pelo qual isso se organiza, ou seja, enquanto como uma forma de reconstruir um cotidiano (VELOSO, 2021), sendo que só no cotidiano está a transformação (LEFEBVRE, 1980).

A práxis urbana inscrita no cotidiano da Tina aponta tanto para o que é preciso para enfrentar a violência de gênero tanto no “âmbito urgente”, traçando conexões com o aparato do Estado, quanto no “âmbito transcendente”, indo além do nosso subjugo as estruturas hegemônicas de produção social do espaço e da vida. Assim, a “conquista do espaço” se liga a essa construção de autonomia para as mulheres, ruptura com círculos de violência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo B. Articulação das lutas urbanas: considerações sobre as propostas em disputa. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 39, p.35-47, fev. 1989.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Cartilha do GTPCEGDS: Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os e das/os LGBT**. 2. ed. Brasília: ANDES, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BASTOS, Camila. Tina Martins: de ocupação a Casa de Referência. **V!RUS**, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=5&item=73&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2020.

BASTOS, Camila; MAGALHÃES, Felipe; MIRANDA, Guilherme; SILVA, Harley; TONUCCI FILHO, João Bosco; CRUZ, Mariana de Moura; VELLOSO, Rita de Cássia. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (on-line), v.19, n. 2, p. 251-266, maio-ago. 2017. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=5&item=73&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2020.

BELO HORIZONTE MAIS. Casa Abrigo Sempre-Viva. Disponível em: <http://www.belohorizontemais.com.br/bairro-floresta/orgaos-governamentais/Orgaos-municipais/1238/casa-abrigo-sempre-viva/>. Acesso em 08/2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Trad. Nélio Schneider, Werner Fucks. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CÂMARA, Luciene. Abrigo 24h para acolher vítimas de violência doméstica está garantido. **O Tempo** (on-line), 2017. <https://www.otempo.com.br/cidades/abrigo-24h-para-acolher-vitimas-de-violencia-domestica-esta-garantido-1.1553672>. Acesso em: 08 mar. 2022.

CANETTIERI, Thiago. O debate sobre ocupações urbanas revisitado: entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição. **e-metropolis** (on-line), n. 29, ano 8, 2017. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/219?name=o-debate-sobre-as-ocupacoes-urbanas-revisitado>. Acesso em: 28 set. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 28 set. 2020.

CHEROBINI, Demétrio. Roswitha Scholz: a emancipação das mulheres e a superação do capital. **Blog Arlindenor**, 2010. Disponível em: <https://arlindenor.com/2015/02/08/roswitha-scholz-a-emancipacao-das-mulheres-e-a-superacao-do-capital/>. Acesso em: 03 jan. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1; p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em: 23 mar. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. The Politics of Black Feminist Thought. In: MACCANN, Carole; KIM, Seung-Kyung (org.). **Feminist Theory Reader: local and global perspectives**. New York; London: Routledge, 2020. p. 318-333.

COORDENAÇÃO Nacional Movimento de Mulheres Olga Benário. **Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário**, n. 02/2017. Dezembro de 2017. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Documento-29-MMOB-CARTILHA-DO-MOVIMENTO-DE-MULHERES-OLGA-BEN%C3%81RIO.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, vol. 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.

CURIEL, Ochy. Hacia la construccin de un feminismo descolonizado. En la frontera, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Regina. F. C. F. **Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado**. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/818065.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. Londrina, 2009.

GIRUNDI, Ana Carolina Machado Amoni. **Casa de Referência da Mulher Tina Martins**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Glaucia. O projeto de “urbanização” Vila Viva e a valorização do valor na reprodução social do espaço de Belo Horizonte. **Observatório Geográfico América Latina** (on-line), 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiurbana/75.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GUIA Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. 2011. Disponível em: <http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?p=4671&lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2021.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 256-266, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>. Acesso em: 03 jan. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 03 jan. 2021.

HARSTOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: Toward a Specifically Feminist Historical Materialism. In: MACCANN, Carole; KIM, Seung-Kyung (org.). **Feminist Theory Reader**: local and global perspectives. New York; London: Routledge, 2020. p. 292-307.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, p. 951-974, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 23 jan. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 23 jan. 2021.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOOKS, Bell (2015), “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”, in: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/51/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. **Mulheres em luta: feminismos e Direito nas ocupações do Izidora**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ASXH2Z>. Acesso em: 15 mar. 2021.

JANACK, Marianne. Feminist Epistemology. **Internet Encyclopedia of Philosophy (IEP)**, 2004. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/fem-epis/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Helène; SENOTIER, Danièle (org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1980.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política: o direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2016.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300009>. Acesso em: 04 jun. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LIMONAD, Ester. Uma utopia com os pés no chão: algumas considerações sobre práticas espaciais transformadoras. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5810>. Acesso em: 04 jun. 2021.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 182-217, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2017v24n35p182-217>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MACKINNON, Catharine. **Toward a Feminist Theory of the State**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. **GEOgraphia**, v. 18, n. 37, p. 35-60, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13757>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. Ocupações e o embate pelo direito à cidade em Belo Horizonte: buscando saídas da cidade neoliberal. in: Favelas e Periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência. Belo Horizonte: Favela é isso aí, 2016. p.223-235.

MARIANA, Fernando Bomfim. Autogestão. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Adriana Maria; VIEIRA, Livia Maria. **Dicionário de verbetes**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/autogestao/>. Acesso em: 09 jul. 2022.

MASSEY, DOREEN. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papiрус, 2000.

MATOS, Marlise. O movimento e a teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jul. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31628>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MONTE MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (org.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61-85.

MOTA, Laís. **As relações de gênero e a produção do espaço urbano**: o corpo como potência de transformação da vivência do espaço urbano de Belo Horizonte a partir da experiência da Marcha das Vadias. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MOVIMENTO de Luta nos Bairros e Favelas Nacional (MLB). Página Oficial. Disponível em: <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos>. Acesso em: 02 fev. 2021.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA. Clarice Misoczky. Contribuições de Henri Lefebvre para repensar e produzir a cidade sob uma perspectiva de gênero. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO

GÊNERO 12, Florianópolis, 2021. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2021.

Disponível em:

https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1610402303_ARQUIVO_a6324440c7f426fe875c1b634e7f0f0f.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PCMG – Polícia Civil de Minas Gerais. **Diagnóstico de violência doméstica e familiar contra a Mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais**. 2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/diagnostico-revela-que-90-das-vitimas-de-feminicidio-em-minas-gerais-entre-2019-e-2021-nao-possuiam-medida-protetiva.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PINTO, Celi. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, v. 48, p. 7-42. 2002.

PREFEITURA de Belo Horizonte. Centro Especializado de Atendimento à Mulher Benvinda. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc/equipamentos/benvinda>. Acesso em: 08 abr. 2022.

RIBEIRO, Flávia. Voto: um direito ainda não assegurado para mulheres negras. **Alma Preta** (on-line), 24 fev. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/politica/voto-feminino-negras>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.

Cadernos Pagu, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Thiago Andrade dos. A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da ação política. In: COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto (org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 169-192. 1v.

SHOLZ, Roswitha. O valor é o homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Trad. José Marcos Macedo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 15-36, 1996. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

SHOLZ, Roswitha. El patriarcado productor de mercancías: tesis sobre capitalismo y relaciones de género. **Constelaciones: Revista de Teoría Crítica**, n. 5, p. 44-60, 2013. Disponível em: <http://constelaciones-rtc.net/article/view/815>. Acesso em: 13 out. 2021.

SILVA, Natália Alves da; FARIA, Daniela; PIMENTA, Marília. Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseos_Tematicas/ST%209/ST%209.3/ST%209.3-02.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, n. 5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5633>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Balanço Anual 2019. Brasília, DF. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2019.pdf/view> Acesso em: 02 fev. 2021.

TAMOJUNTAS. Mapa de Acolhimento – Minas Gerais. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/minas-gerais/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

SILVA, Susana Veleda da. Geografia e gênero/geografia feminista – o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 23, n. 1, p. 105-120, 1998, p.106. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>. Acesso em: 17 dez. 2021.

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. América, ou razões para a teoria crítica urbana ouvir Lélia Gonzalez. *IN*: COTA, Daniela Abritta; MANGILI, Liziane Peres; HIRATA, Márcia Saeko; SANTOS, Maria Clara; GODOY, Tatiane Marina Pinto de (org.). **Realidade urbana brasileira: problemas, desafios e possibilidades para a efetivação do Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. p.147-173. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/observatoriourbano/publicacoes.php>. Acesso em: 13 dez. 2021.

VILLAGRÁN, Paula Soto. Hacia la construcción de unas geografías de género de la ciudad: Formas plurales de habitar y significar los espacios urbanos en Latinoamérica. **Perspectiva Geográfica**, v. 23, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.uptc.edu.co/index.php/perspectiva/article/view/7382>. Acesso em: 02 fev. 2021.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

- Entrevistadas: Mulheres atuantes no Movimento Olga Benário e na Casa Tina Martins

Perguntas contextuais sobre o Movimento de Mulheres Olga Benário e a Casa de Referência Tina Martins:

- Como começou o Olga?
- Já começaram como um movimento de moradia, de acesso à terra, enfim de luta pelo direito à cidade (ou com a intenção já de atuar nesse campo)?
 - Porque começaram a atuar na linha da Violência contra a mulher/ questões de gênero?
 - Quais são as principais ações do movimento hoje? Como se articula? Possui parceria com outros coletivos e movimentos sociais?
- Como é a atuação do Olga em BH?
- Como a experiência do Olga levou à formação da Tina
- Como começou a Tina? Como foi o processo de “conquista” da casa?
- Como se deu a consolidação da Tina. Como acontece hoje a organização da casa? Como é o cotidiano e as tarefas da casa?
- Qual o perfil das mulheres que chegam até a Tina (faixa etária)? Como elas acessam/De onde elas vêm (são encaminhadas)? Como elas chegam?
 - Como acontece o acolhimento (critérios de acolhimento e permanência), no momento de chegada e ao longo da estadia das mulheres?
 - Quais são as etapas do acolhimento?
 - Quantas mulheres já passaram pela Tina e quantas estão hoje?
 - Como é quando as mulheres possuem filhos?
 - Qual é a ação da Tina quando alguém que chega até a casa não pode receber estadia naquele momento (por questões de espaço ou outros motivos)?
 - Quantas mulheres cabem na casa?
 - Como é a relação da Tina com outros aparatos públicos de combate a violência contra a mulher (ha uma articulação com eles)?
 - Como é a relação da casa Tina com o bairro onde ela está (acesso a serviços/lazer/cotidiano/visão dos moradores/ frequentam a casa em feiras e atividades abertas?/ Como é estar em um bairro “nobre” da cidade”?

Perguntas sobre habitação e acesso à cidade:

- O que geralmente acontece com as mulheres acolhidas: pra onde vão depois? Quais as opções elas têm? Como fica a questão da habitação e da inserção social delas?
- Como a Tina se articula a outros movimentos de luta por moradia e pelo direito à cidade?
- O que tem em comum a Tina com outros movimentos de luta (ocupações) pela moradia e o que tem de diferente?
- Como é a visão da Tina sobre o Estado e sobre as políticas de moradia (ou a falta delas) ?
- Você vê uma articulação entre as violências contra mulher, acesso à moradia e acesso à cidade?
- Há mulheres que foram acolhidas na Tina morando nas ocupações urbanas? Como você observa a experiência delas?
- Há continuidade de vínculo com as mulheres que já passaram pela Tina ?

Perguntas sobre o envolvimento da entrevistada com o Olga e a Tina:

- Como você se engajou na luta e nos movimentos? O que motivou você?
- Como costuma ser sua participação no movimento? Você percebe muitas mudanças em você antes de se engajar até hoje (principais)?
- O que você tem observado em relação as mudanças que ocorrem com as mulheres na Tina (as militantes e as acolhidas)? O que você acha que causa tais mudanças? Como é esse processo?
- É possível “superar” uma experiência de violência?
- A seu ver, quais são possíveis formas, métodos e estratégias de nós mulheres nos movermos internamente e externamente em busca dessa superação?
- Há desafios em realizá-los nas ações do Olga e da Tina? Como são esses desafios?
- Como costuma ser a relação entre as mulheres militantes entre elas e com as mulheres abrigadas? E entre as mulheres abrigadas entre elas?
- As mulheres abrigadas se engajam também na militância (algumas)?

Perguntas sobre atuação do Olga e da Tina nesse contexto de pandemia:

- Como tem sido a atuação do Olga e da Tina nesse contexto de pandemia? Continuam conseguindo se articular?

- Como o movimento tem percebido o aumento da violência doméstica nesse período? Como tem afetado o cotidiano e as ações na Tina?

- Que ações vocês tiveram de readaptar neste contexto atual?
- Como você tem percebido a ação do Estado no cotidiano das ocupações urbanas em Belo Horizonte de forma geral?

Pergunta de fechamento:

- Há algo que você gostaria de dizer (ou acrescentar) sobre mulher, acesso à moradia e direito à cidade?

- Perguntar sobre outros contatos:

- que trabalham na Tina,

- que promovem atividades lá,

- mulheres que foram acolhidas no Tina e foram para ocupações,

- mulheres que foram acolhidas no Tina e voltaram para a família, etc.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

Roteiro de Entrevista

Entrevistadas: Mulheres que foram acolhidas na Casa Tina Martins

- Para iniciar, conte um pouco sobre você, seu nome, idade, ocupação, ...
- Como chegou na Tina, como conheceu? Já tinha ouvido falar sobre a Tina ou sobre o Olga?
- Como você se sentiu ao chegar pela primeira vez na casa. Como foi recebida?
- O que você buscava e precisava naquele momento?
- Você já foi atendida por outras instituições dentro da rede de enfrentamento a violência contra a mulher? Se sim, você percebe diferenças entre elas e a Tina?
- Por quanto tempo você esteve na casa?
- Como era o cotidiano na casa?
- O que você achou sobre as tarefas serem divididas? Como foi dividir quartos e passar esse período junto com outras mulheres? Como era para você a relação com as mulheres da Tina, coordenadoras e acolhidas?
- Você sente que essa coletividade contribuiu de alguma forma em seu processo de encontrar saídas e ter autonomia?
- Quais ajudas você considera que recebeu na Tina?
- A casa possui um eixo de interação com a sociedade que envolve a Feira da Tina, cursos, oficinas e espaços de formação, você participou desses espaços? Como eram esses diálogos?
- No período em que esteve na Tina como foi a experiência de morar em uma região central da cidade?
- Como era a questão da moradia para você antes de passar pela casa? E como é agora?
- A proximidade do Olga com os movimentos sociais por moradia contribuiu de alguma forma para que você construísse saídas após passar pela Tina? Como foi esse processo de saída da Casa?
- O que você considera que mais mudou em sua vida desde a chegada na Tina até hoje? Você se vê hoje de forma diferente? O que ficou de aprendizado?

- O que você considera que é importante para que nós mulheres sairmos de uma situação de violência e, também, para que não soframos mais violência?
- Como você vê hoje os movimentos de mulheres e as organizações sociais?
- Como está sendo para você esse período de pandemia? Você percebe que a pandemia afeta de alguma forma o enfrentamento a violência contra as mulheres?
- Tem algo que você queira acrescentar sobre sua experiência na casa, sobre a questão da violência contra as mulheres ou sobre a questão da moradia?